

Lopez, Felix Garcia; e Silva, Fabio de Sá

Working Paper

Valores e estrutura social no Brasil

Texto para Discussão, No. 1946

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Lopez, Felix Garcia; e Silva, Fabio de Sá (2014) : Valores e estrutura social no Brasil, Texto para Discussão, No. 1946, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/121719>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

1946

TEXTO PARA DISCUSSÃO

VALORES E ESTRUTURA SOCIAL NO BRASIL

Felix Garcia Lopez
Fabio de Sá e Silva

VALORES E ESTRUTURA SOCIAL NO BRASIL *

Felix Garcia Lopez **
Fabio de Sá e Silva**

* Este texto beneficiou-se imensamente dos debates ocorridos por ocasião do seminário Valores e cidadania no Brasil – evento realizado em Brasília em 29 de novembro de 2012, sob a organização da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) e do Ipea, que contou com a participação e as críticas de Rachel Meneguello, Gustavo Venturi, Helena Abramo, Regina Novaes e Ricardo Paes de Barros. Igualmente importante foi a colaboração da SG/PR na formulação desta pesquisa e nas discussões sobre seus resultados intermediários, assim como os comentários dos técnicos da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, em especial Acir Almeida. Os erros e imprecisões aqui contidos são de inteira responsabilidade dos autores.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diest/Ipea.

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro interino Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azevedo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2014

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 VALORES E ESTRUTURA SOCIAL NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES GERAIS 8

3 METODOLOGIA 10

4 CULTURA POLÍTICA 12

5 IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA 48

6 JUVENTUDE 85

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 92

REFERÊNCIAS 98

ANEXO 100

SINOPSE

Este trabalho analisa a relação entre estrutura social e valores da sociedade brasileira com base em dados coletados, em novembro de 2012, por meio de amostra nacional composta por 3.772 pessoas. Além de examinar o efeito de variáveis tradicionais – como renda e escolaridade –, o plano de análise incorporou informações relativas a *sexo, raça/etnia, idade, região e filiação religiosa* e suas possíveis relações com questões sobre adesão à democracia, aceitação da diversidade, igualdade de gênero, desigualdade entre outros. Os resultados indicam que o quadro de preferências dominantes é repleto de ambivalências. Mesmo sem apresentarem sentido homogêneo em diferentes blocos de questões, escolaridade e idade emergem como principais variáveis a explicar as diferenças substantivas nas respostas aos diferentes temas. A juventude, em particular, apresenta níveis de adesão a princípios e valores democráticos mais vigorosos que as demais faixas etárias. Quase nenhuma das clivagens é explicada pela renda, o que sugere a inexistência de uma “nova classe média” com valores diferenciados, se tomadas as “classes de renda” como parâmetro desta definição.

Palavras-chave: estrutura social brasileira; valores; estrutura de classes; democracia no Brasil; nova classe média.

ABSTRACT

This paper addresses the relationship between social structure and social values in the Brazilian society in light of survey data from a national sample of 3,772 respondents. In addition to examining traditional variables – such as income and education –, the analysis incorporated information on variables such as sex, race/ethnicity, age, geographic region, and religious affiliation. The survey questions dealt with issues such as adherence to democracy, acceptance of diversity, gender equality, reasons for inequality, and others. The results were ambivalent. While presenting different degrees of effect according to the questions and issues, education and age emerged as key variables to explain the substantive differences in the responses. The youth, in particular, presents levels of adherence to democratic principles and values that are higher than others. Interestingly, none of the differences is explained by income, which suggests the lack of a “new middle class” holding different values when one assumes

that ranges of income are the main indicators of “social classes”, as it has become a commonplace in contemporary debates.

Keywords: social structure in Brazil; social values; class structure; democracy in Brazil; new middle class.

1 INTRODUÇÃO

Análises relacionando *valores e estrutura social* voltaram a ganhar relevância no Brasil. Dois fatores parecem explicar o retorno destes temas aos debates públicos e à agenda de investigações das ciências sociais. Em primeiro lugar, a consolidação do regime democrático e a formação de um mercado político mais estável têm permitido que diferentes projetos de país sejam colocados em discussão e deliberação perante os cidadãos. Nestes debates, é comum haver questionamentos sobre preferências, hábitos e atitudes da população em relação a temas que vão desde o papel do Estado na economia e na redução das desigualdades até a tolerância com relação a indivíduos e grupos com atributos e opiniões diferentes. Em segundo lugar, mudanças de largas proporções no tecido socioeconômico brasileiro, em razão de crescimento econômico, aumento da renda média, acesso ao crédito e redução das desigualdades, têm suscitado questionamentos sobre o tamanho, as características e as expectativas de segmentos que experimentaram mobilidade econômica ascendente – em especial, para utilizar expressão que tem se tornado cada vez mais recorrente, da “nova classe média”.

Apesar da proeminência e da relevância deste debate, ele acaba sendo prejudicado pela falta de um lastro empírico adequado. Além de o país carecer de pesquisas longitudinais voltadas a captar sistematicamente os valores dos cidadãos – o que, em si mesmo, enseja diversos problemas analíticos –, a questão da mobilidade econômica parece não ter sido adequadamente incorporada nos esforços mais recentes.

Este estudo visa contribuir para minimizar essa lacuna analítica, utilizando resultados de pesquisa de opinião conduzida pelo Ipea. Trata-se de uma iniciativa que, não obstante diversas limitações e dificuldades, pretende avançar no diálogo sobre os impactos e os desafios resultantes das transformações vivenciadas pelos brasileiros, no plano das representações que estes fazem de si mesmos e do país.

O texto está dividido em seis seções, além desta introdução. A próxima seção faz uma apreciação geral da relação entre valores e estrutura social, problematizando o alcance de abordagens tradicionais, como as baseadas em recortes por faixas de renda, e, ao mesmo tempo, elencando as dificuldades para a elaboração de leituras mais complexas. A terceira seção traça breves considerações sobre a metodologia empregada na pesquisa, contextualizando o desenho e detalhando a aplicação do instrumento, bem

como indicando as principais técnicas de análise utilizadas no texto e suas limitações. A quarta, quinta e sexta seções dedicam-se ao exame de temas específicos, quais sejam: cultura política; igualdade de gênero e raça; e juventude. A seção final sistematiza os resultados e apresenta desafios para a continuidade da discussão. No anexo A, o leitor encontra o questionário que foi aplicado.

2 VALORES E ESTRUTURA SOCIAL NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como se registrou logo de início, grande parte dos debates recentes que buscam relacionar *valores e estrutura social* no Brasil remete às mudanças econômicas e sociais observadas no país a partir do início dos anos 2000, tendo como problema central as possíveis diferenças entre segmentos ou classes sociais, seus anseios e visões de mundo (Bartelt, 2013; Neri, 2012; Pochmann, 2012; Brasil, 2012a; Lamounier e Souza, 2010; Souza, 2010; Almeida, 2007). Especula-se, em particular, acerca de uma possível singularidade dos setores emergentes, seja na expectativa de que possam funcionar como catalisadores de mudanças nas preferências dominantes da sociedade brasileira, ajudando a “modernizá-la”, seja sob o temor de que possam carregar consigo valores mais arcaicos. Discute-se mesmo se, inclusive para além do plano nacional – uma vez que o fenômeno é comum a diferentes países latino-americanos (IPC-IG, 2013) –, o crescimento dos setores médios poderia levar à maior fragmentação do contrato social, dada a hipótese de que, com maior renda, os cidadãos optariam por recorrer a serviços privados, deixando em segundo plano a reivindicação por serviços públicos qualificados (Lopez-Calva, Rigolini e Torche, 2012).

O principal indicador utilizado nas análises sobre a mobilidade social no Brasil da última década consiste na desigualdade de renda entre os cidadãos. Estudo do Ipea, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), registrou que “não há na história brasileira, estatisticamente documentada desde 1960, nada similar à redução da desigualdade de renda observada desde 2001. (...) No período 2001 a 2011, a renda dos 10% mais pobres cresceu 550% mais que a dos 10% mais ricos” (Ipea, 2012b, p. 40).

Todavia, há razões para ceticismo quanto à associação entre redução de desigualdade de renda, mobilidade econômica ascendente e maior homogeneização dos valores da sociedade.

Que alguém experimente acréscimo de renda não quer dizer que aderirá automaticamente a preferências típicas de setores mais elevados, ou que a discrepância entre as preferências destes dois indivíduos seja homóloga à diferença de renda que têm entre si.¹ A hipótese de disjuntiva entre mobilidade econômica e valores sociais está fundada, por exemplo, na consideração de que distintas posições na estrutura ocupacional e diferentes heranças familiares geram repertórios de ação e visões de mundo específicas que, uma vez inscritos nos indivíduos, não são modificáveis facilmente em função de variações de curto ou médio prazo da renda disponível.

Além disso, a literatura sociológica traz inúmeras evidências de que a formação e a distribuição de preferências na estrutura social têm caráter relacional (Bourdieu, 2006; 2011; Bennett *et al.*, 2009). Em outras palavras, a compreensão das preferências dos grupos espelha sua inserção na estrutura social, mas estas preferências e posições na estrutura só ganham sentido para os atores se consideradas à luz das posições e preferências dos demais grupos. Em situações de forte mobilidade social, o rearranjo das posições relacionais se traduz em reativação do processo de diferenciação – distinção, se quiserem – dos estratos superiores em relação aos estratos inferiores.²

Para um diagnóstico adequado da relação entre valores e estrutura social, seria necessário identificar, ao longo do tempo, como grupos com inserções sociais similares

1. Apesar de as classificações econômicas sugerirem o papel das variações na renda sobre as mudanças nas orientações valorativas – extensivas a outras esferas, além da econômica –, não passa despercebido o risco de inadequação em pensar classes de renda como critério homogeneizador de grupos com trajetórias sociais diferentes. Veja-se, por exemplo, a consideração feita pela comissão de especialistas que formulou os critérios de divisão das faixas de renda, a fim de definir tecnicamente o escopo da “classe média” no Brasil: “O uso da denominação ‘classe’ é certamente inadequado. Embora o conceito possa admitir múltiplas interpretações, é pouco provável que o grupo reconhecidamente heterogêneo que resultou das múltiplas mudanças sociais ocorridas recentemente no País satisfaça qualquer das definições existentes. Não parece haver qualquer evidência de que aqueles que cruzaram a linha de pobreza nos últimos anos tenham similaridades marcantes – seja no campo dos valores, atitudes e expectativas, seja no campo da forma de inserção no mercado de trabalho, constituição familiar ou posição no ciclo de vida – uma vez que a multiplicidade de caminhos para sair da pobreza propiciou a ascensão tanto de agricultores familiares na região amazônica como de empregados em grandes regiões metropolitanas, tanto de famílias estendidas (compostas por múltiplas gerações), como de casais jovens (com e sem filhos) e idosos vivendo sozinhos. Tampouco existe evidência de que os subgrupos mais homogêneos estejam conscientes de suas similitudes” (Brasil, 2012b, p. 11).

2. Sem falar que, de um ponto de vista normativo, preferências de setores mais elevados não necessariamente são mais modernas que as dos demais. Há estudos que revelam que as diferenças nos padrões de resposta entre os mais e menos escolarizados, observadas com frequência nas pesquisas de opinião, podem resultar mais de barreiras cognitivas sobre o conteúdo das questões que, propriamente, da existência de clivagens na sociedade: quando os mesmos temas são abordados não a partir de enunciações abstratas, mas de exemplos de situações mais cotidianas, as diferenças são bem menores entre as diversas faixas de escolaridade, assim como de renda etc. (Natalino, 2010).

modificam sua estrutura de preferências em decorrência das modificações de suas posições na hierarquia econômica e social. Na falta desta possibilidade, a tarefa mais relevante é consolidar informações e análises que estabeleçam a discussão em termos amplos.

Nesse sentido, além das variáveis tradicionais – renda e escolaridade –, o plano de análise adotado neste estudo incorporou informações relativas a *sexo, raça/etnia, idade, região e filiação religiosa*.³ O resultado é um quadro complexo, que ajuda a entender melhor os pontos de contato entre valores e estrutura social no Brasil recente, ao passo em que demanda novos esforços de investigação. A seção 4 dá início à construção desse quadro, uma vez registrados os aspectos metodológicos da pesquisa, na seção 3.⁴

3 METODOLOGIA

Os dados que informam as análises seguintes fazem parte do Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), projeto mantido pelo Ipea com o objetivo de captar periodicamente percepções sociais sobre diferentes políticas públicas. Os dados foram coletados em novembro de 2012 por meio de entrevistas com 3.772 pessoas, utilizando-se uma amostra probabilística de domicílios, com margem de erro geral (nacional) de 5% e nível de confiança de 95%, para o Brasil e as Grandes Regiões. Portanto, a representatividade não é válida para estados ou desagregações geográficas menores – por exemplo, municípios ou regiões metropolitanas. Os questionários aplicados no âmbito do SIPS são submetidos a testes prévios de

3. As classes de renda seguiram os critérios definidos no documento *Comissão para definição da classe média no Brasil*, constituído pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (Brasil, 2012b). Neste documento, uma equipe de especialistas justifica a divisão da população em oito faixas de renda *per capita*, em uma medida que combinou o grau de vulnerabilidade, isto é, as chances de regredir à condição de pobreza, e uma medida de polarização entre classes de renda. Para fins de exposição, neste trabalho agregou-se a apresentação dos dados em quatro faixas de renda. Diferentemente da estratégia analítica da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), órgão responsável pelo estudo mencionado, optou-se aqui por não utilizar a classificação classe baixa (para as três primeiras das oito faixas), classe média (faixas 4, 5 e 6) e classe alta (faixas 7 e 8), por se considerar a terminologia, em particular a noção de classe média e nova classe média, demasiadamente imbricada com percepções e avaliações de conteúdo estritamente político, o que acaba por desviar a atenção analítica de interesse deste estudo. Para uma explicação dos critérios detalhados que justificam a divisão em oito faixas de renda, remete-se o leitor para Brasil (2012b).

4. Todas as perguntas da pesquisa aqui utilizadas foram submetidas a testes de associações, controlando-se outras variáveis que incluíam, no mínimo: renda, escolaridade, idade, região e sexo. Contudo, na maior parte das análises, raça e religião também foram incorporadas às demais variáveis de controle. As análises bivariadas reportadas no texto são aquelas para as quais foi observada significância estatística, pelo menos no nível de 10%, em teste bicaudal. Nota de rodapé no decorrer de cada seção destacará as variáveis independentes sem associação estatística significativa com a variável de análise, uma vez executados os testes apropriados.

compreensão e inteligibilidade.⁵ A descrição detalhada da metodologia está registrada em Ipea (2012a).

No caso específico da rodada sobre estrutura social e valores, o questionário foi produzido conjuntamente por pesquisadores do Ipea e gestores federais, tendo em vista preocupações suscitadas no processo de formulação de políticas em temas de direitos e cidadania no início do governo Dilma. Se, por um lado, isso limitou a capacidade de interlocução entre os resultados da pesquisa e a literatura especializada ou acumulada no tema, tendo em vista a necessidade de incluir questões muito particularmente afetas aos interesses dos formuladores, por outro, ampliou-se a possibilidade de apropriação dos resultados pelo poder público e pela sociedade.

A análise dos dados consistiu na utilização de técnicas multivariadas, as quais permitiram verificar associação entre padrões de resposta e atributos dos respondentes, controlando-se outros atributos ou variáveis de interesse. Assim é que, embora o texto reporte quase sempre cruzamentos simples de respostas por variáveis, tais resultados são sempre discutidos à luz dos testes multivariados. Neste texto, a análise se concentra em verificar a existência e a direção de efeito dos atributos nos padrões de resposta, ficando, para outro momento, uma análise da magnitude de tais efeitos. Estes, contudo, podem ser aproximados por meio das distribuições de frequências das respostas, nos cruzamentos bivariados apresentados ao longo do texto.

5. Destaque-se que o questionário – e a fatia analisada neste texto – formulou perguntas sobre os valores. Não se trabalhou com atitudes, que poderiam dizer sobre o grau de convicção dos valores, ou com o comportamento, que seria a observação das atitudes de fato dos indivíduos. Ainda assim, estruturas de valores são cruciais para a melhor compreensão de outras dimensões da vida social. Assim é que, por ocasião do seminário Valores e cidadania no Brasil, Gustavo Venturi chamou a atenção para as pesquisas de psicopedagogia que indicam a importância destes elementos na produção de dilemas morais enfrentados pelos indivíduos em seus processos de socialização. É a partir da distinção que se faz entre o desejável ou não – ainda que as atitudes ou o comportamento não correspondam, afinal, ao que se entende como desejável – que os indivíduos experimentam dúvidas ou angústias na tomada de suas decisões. Em sentido parecido, porém com implicações diferentes, Ricardo Paes de Barros sugeriu no referido seminário que investigar valores permite compreender mais a fundo o potencial de enraizamento de certas políticas públicas, dada, exatamente, esta dimensão de desejabilidade e ações prescritivas embutida no constructo.

4 CULTURA POLÍTICA

4.1 Alteridade, (i)legalidades e (des)confiança interpessoal

Um tema sempre presente nos debates sobre a sociedade brasileira diz respeito a uma suposta transigência com a ilegalidade. A pesquisa coletou elementos para avaliar esta dimensão dos valores sociais no país, incluindo questões quanto a três níveis de transgressão das leis para a geração de algum tipo de benefício individual ou coletivo. Nesse sentido, os entrevistados foram questionados sobre se achavam que era certo, errado ou dependia da situação: *i)* utilizar um cargo público para enriquecer; *ii)* a polícia bater em suspeitos para obter a confissão de crimes; e *iii)* estacionar o carro em vagas reservadas a deficientes, mesmo que somente por alguns minutos.

Os resultados mostram que a grande maioria da população brasileira considera tais condutas erradas. Mesmo assim, há variação quanto à intensidade da reprovação entre as condutas e as características predominantes dos que optam pelas diferentes alternativas, dentro de cada questão.

No que diz respeito ao uso de cargo público para enriquecer, 93% dos entrevistados consideram que esta conduta é errada, menos de 3% a consideraram correta e apenas 3,5% consideram que esta é uma conduta que pode ser certa ou errada, dependendo da situação (gráfico 1).

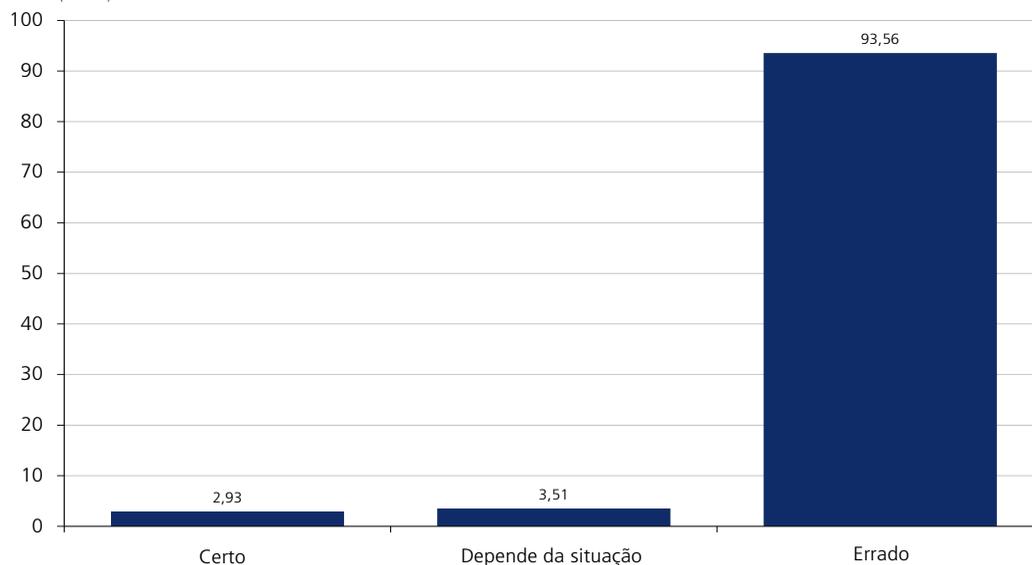
As variações por renda, *raça*, *gênero* e *região* são muito pequenas. Apenas nas variáveis *religião*, *idade* e *religião* as diferenças apresentam significância estatística.⁶ Os gráficos 2, 3 e 4 ilustram a distribuição das frequências das respostas em relação a estas três variáveis. Em relação à idade, verificam-se nos mais jovens tendências um pouco menores a se considerar esta prática errada (gráfico 2).

6. Mais que se ater à significância estatística, é relevante considerar, controlando pela análise multivariada, se há diferenças substantivas entre grupos de respondentes. Este propósito norteou a apresentação dos dados.

GRÁFICO 1

Opinião dos entrevistados a respeito do uso de cargo público para enriquecer

(Em %)



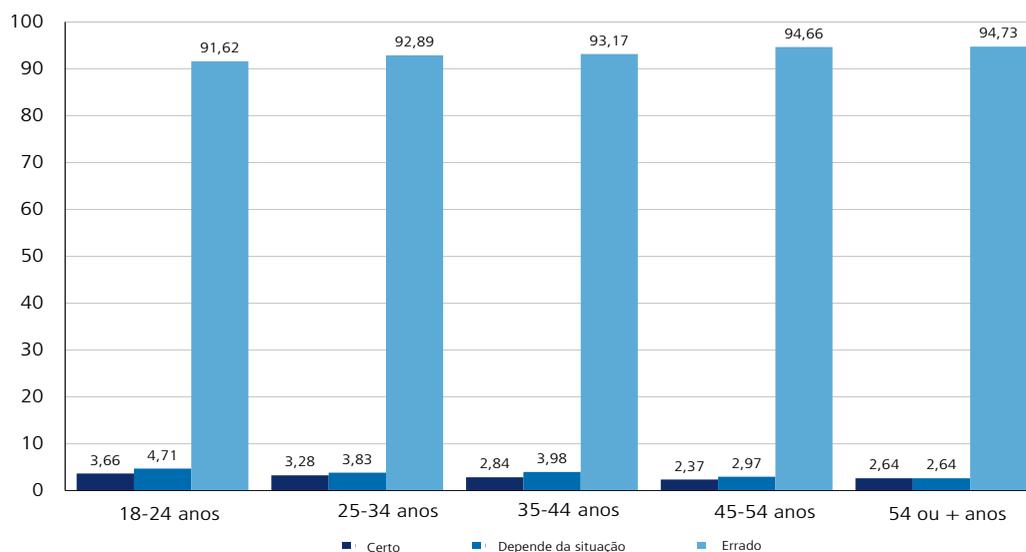
Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 2

Opinião dos entrevistados a respeito do uso de cargo público para enriquecer, por faixas de idade

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

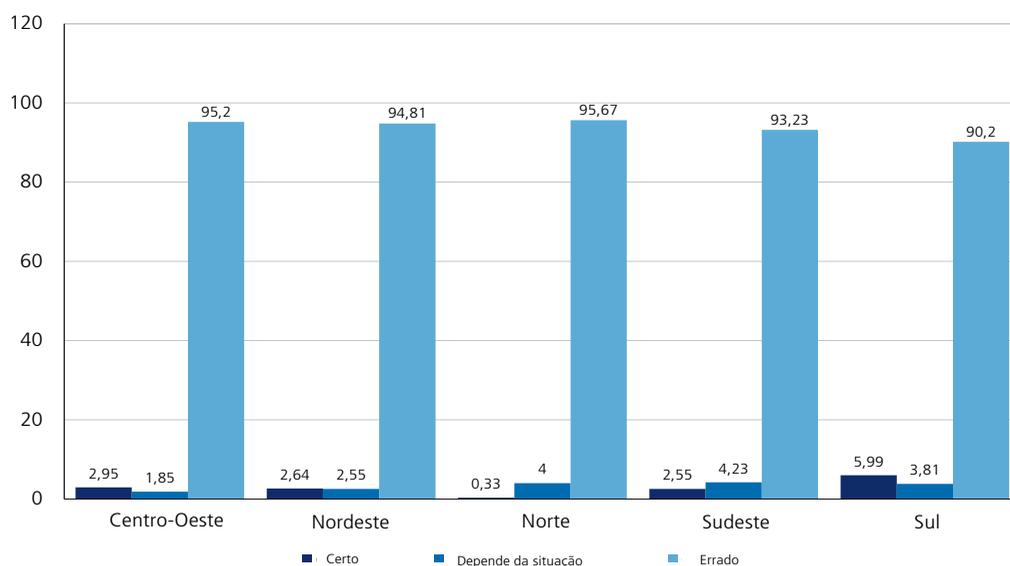
Elaboração dos autores.

A variação regional é pequena e mostrou-se estatisticamente significativa apenas para a região Sul (gráfico 3). Esta apresenta um grau de reprovação menor da prática em discussão, visível tanto pela menor porcentagem de respostas de que esta seria errada (90%, seguida pelo Sudeste, com 93%, e mais distante do Norte, com 96%) quanto pela maior porcentagem de respostas no sentido de que seria certa (6%, seguida pelo Centro-Oeste e Sudeste, com 3%).

GRÁFICO 3

Opinião dos entrevistados a respeito do uso de cargo público para enriquecer, por região

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

Ademais, uma tendência particularmente mais forte de reprovação desta conduta reside na população evangélica. O gráfico 4 retrata que, em relação aos demais segmentos, a opinião de que utilizar um cargo no governo para enriquecer é errado está um pouco mais concentrada entre os evangélicos.⁷

De forma geral, a condenação massiva ao uso indevido do cargo público indica a forte demanda por moralização da esfera política, carregada por segmentos da mídia e

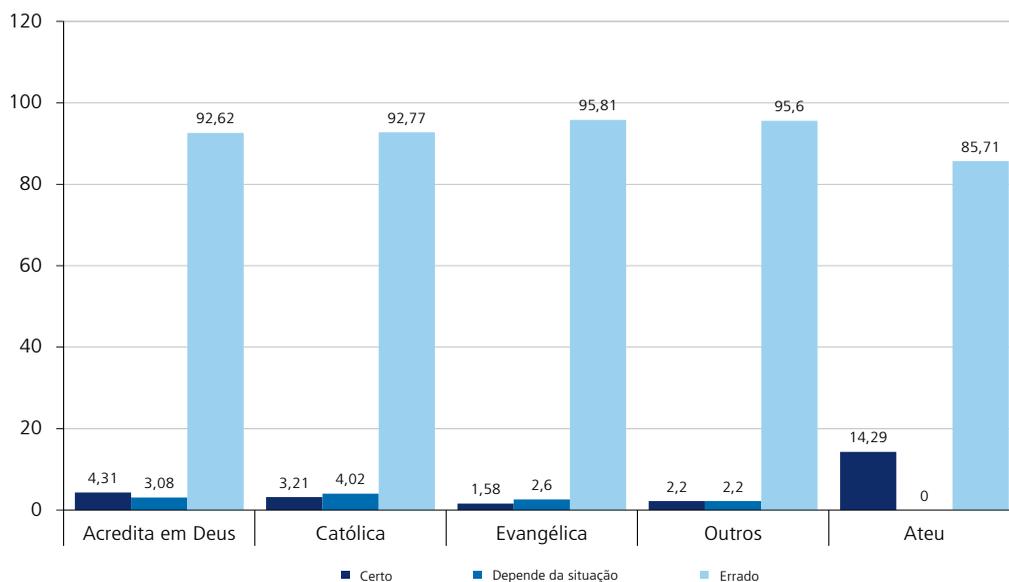
7. Os testes multivariados também mostram uma menor tendência de reprovação da conduta entre os ateus, mas o número destes, na amostra, é muito pequeno.

da sociedade civil e traduzida até mesmo em elementos normativos rígidos, como a Lei da Ficha Limpa.⁸

GRÁFICO 4

Opinião dos entrevistados a respeito do uso de cargo público para enriquecer, por filiação religiosa

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

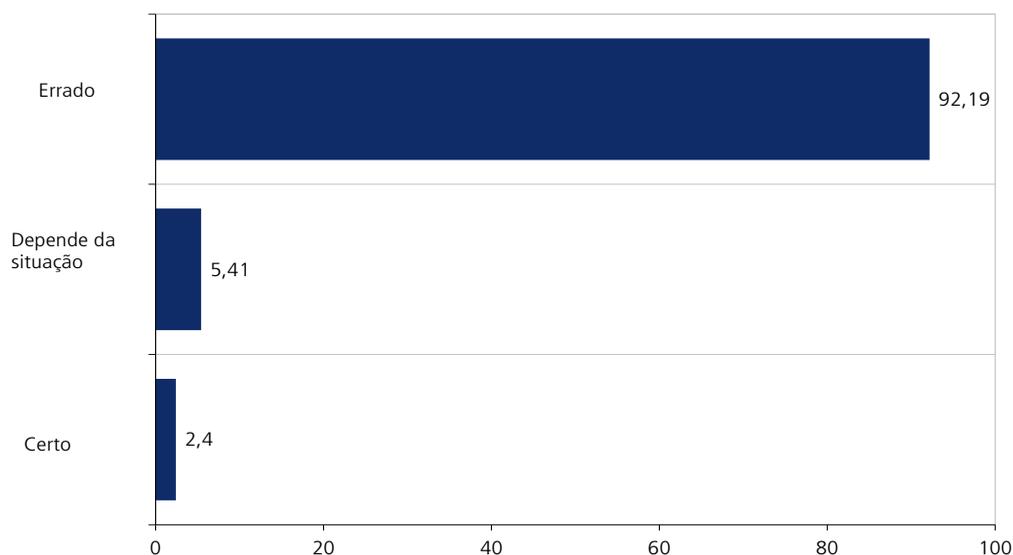
Segue-se a avaliação dos respondentes sobre a conduta de estacionar em vaga de deficientes. Aqui, também, há forte grau de reprovação da conduta. Vê-se no gráfico 5 que 92% dos entrevistados consideram que isto é errado, apenas 2% consideram que é certo e 5% consideram que depende da situação.

8. Note-se que os dados foram coletados antes das manifestações públicas nacionais que tomaram as ruas do país no mês de junho de 2013, as quais empunharam o combate à corrupção como uma das principais reivindicações.

GRÁFICO 5

Opinião dos entrevistados sobre estacionar em vaga reservada para deficientes

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

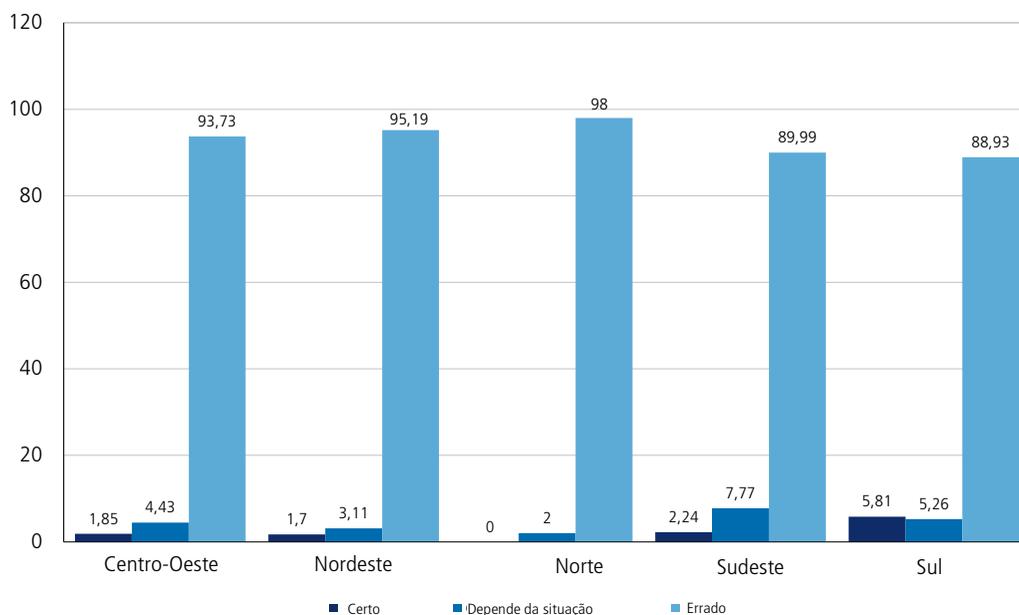
A variável *região* apresentou diferenças.⁹ As maiores taxas de reprovação no Norte e no Nordeste (98% para o primeiro e 95% para o segundo) contrastam com as taxas de Sul e Sudeste (89% e 90%, respectivamente). A distribuição está no gráfico 6.

9. Os testes multivariados não indicaram efeitos estatisticamente significantes derivados das variações de renda e nível de escolaridade.

GRÁFICO 6

Opinião dos entrevistados sobre estacionar em vaga reservada para deficientes, por regiões

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

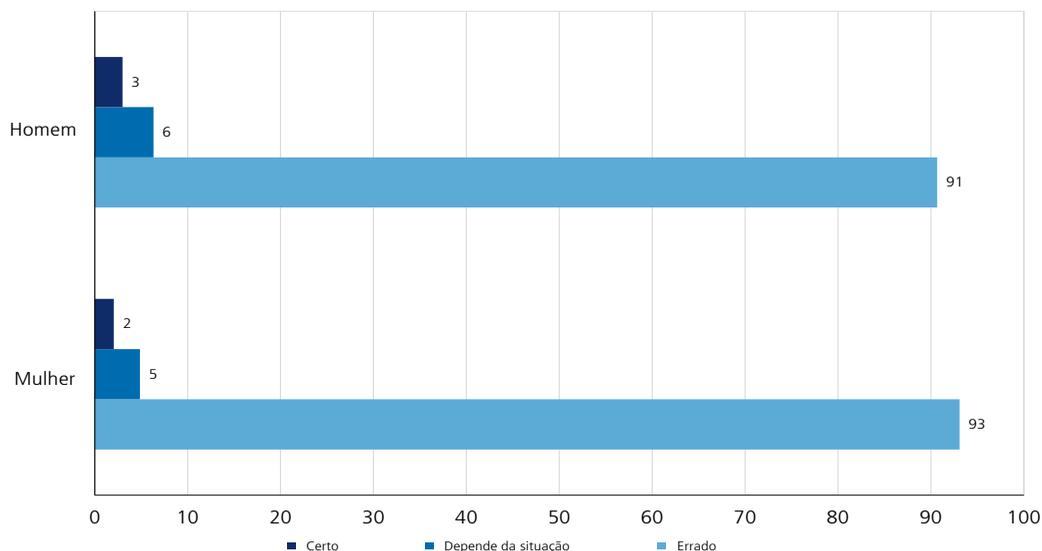
Embora as diferenças provocadas na distribuição das respostas sejam muito pequenas, dois atributos sociodemográficos exibiram efeitos: as mulheres, bem como os mais velhos, tendem a reprovar mais a conduta (gráficos 7 e 8).

Se a distribuição do gráfico 7 indica diferença pequena por sexo, observa-se tendência linear de ampliação, com a idade, de reprovação à prática mencionada na questão (gráfico 8). Este dado é curioso porque, como se verá ao longo da análise, os mais jovens têm-se mostrado mais aderentes ao respeito a direitos, em particular, e aos princípios democráticos, em geral.

GRÁFICO 7

Opinião dos entrevistados sobre estacionar em vaga reservada para deficientes, por sexo

(Em %)



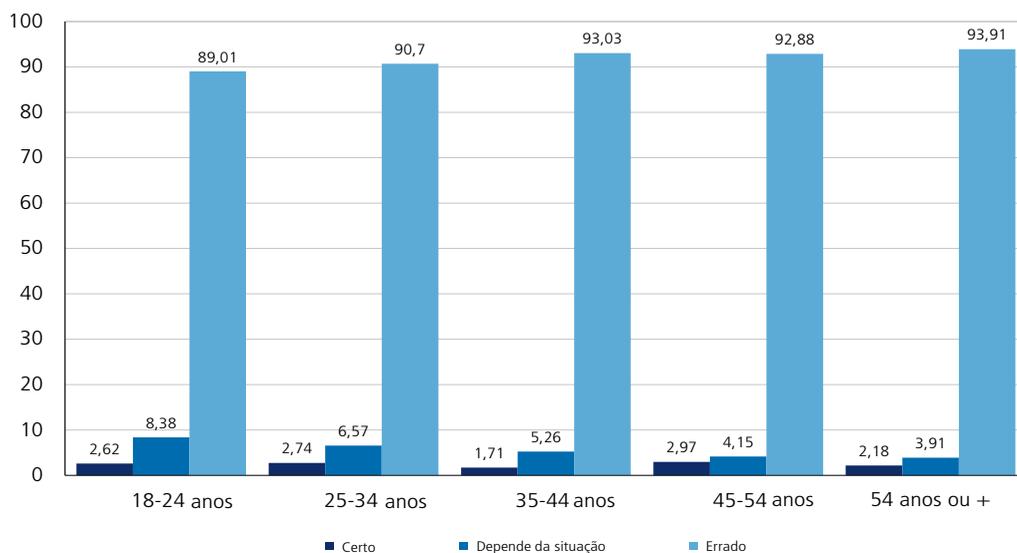
Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 8

Opinião dos entrevistados sobre estacionar em vaga reservada para deficientes, por idade

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

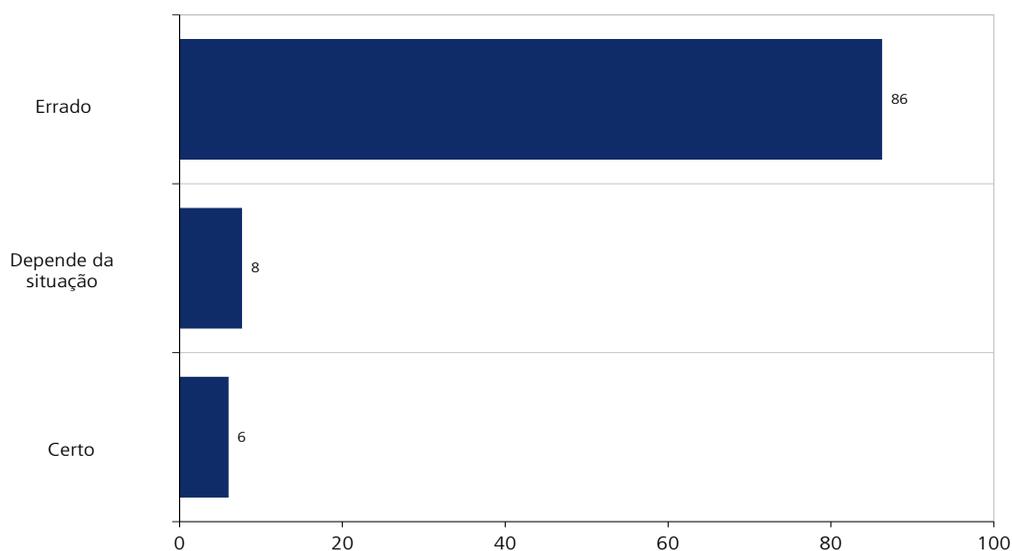
Elaboração dos autores.

A avaliação dos respondentes sobre a polícia bater em suspeitos para extrair a confissão de crimes é mostrada no gráfico 9. De todas as três condutas destacadas nesta seção, esta é a que exhibe menor grau de reprovação, bem como o maior grau de aprovação e de “zona cinzenta” (a opção “depende da situação”) entre os entrevistados. A porcentagem de entrevistados que consideram a conduta errada é de 86%, sendo que 6% a consideram certa e 8% consideram que depende da situação.

GRÁFICO 9

Opinião a respeito de a polícia bater em suspeitos para extrair confissão

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

As variações regionais, resumidas no gráfico 10, uma vez mais repercutem nas distribuições de respostas.¹⁰ Há maior reprovação na região Norte (93% de errado contra 2% certo) e Nordeste (90% de errado contra 6% de certo).¹¹

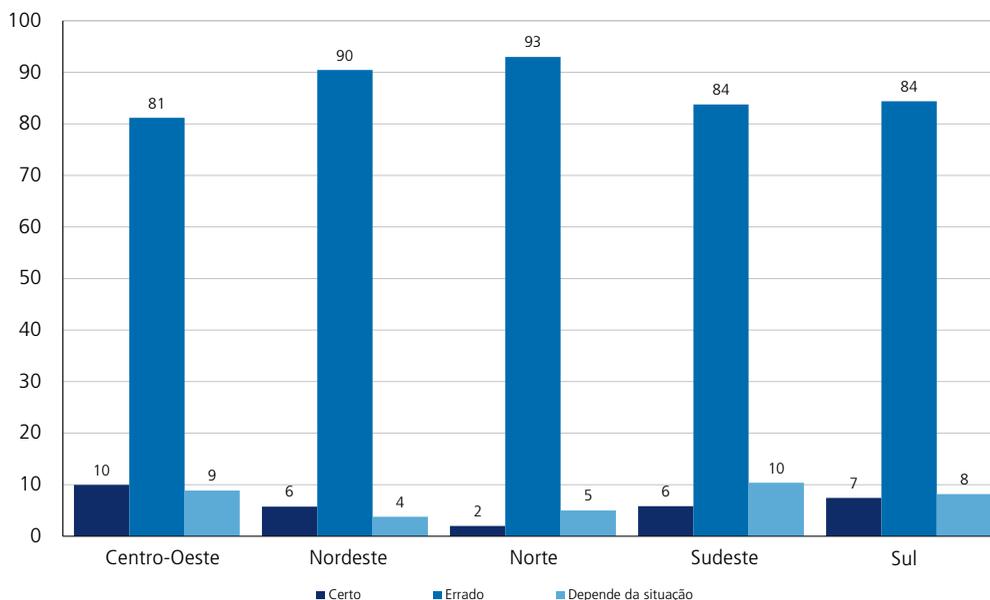
10. Os testes multivariados não indicaram significância estatística para renda, escolaridade, sexo e raça.

11. Indivíduos do grupo *outras religiões* manifestaram maior tendência de reprovação. De maneira similar à questão anterior, os testes multivariados também mostram uma menor tendência de reprovação da conduta entre os ateus. Como não há efeito significativo nas demais religiões – o que, de toda forma, inclui um número muito diverso de orientações religiosas, dificultando qualquer análise – e o número de ateus na amostra é muito pequeno, o texto abstém-se de detalhar este resultado.

GRÁFICO 10

Opinião a respeito de a polícia bater em suspeitos para extrair confissão, por região

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

O debate sobre a suposta transigência dos brasileiros com a ilegalidade (a cultura do “jeitinho”) transborda, com relativa frequência, para o debate sobre a baixa confiabilidade interpessoal. A pesquisa incluiu uma questão que buscou dar conta desta dimensão dos valores sociais, na qual os entrevistados eram instados a manifestar seu grau de concordância com a afirmação de que “se você não tomar cuidado, outras pessoas tirarão vantagem de você”.

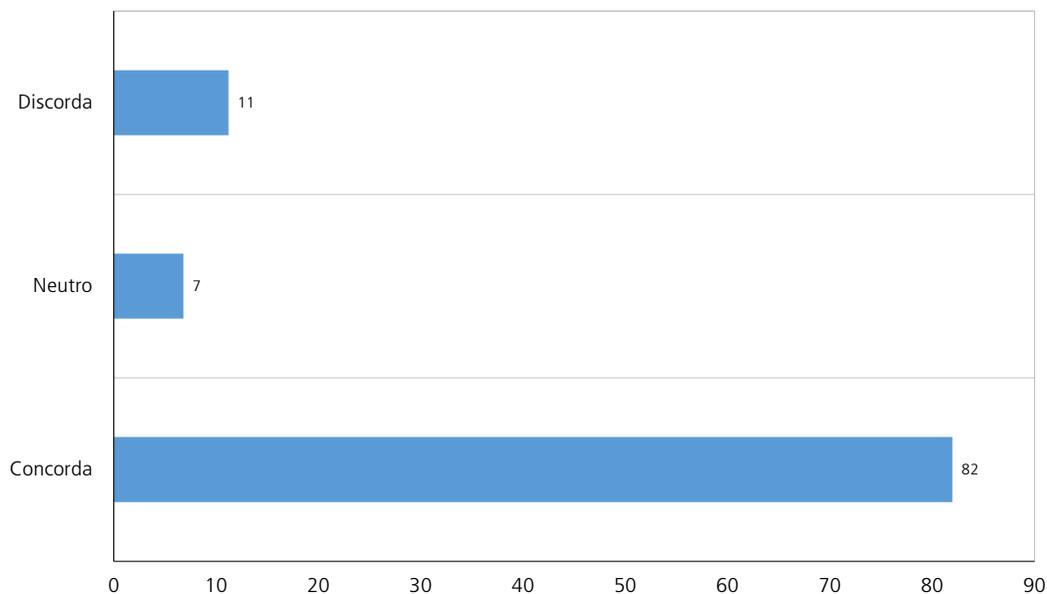
Os resultados apresentados no gráfico 11 mostram que nada menos que 82% dos entrevistados concordam ou concordam muito; 7% não concordam nem discordam; e apenas 11% discordam ou discordam muito da afirmação.¹²

12. Vale ressaltar, aqui, que essa distribuição é similar à distribuição observada na maior parte dos países latino-americanos, o que sugere ser a baixa confiança interpessoal um traço continental (Lopez-Calva, Rigolini e Torche, 2012).

GRÁFICO 11

Proporção de respostas em relação à questão¹ para aferir o grau de confiança interpessoal

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹A questão formulada foi: “Se você não tomar cuidado, as pessoas tirarão vantagem de você”.

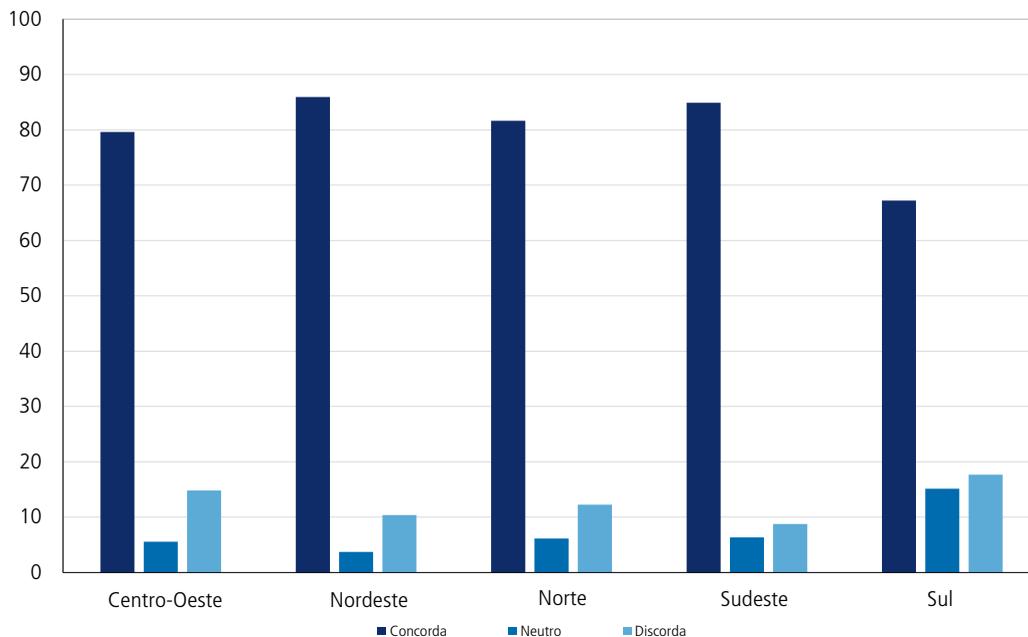
Importantes fatores de variação são *região, escolaridade, raça e religião*.¹³ A região Sudeste apresenta os menores níveis de confiança interpessoal (gráfico 12). O resultado é contraintuitivo, visto que a literatura faz usual associação positiva de desenvolvimento econômico e valores modernos com níveis mais altos de confiança interpessoal. A região Sudeste costuma ser considerada tanto a mais desenvolvida quanto a mais moderna, mas isso não se espelha em maior confiança entre seus habitantes.

13. No que diz respeito às classes de renda e às faixas de escolaridade, mais uma vez não há grande variação – e, quando há, testes multivariados não indicam significância estatística. O mesmo ocorre quando se analisam as respostas à luz do sexo dos entrevistados: a variação nas respostas de homens e mulheres é muito pequena e, estatisticamente, não é significativa. Por fim, poderia haver expectativa de que religiosidade ou filiações religiosas específicas pudessem produzir efeito no grau de confiança interpessoal dos entrevistados. As análises mostram que não: à exceção dos ateus – que, por serem poucos na amostra, merecem ser avaliados com ponderação –, respondentes que acreditam em Deus, assim como católicos, evangélicos e outros têm porcentagens de resposta muito parecidas.

GRÁFICO 12

Proporção de respostas em relação à questão¹ para aferir o grau de confiança interpessoal, por região

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ A questão formulada foi: "Se você não tomar cuidado, as pessoas tirarão vantagem de você".

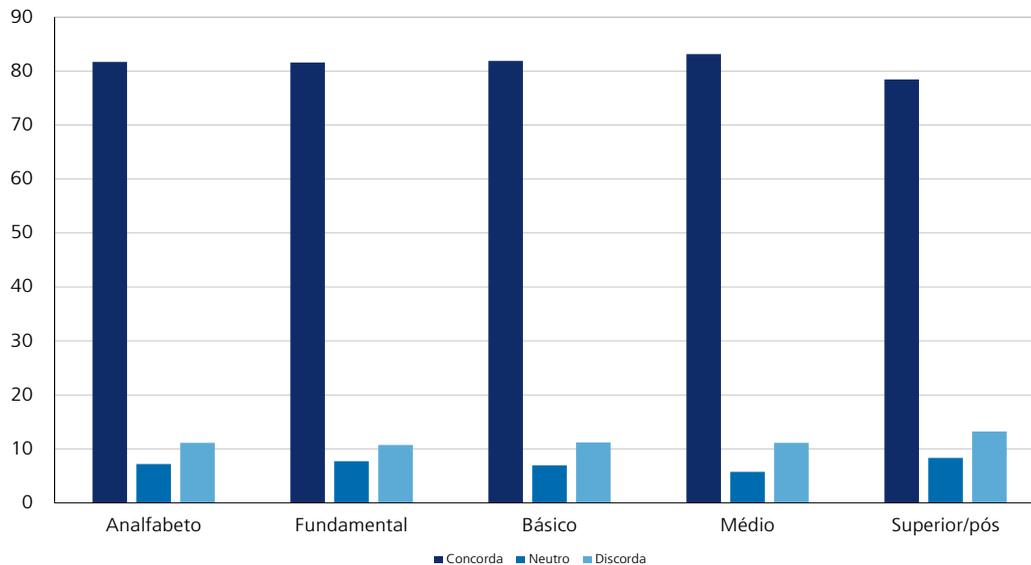
A escolaridade influencia a proporção das respostas, mas a variação é muito pequena, substantivamente. Verifica-se que os entrevistados com maior escolaridade têm maior grau de desconfiança, apesar de isto ser pouco visível na distribuição bivariada do gráfico 13.¹⁴

14. O dado contrasta com a noção mais ou menos difundida segundo a qual os estratos de renda ou escolaridade superiores teriam maior confiança interpessoal. No caso de outros países latino-americanos, esta diferença foi, de fato, verificada. Lopez-Calva, Rigolini e Torche (2012, p. 11) indicam, para um conjunto de países analisados, que na América Latina "apenas a classe [de renda] mais alta tem maiores níveis de confiança (...), sem haver diferenças significativas entre as classes mais baixa e média".

GRÁFICO 13

Proporção de respostas em relação ao grau de confiança interpessoal, por faixa de escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

Por fim, verificou-se que *pardos* exibiram menores níveis de confiança interpessoal – em comparação aos outros grupos de raça/etnia –, assim como as *pessoas que acreditam em Deus, sem filiação religiosa específica* – em relação ao grupo *católicos*.

4.2 Democracia e participação política

Em quase três décadas deste que é o mais longo período de vivência de uma democracia constitucional no país, muitas foram as tentativas de se compreenderem os sentidos da consolidação do novo regime, incluindo avaliações tanto sobre a adesão à democracia quanto sobre as características e a qualidade deste regime na experiência dos cidadãos.

De um ponto de vista valorativo, as análises oscilaram entre o pessimismo e a esperança. Se, muitas vezes, o sistema político e partidário foi identificado como débil e inapetente para processar demandas de uma sociedade cada vez mais ativa e diversa, também não faltaram argumentos a realçar virtudes do sistema e sua capacidade de produzir decisões conducentes à melhoria das condições de vida dos cidadãos

(Power, 2010;Palermo, 2000) – fosse por meio das instituições representativas tradicionais, fosse, em registro mais recente, por meio das instituições participativas e mecanismos de controle público e social que perfazem um sistema democrático multidimensional (Sá e Silva, Lopez e Pires, 2011). E se, muitas vezes, a cultura política brasileira foi tida como arcaica, pois baseada na indissociação entre o público e o privado e na verticalidade das relações sociais, também não faltou quem realçasse a pujança, as virtudes e o protagonismo da sociedade civil brasileira nos arranjos institucionais que resultaram da Constituição Federal (CF) de 1988 (Avritzer, 2009).

Para conduzir uma exploração dessas questões, a pesquisa incluiu perguntas que buscavam captar a percepção dos entrevistados em relação ao sistema político e à democracia. Apresentando os resultados dessas perguntas, as próximas seções se dedicam a analisar três temas: capacidade e forma de influência dos cidadãos no governo; democracia; e ordem pública e participação política.

4.2.1 Capacidade e forma de influenciar o governo

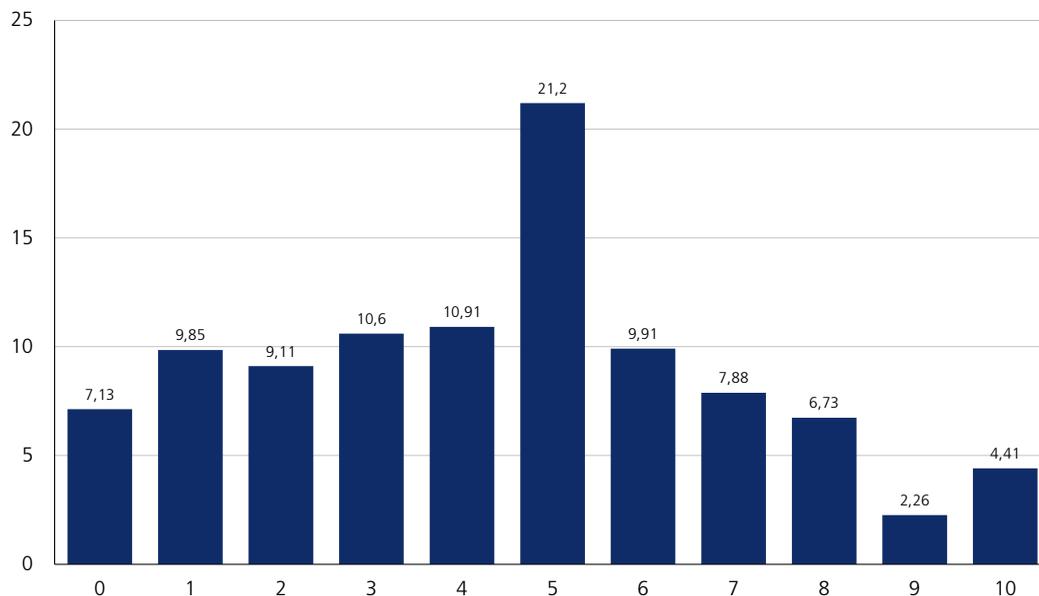
Tomando como um dado a crescente valorização do regime democrático pelos cidadãos em relação a regimes autoritários, conforme destacado por estudos referenciais (Moisés, 2010; Meneguello, 2008), buscou-se avançar na análise com exame da percepção dos entrevistados quanto à capacidade e adequação dos instrumentos que possuem para influenciar o governo, o que, afinal, é a característica essencial dos regimes democráticos.

Com relação ao primeiro elemento (capacidade de influência), a pesquisa incluiu questão que pedia ao entrevistado para indicar, em uma escala de onze pontos (0 a 10), o quanto este se sentia capaz de influenciar as decisões do governo. O gráfico 14 apresenta a distribuição de frequência das respostas e indica concentração no ponto mediano da escala de influência, ou seja, o ponto cinco. Embora os cidadãos não percebam a democracia brasileira como plenamente permeável à sua influência, as opiniões estão divididas de maneira relativamente uniforme entre otimismo e pessimismo, tomando-se como “otimistas” aqueles cuja escolha foi igual ou superior ao ponto cinco (média de 4,42; desvio-padrão de 2,65).

GRÁFICO 14

Opinião dos entrevistados quanto à capacidade de o cidadão influenciar o governo

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

O gráfico 15 agrega e reduz a escala para cinco pontos, visando facilitar a análise das relações possíveis entre a distribuição de respostas e as variáveis sociodemográficas dos respondentes.

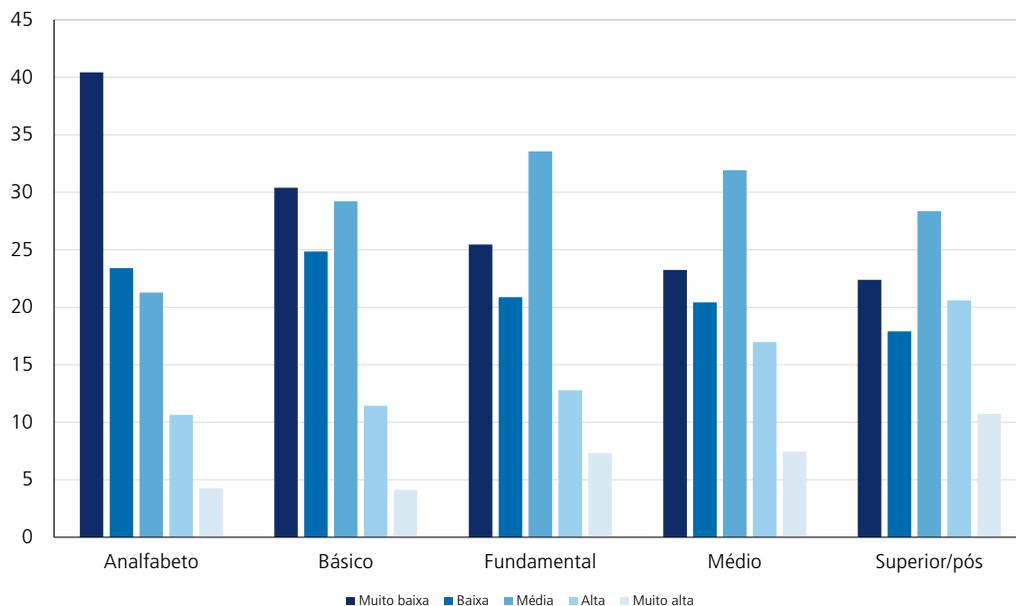
Observa-se, assim, relação positiva entre escolaridade e capacidade de influir em decisões governamentais.¹⁵ A sensação de influência alta ou muito alta mais que dobra (de 15% para 32%) quando se muda de analfabeto para nível superior ou pós-graduação. Em sentido inverso, o sentimento de impotência se reduz quase à metade (40% para 22%), se comparados os mesmos dois estratos sociais.

15. Os testes multivariados não indicaram significância estatística quanto a sexo.

GRÁFICO 15

Opinião dos entrevistados quanto à capacidade de o cidadão influenciar o governo, por faixas de escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

Obs.: A redução da escala original de onze pontos para cinco pontos obedeceu à seguinte regra: muito baixa (0 e 1), baixa (2 e 3), média (4, 5 e 6), alta (7 e 8) e muito alta (9 e 10).

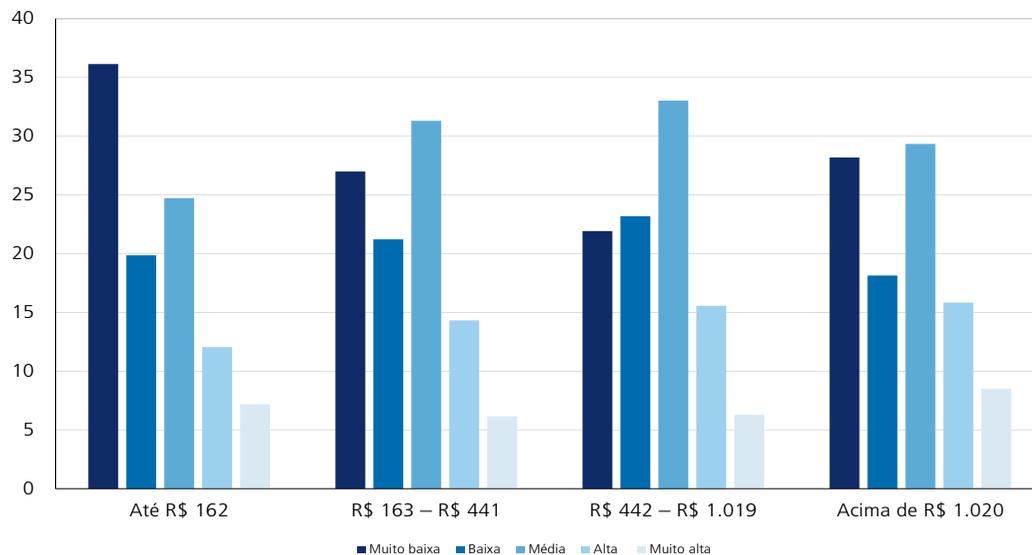
Renda também tem associação com influência. Quanto maior a renda, maior a crença na capacidade de influenciar o governo. Como o gráfico 16 ilustra, 36% das pessoas com renda familiar *per capita* de até R\$ 162 consideram ter nível muito baixo de influência; na faixa de renda familiar *per capita* de mais R\$ 1.020, esta porcentagem cai para 28%. Os níveis de influência intermediários crescem entre os dois extremos de renda: de 25% para 29%; de 12% para 16%; e de 7% para 8%.

Raça também se mostrou importante. Quando comparados com os brancos, os negros (soma de pretos e pardos) reportam maiores porcentagens nas faixas mais altas de influência (média, alta e muito alta) – situação que se repete para indígenas e amarelos, embora sejam poucos na amostra. O gráfico 17 apresenta estas distribuições.

GRÁFICO 16

Opinião dos entrevistados quanto à capacidade de influenciar o governo, por faixas de renda

(Em %)



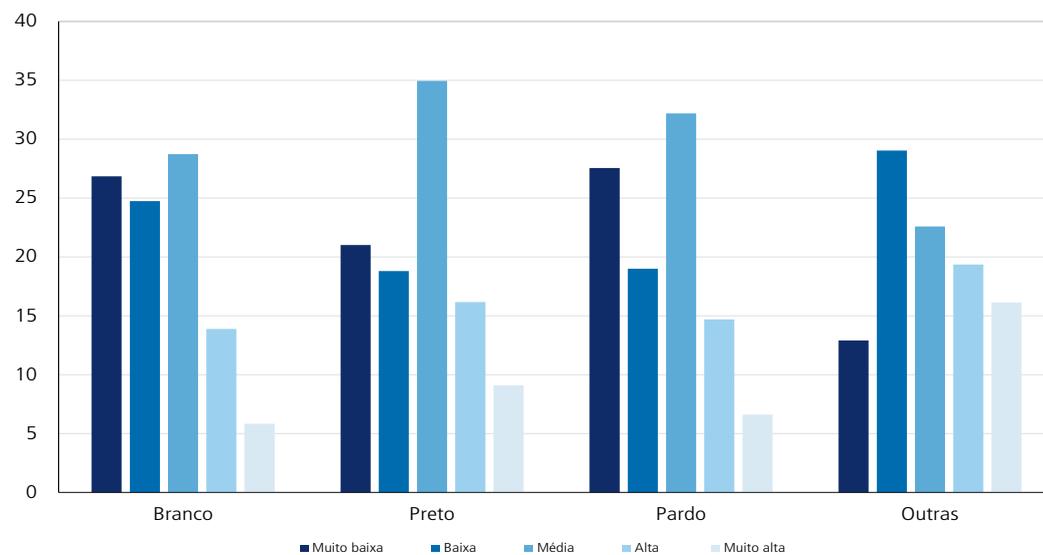
Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores

GRÁFICO 17

Opinião dos entrevistados quanto à capacidade de influenciar o governo, por raça

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

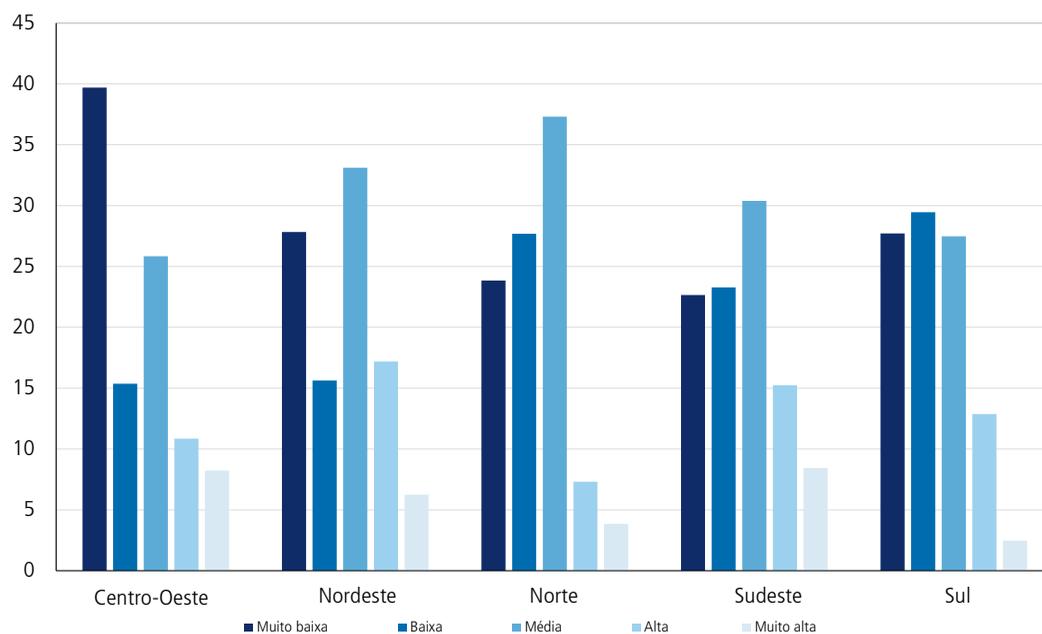
Elaboração dos autores.

Por fim, em relação à *região*, os habitantes das regiões Centro-Oeste, Norte e Sul são menos propensos a se perceberem influentes sobre o governo quando comparados aos da região Sudeste, a qual não difere do Nordeste, conforme ilustrado no gráfico 18.

GRÁFICO 18

Opinião dos entrevistados quanto à capacidade de influenciar o governo, por região

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

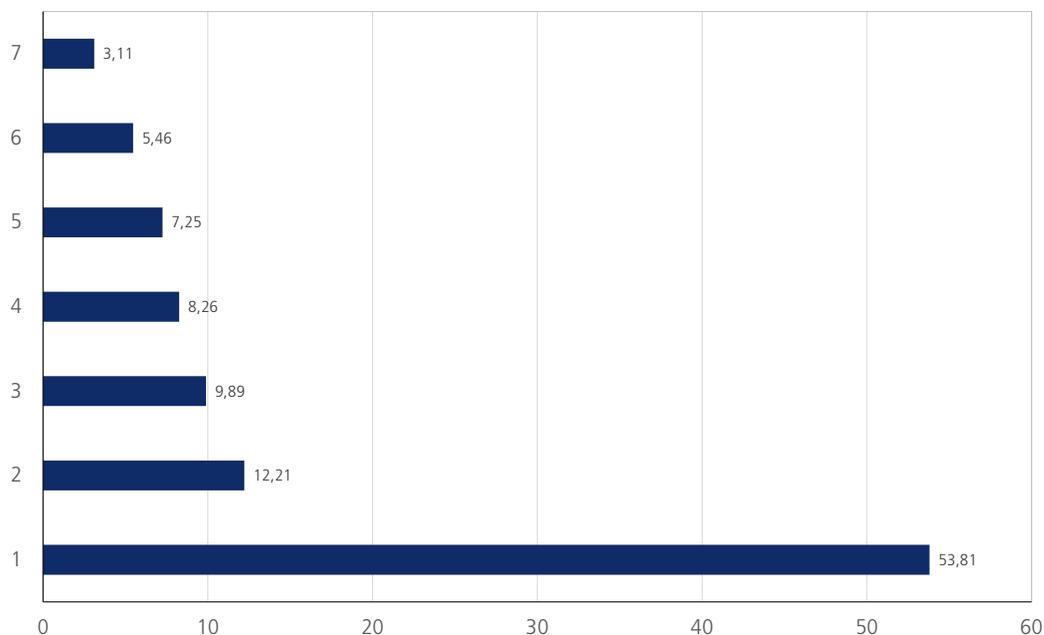
Elaboração dos autores.

Quanto ao segundo elemento de interesse – adequação dos instrumentos existentes para influenciar as decisões –, uma das questões envolvidas na pesquisa pedia ao entrevistado para que indicasse a forma que considera ser mais importante para influenciar o governo. O gráfico 19 apresenta a distribuição percentual das respostas apresentadas.

GRÁFICO 19

Opinião dos entrevistados quanto à forma mais importante de influenciar o governo

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

Obs.: Os números do eixo vertical equivalem às seguintes alternativas: 1 = votando; 2 = apresentando pessoalmente propostas a políticos e funcionários que dirigem ou trabalham em órgãos do governo; 3 = indo pessoalmente a reuniões de fóruns participativos (orçamentos participativos, conselhos, audiências públicas) ou procurando pessoas que participem delas; 4 = participando de associações ou sindicatos para que eles apresentem as demandas ou propostas ao governo; 5 = fazendo reclamações ou denúncias em setores e órgãos específicos (ouvidorias, corregedorias etc.); 6 = participando de protestos, abaixo-assinados ou manifestações relacionadas a uma causa; e 7 = pessoas como eu não conseguem influenciar o governo.

Os resultados do gráfico 19 revelam três aspectos. Primeiro, a prevalência do voto como alternativa para influenciar decisões, ecoando o relevante papel que este instrumento assume na experiência brasileira. Segundo, a existência de mais de 40% de respondentes que alçam ao primeiro plano outros canais de influência, indicando a legitimidade de alternativas institucionais ao voto como via de pressão sobre o poder público. Terceiro, o fato de apenas 3% dos respondentes se julgarem impotentes para influir nas escolhas dos governos.¹⁶ Este resultado é bastante mais auspicioso que o cenário de apatia conjugada ao sentimento de impotência do cidadão para influir em decisões governamentais, muitas vezes retratados pela literatura sobre o tema.

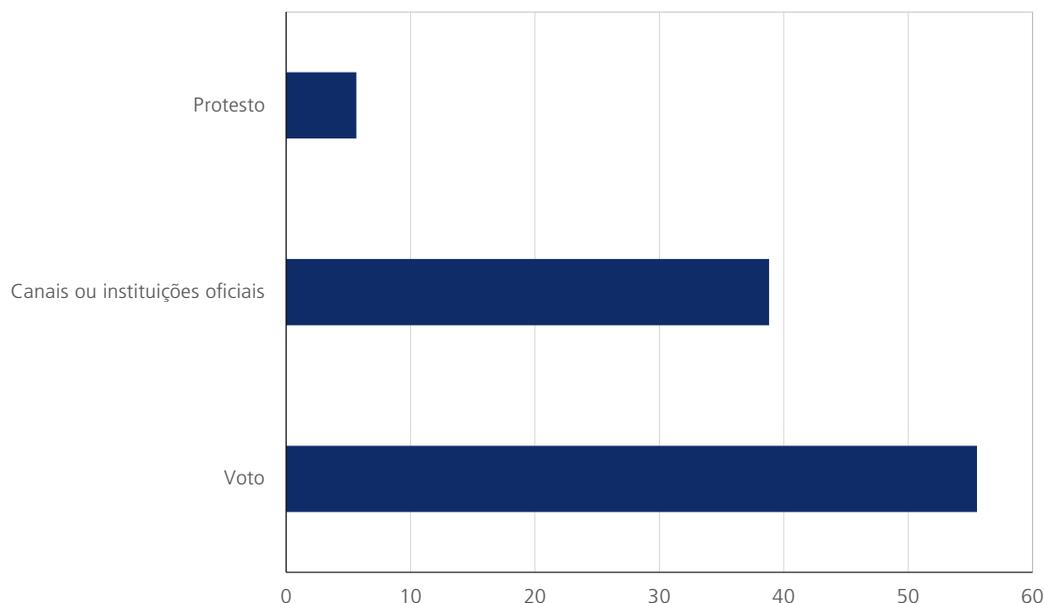
16. Sessenta e um por cento desses 3% que acham não poder influenciar a política escolhem o voto como segunda alternativa.

A seguir, na tentativa de refinar a compreensão sobre como e quanto o brasileiro avalia sua forma de atuar sobre o poder público, foram agregadas as respostas por semelhança de ações. Foram compostas, assim, três categorias: votar (categoria 1, do gráfico 19); influir por meio de canais ou instituições oficiais (categorias 2, 3, 4 e 5 do gráfico 19); e influir por meio de protesto direto, ou seja, por mecanismo informal de pressão (categoria 6 do gráfico 19). Os resultados estão retratados no gráfico 20.

GRÁFICO 20

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à forma mais importante de influenciar o governo, por categorias agregadas

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.
Elaboração dos autores.

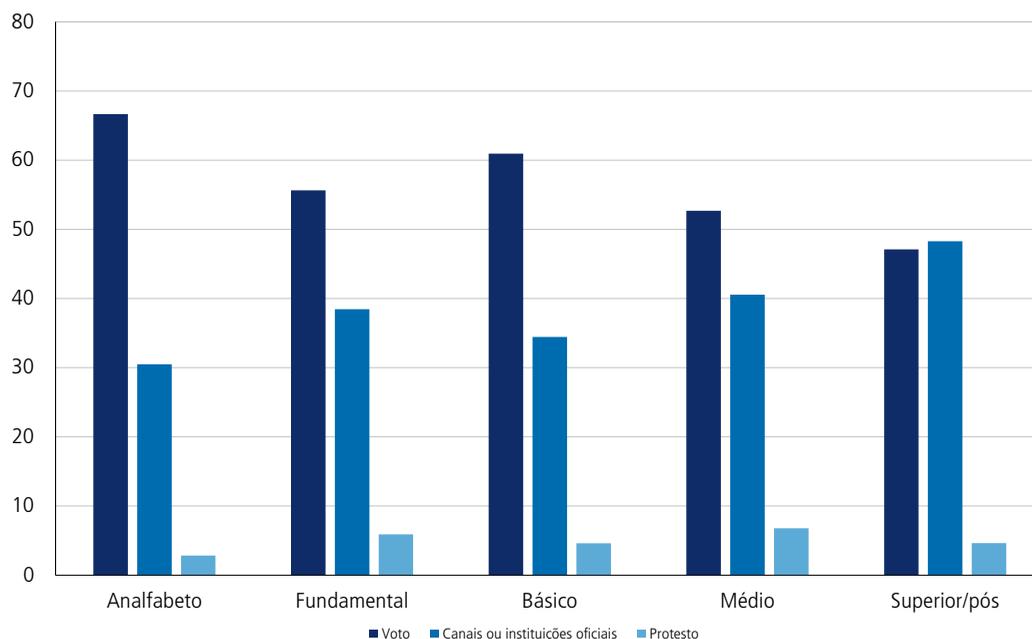
A partir daí, procedeu-se a cruzamentos com variáveis sociodemográficas, como nas demais questões. Quanto à escolaridade, a associação não se mostrou linear, conforme se observa no gráfico 21, e só assumiu significância estatística na diferença entre as probabilidades de escolha entre voto e influência por meio de canais ou instituições oficiais. Maior escolaridade indica maior propensão a valorizar esta segunda alternativa de

ação política em relação à primeira.¹⁷ Pode-se observar que, entre os menos escolarizados e os mais escolarizados, a escolha desta alternativa varia de 31% a 48%.

GRÁFICO 21

Opinião dos entrevistados quanto à forma mais importante de influenciar o governo, por escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

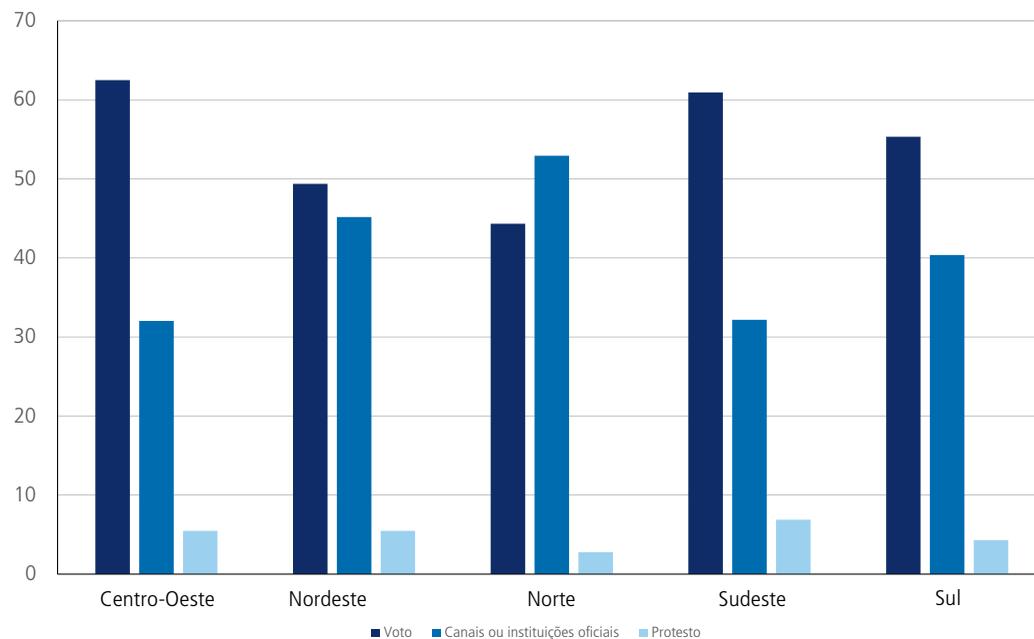
Em termos regionais, o gráfico 22 indica números surpreendentes para a região Norte, que revela, comparativamente, alta adesão (52%) a canais ou instituições oficiais como via preferencial para atuar sobre os governos. O Norte é, ao mesmo tempo, a região na qual o voto como instrumento prioritário encontra a menor adesão (44%). As diferenças relativas entre as alternativas de voto e protesto não foram relevantes, por região.

17. A variação tem a forma de um S deitado (função cúbica), como se observa no gráfico 21, e a significância (p) é de 5%, válida somente para as alternativas entre votar e participar. Os testes multivariados não indicaram significância estatística quanto a sexo e raça.

GRÁFICO 22

Opinião dos entrevistados quanto à forma mais importante de influenciar o governo, por regiões

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

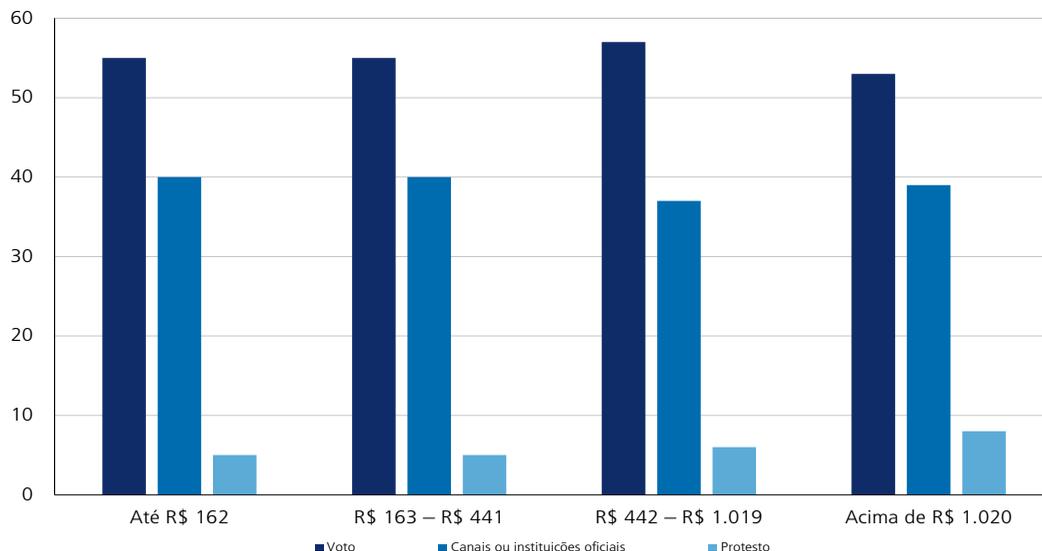
Elaboração dos autores.

Renda não é variável explicativa das diferenças de preferência entre as categorias avaliadas, exceto por uma fraca associação entre maior renda e preferência por protesto *vis-à-vis* o voto (gráfico 23).

GRÁFICO 23

Opinião dos entrevistados quanto à forma mais importante de influenciar o governo, por faixas de renda

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

4.2.2 Voto e autopercepções de classe

A competência para realizar escolhas satisfatórias no mercado político é objeto de permanente debate na esfera pública brasileira. Argumento recorrente em períodos eleitorais consiste em atribuir às frações mais pobres e menos escolarizadas menor capacidade de escolha qualificada, por serem portadoras de cognição política inferior à dos demais.¹⁸ A pesquisa incluiu uma questão relevante para este debate, que perguntava aos entrevistados se nas eleições as pessoas mais pobres escolhem candidatos piores que as pessoas mais ricas.

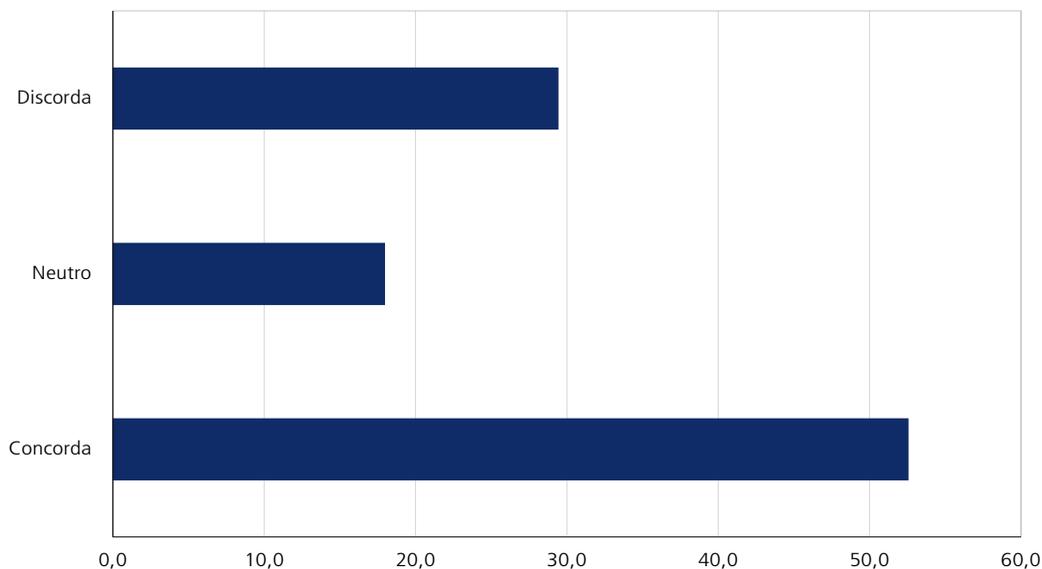
A distribuição das frequências de resposta do gráfico 24 indica que mais de metade da população concorda com a assertiva. O quantitativo é alto, e mostra que esta noção tem ampla disseminação na sociedade brasileira.

18. Nas eleições municipais de 2012, foi assim que o cientista político Eurico Figueiredo explicou a alternância de poder na região da Baixada Fluminense: “A saída dessas famílias do poder é fruto do amadurecimento, do regime republicano e do processo democrático. Nos últimos anos, foram as mudanças mais significativas na política do Rio. Mostra que o eleitor tem mais acesso à informação e à educação” (Bruno, 2012).

GRÁFICO 24

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à escolha de piores candidatos por eleitores pobres em relação a ricos

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

Parte da opinião pública reviveu essa questão com o estereótipo de que as regiões mais pobres do país teriam especial grau de “culpa” por escolhas eleitorais reputadas inadequadas. O debate também teve desdobramentos na academia, ainda que com características um pouco distintas, devido a alguns estudos indicando ter havido, de fato, uma nítida divisão classista nas preferências das escolhas eleitorais para presidente da República (Singer, 2012; Jacob, 2010). Por isso, é interessante saber como estão distribuídas as frequências da pergunta mencionada por faixas de renda, escolaridade, idade e região.

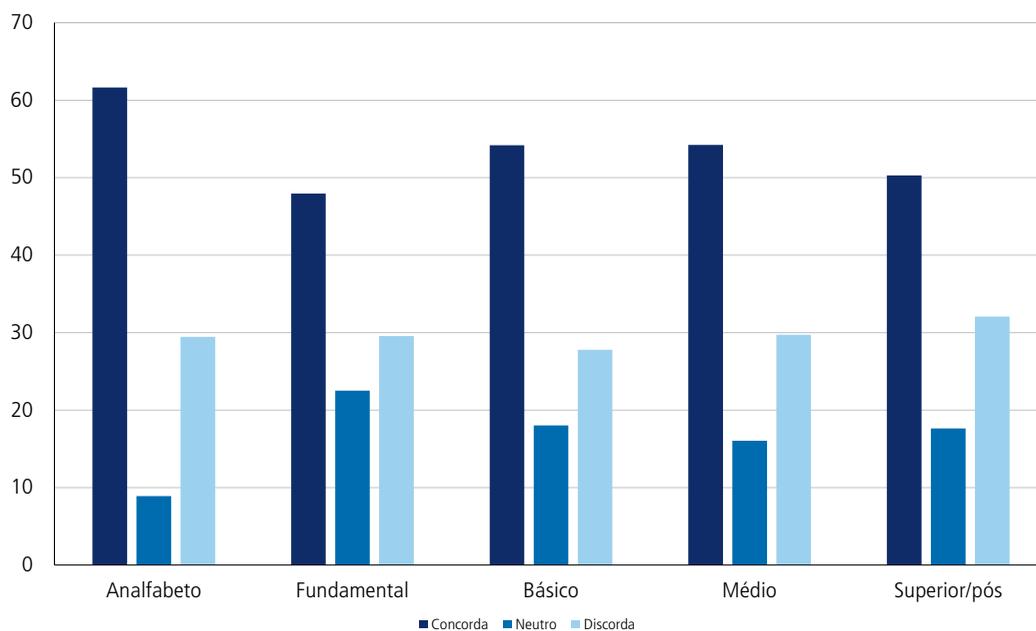
Renda, sexo, religião e raça não exibiram efeitos significativos na presença dos controles. *Escolaridade* teve comportamento peculiar. No gráfico 25, 62% dos analfabetos concordam com a afirmação, contra 50% dos que têm nível superior, perfazendo diferença de 12 pontos percentuais (p.p.) entre os extremos desta variável. Todavia, a associação não é exatamente linear, e os níveis de discordância são bastante equivalentes ao longo de todas as faixas – ou seja, é o aumento da incerteza conforme aumenta o grau de escolaridade que provoca a variação do quadro geral de preferências. Assim, considerando-se aqueles que não

concordam nem discordam e aqueles que concordam como uma só categoria, as diferenças entre faixas de escolaridade seriam anuladas, como indicaram os testes estatísticos. Deste ponto de vista, parece mais seguro dizer que a opinião sobre a supostamente pior qualidade do voto dos mais pobres tem uma distribuição similar por diferentes faixas de escolaridade, corroborando o padrão geral.

GRÁFICO 25

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à escolha de piores candidatos por eleitores pobres em relação a ricos, por faixas de escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

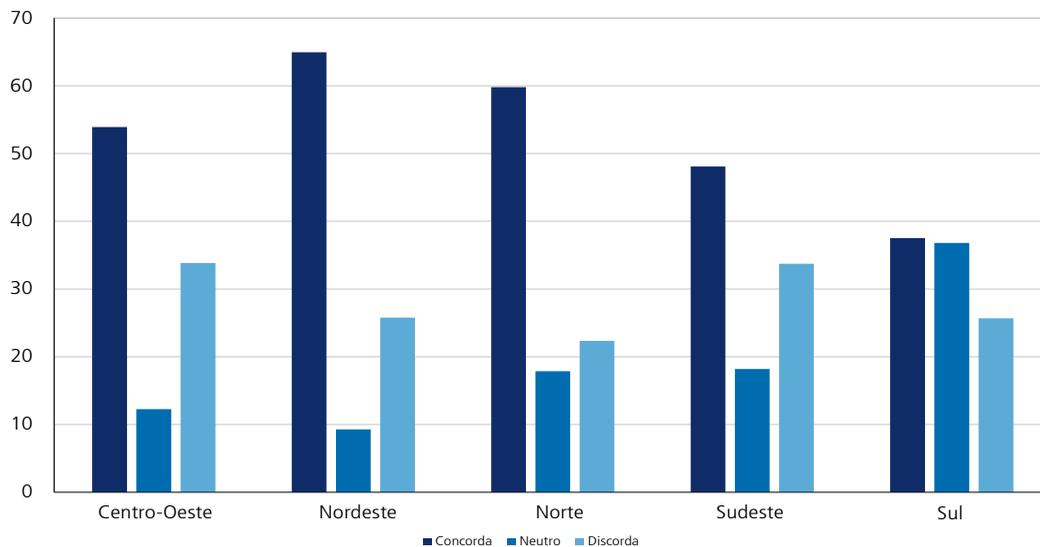
Elaboração dos autores.

Em relação às diferenças *regionais*, a população das regiões Nordeste e Norte reporta maior grau de concordância com a assertiva. Cabe observar, contudo que, apesar de a região Sul ser a que apresenta menor concordância, a taxa de incerteza (não concorda nem discorda) daquela região é bastante elevada (gráfico 26).

GRÁFICO 26

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à escolha de piores candidatos por eleitores pobres em relação a ricos, por região

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

4.2.3 Luta por direitos e ordem pública

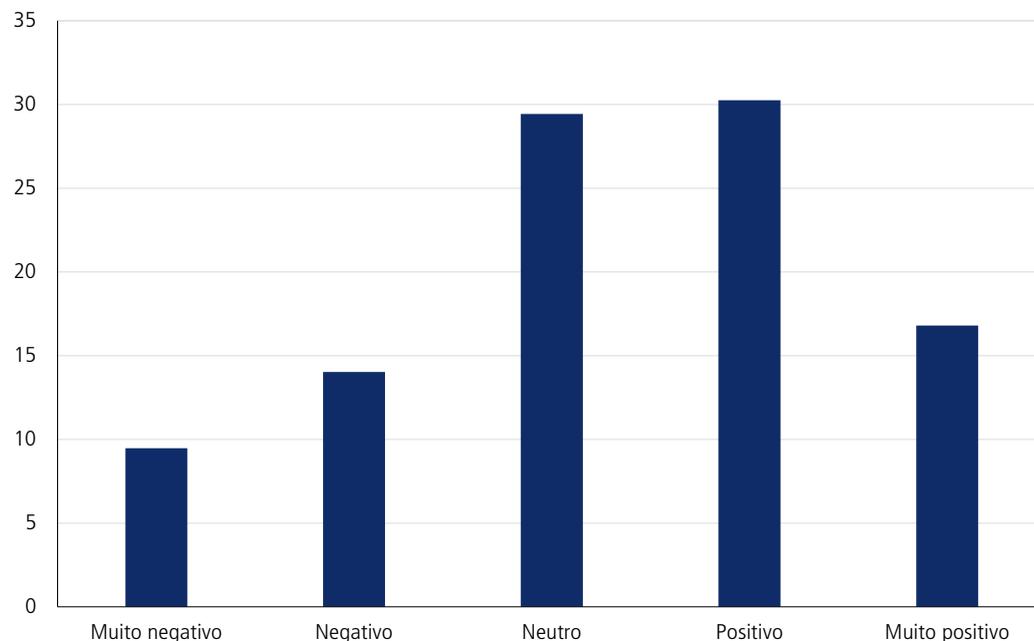
A possibilidade de grupos, em especial os minoritários, lutarem na esfera pública pela afirmação ou ampliação de direitos é inerente à noção contemporânea de democracia. Em uma sociedade que experimenta rápida mudança, estes conflitos podem assumir posição central nos debates públicos e na formação de preferências políticas. Mas de que maneira os cidadãos brasileiros se relacionam com tais pretensões de maior igualdade?

A pesquisa incluiu duas questões que permitem avançar na compreensão sobre o tema. A primeira indagava se a luta por mais direitos de grupos como homossexuais, índios, negros e membros de religiões de candomblé e umbanda era algo negativo, positivo, ou nem negativo nem positivo para o país. O gráfico 27 indica a distribuição de frequências das respostas. Quase a metade dos entrevistados (47%) afirma que tal luta por direitos é muito positiva ou positiva; vale ressaltar, porém, que quase um quarto dos entrevistados (24%) afirma que ela é muito negativa ou negativa e um terço tem posição de neutralidade em relação à questão.

GRÁFICO 27

Opinião dos entrevistados quanto ao sentido (positivo ou negativo) da luta por direitos por minorias, por região

(Em %)



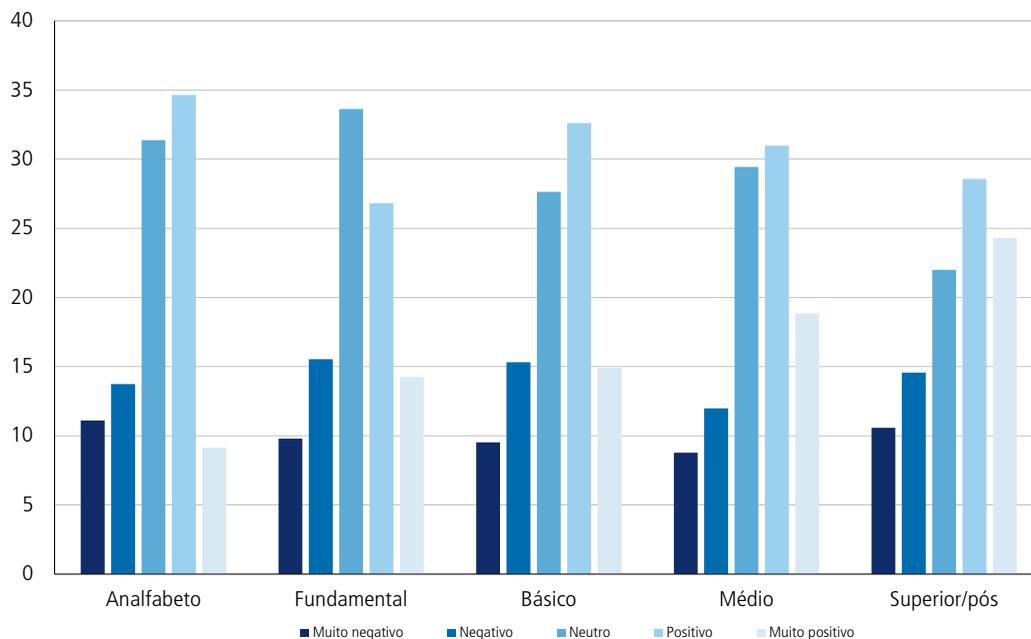
Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

Renda, assim como *raça*, não exibiu, mais uma vez, associação significativa na presença dos controles. *Escolaridade* tem associação positiva, como ilustra o gráfico 28. Aqueles que possuem ensino superior ou pós-graduação, por exemplo, dão mais valor à luta por direitos das minorias, se comparados aos analfabetos (53% contra 44%).

GRÁFICO 28
Opinião dos entrevistados quanto ao sentido da luta por direitos por minorias, por escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

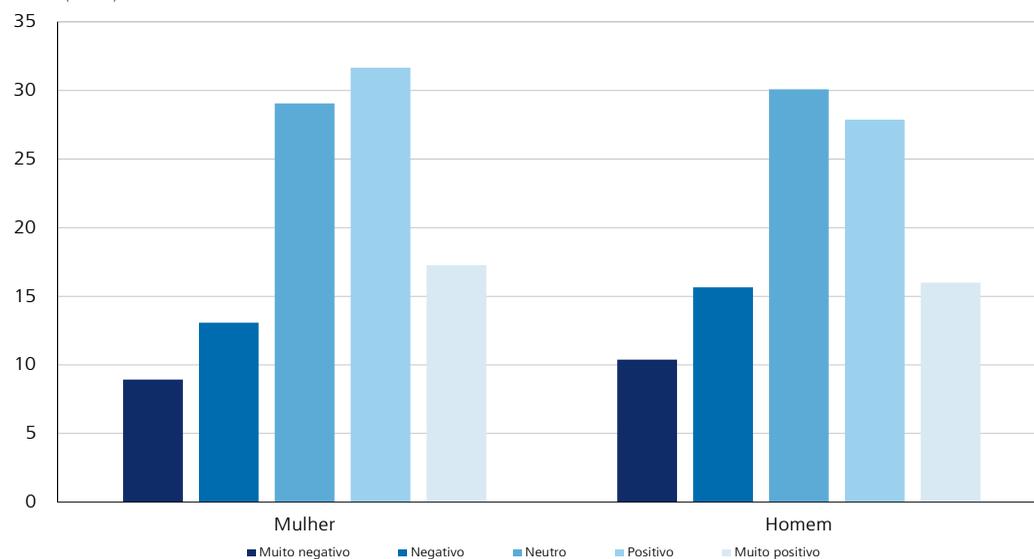
Elaboração dos autores.

No mais, *gênero e religião* também influenciam os padrões de resposta. Homens têm menor propensão a aceitar as lutas das minorias que mulheres, assim como evangélicos, se comparados a católicos e adeptos de outras religiões. A distribuição às frequências de respostas para ambas as variáveis está ilustrada nos gráficos 29 e 30.

GRÁFICO 29

Opinião dos entrevistados quanto ao sentido da luta das minorias por direitos, por sexo

(Em %)



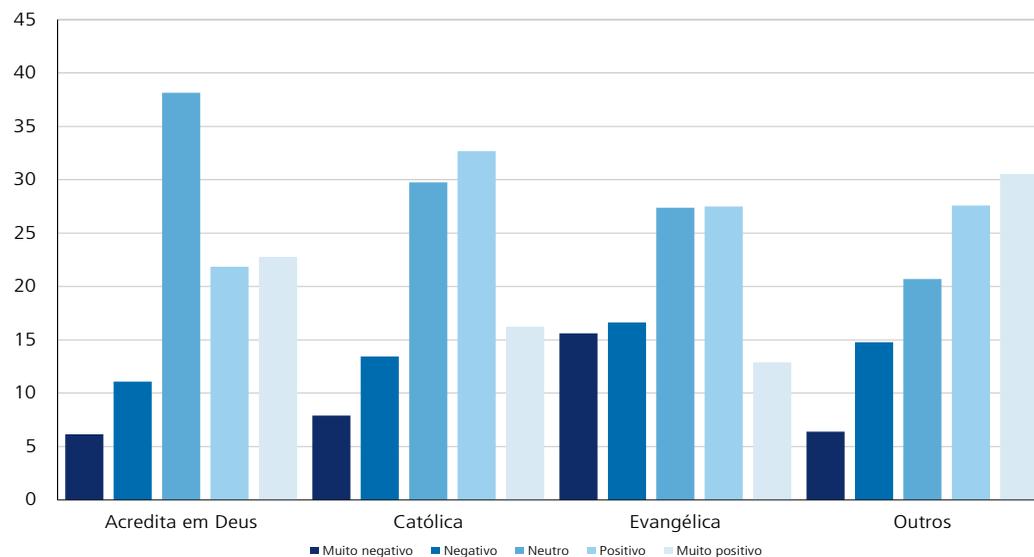
Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 30

Opinião dos entrevistados quanto ao sentido da luta das minorias por direitos, por filiação religiosa

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

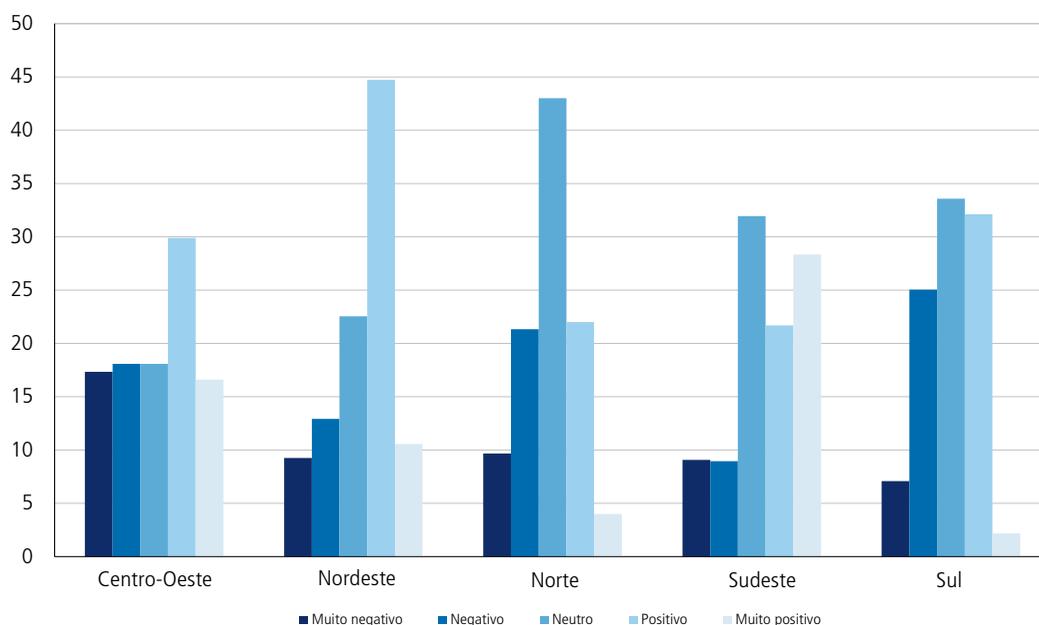
Elaboração dos autores.

Também na variável *região*, apresentada no gráfico 31, observa-se diferença relevante: comparativamente, proporção maior de moradores do Sudeste considera a luta dessas minorias mais positiva. Em particular, a alternativa muito positiva tem proporção bem mais alta (28%) nesta que em outras regiões. Se para outras questões o Sudeste não figura entre as regiões mais modernas – como seria esperado –, aqui, esta proeminência pró-direitos é clara.

GRÁFICO 31

Opinião dos entrevistados quanto ao sentido da luta das minorias por direitos, por região

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

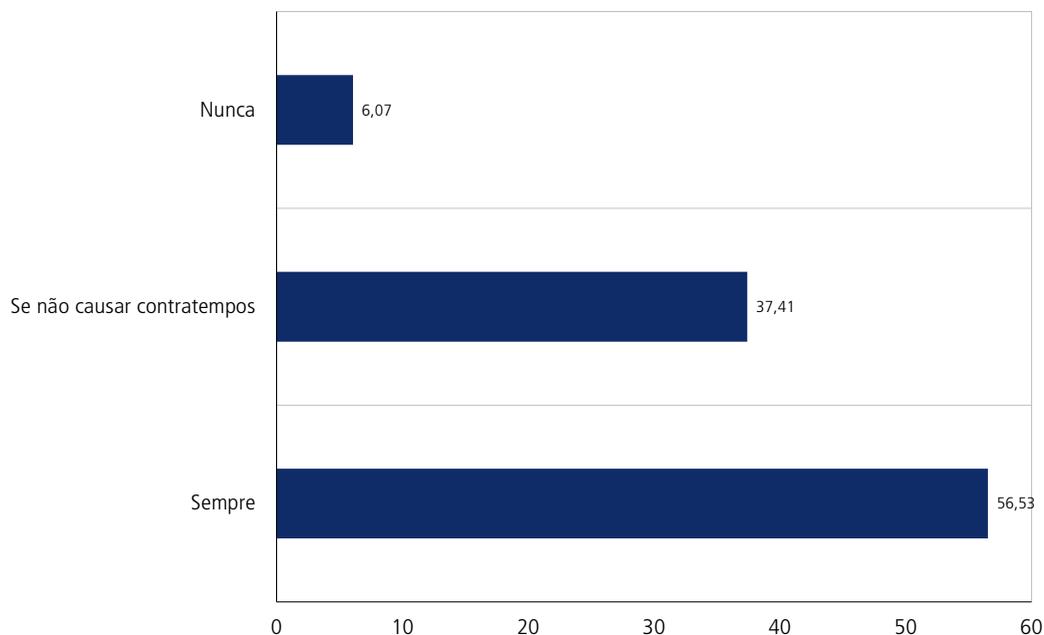
Elaboração dos autores.

Outra questão que contribuiu para explorar o tema democracia como um regime de luta por direitos indagava ao entrevistado se os cidadãos têm direito de protestar contra os governos: “sempre”, “apenas se isso não gerar contratempos para os demais” ou “nunca”. A distribuição das frequências apresentada no gráfico 32 indica que, a despeito de a maioria afirmar ser incondicional o direito ao protesto contra os governos (56%), uma fração relevante postula por condicionantes a este direito (37%), sendo que 6% se opõem a qualquer forma de protesto.

GRÁFICO 32

Opinião dos entrevistados sobre o direito ao protesto contra o governo

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

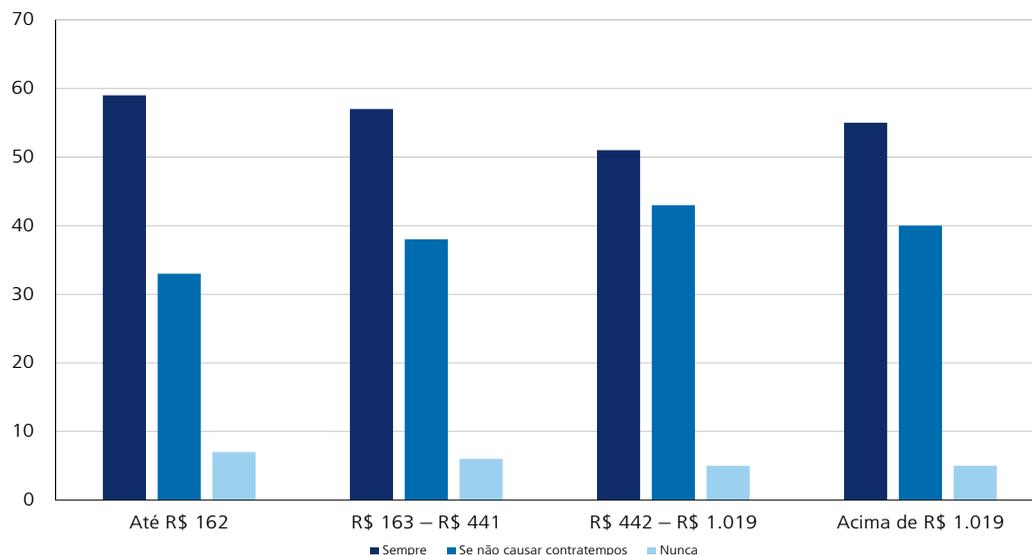
As diferenças de *renda* (gráfico 33) têm efeito pequeno e não linear. A terceira faixa tem menor probabilidade de optar pelo direito ao protesto irrestrito (51%). A principal diferença está nas preferências das faixas 1 e 4 de renda, que variam de 33% a 43% na alternativa intermediária – protesto condicional.

O gráfico 34 mostra que a adesão ao protesto incondicional cresce com o aumento da escolaridade. A variação vai de 46% de apoio ao protesto incondicional entre os analfabetos a 60% entre os mais escolarizados. Em ordem inversa, 13% dos menos escolarizados entendem que protestos contra o governo nunca são admissíveis, porcentagem que cai para abaixo de 3% para os mais escolarizados. Esta variação não deve ofuscar, contudo, a proximidade da distribuição na alternativa intermediária (“se não houver transtornos”). O dado pode ser revelador de formas comuns de perceber o protesto e seus limites entre as diferentes faixas de escolaridade mais do que poderia ser esperado de antemão.

GRÁFICO 33

Opinião dos entrevistados sobre o direito ao protesto contra o governo, por faixas de renda

(Em %)



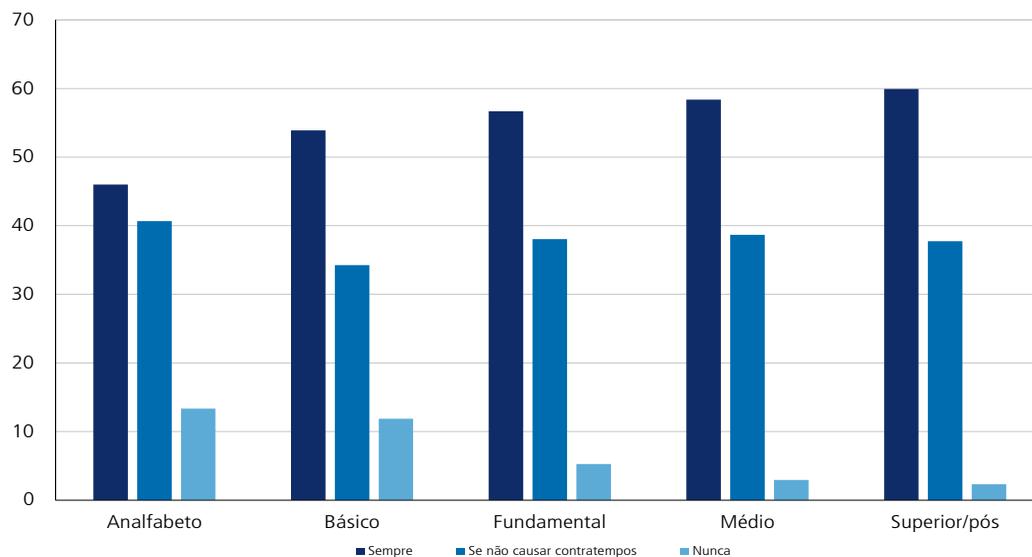
Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 34

Opinião dos entrevistados sobre o direito ao protesto contra o governo, por faixas de escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

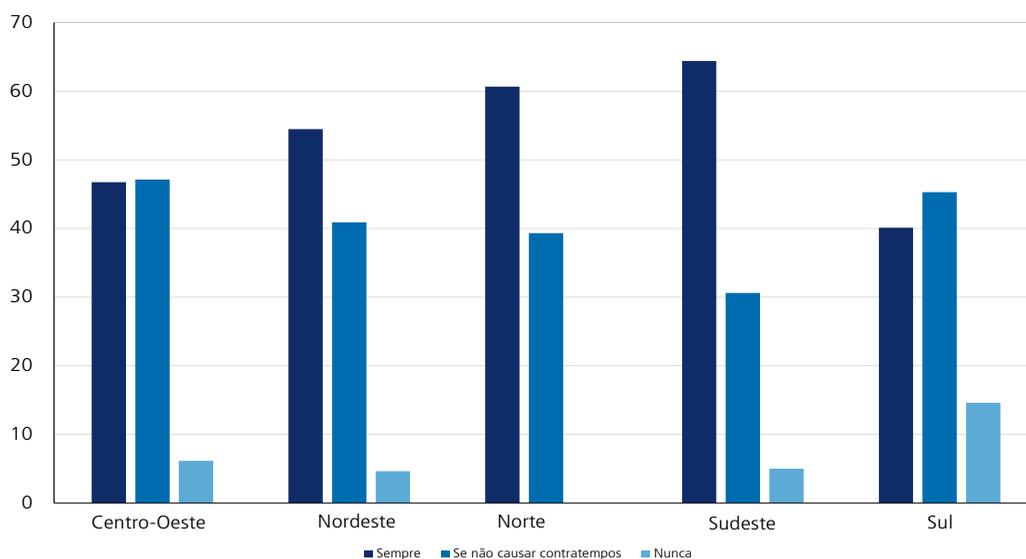
Elaboração dos autores.

A variação regional também é relevante. Como se vê no gráfico 35, as regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste apresentam os menores níveis de adesão incondicional ao direito ao protesto. Este dado se coloca em surpreendente contraste com a alta porcentagem relativa de respondentes da região Norte, que entendem o direito ao protesto como incondicional (60%), aliada à ausência de respondentes nesta região que tenham optado pela alternativa “nunca”.¹⁹

GRÁFICO 35

Opinião dos entrevistados sobre o direito ao protesto contra o governo, por região

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

4.2.4 Desigualdades sociais: indivíduo, natureza ou política pública?

Se as percepções sobre a capacidade de influenciar o governo indicam estarem os brasileiros mais ciosos de seu papel como cidadãos ativos – em que pesem os argumentos de parte da literatura sobre apatia política –, o próximo objeto desta análise diz respeito a uma questão fundamental: o enfrentamento das desigualdades de renda. A questão permite uma análise por dois ângulos distintos. No primeiro, é possível indagar sobre a causa das desigualdades. No segundo, é possível verificar o papel e a responsabilidade atribuída

19. Raça e sexo não exibiram efeitos significativos. Os que creem em Deus (independentemente da filiação religiosa), se comparados aos ateus, apresentam menores níveis de adesão ao protesto incondicional.

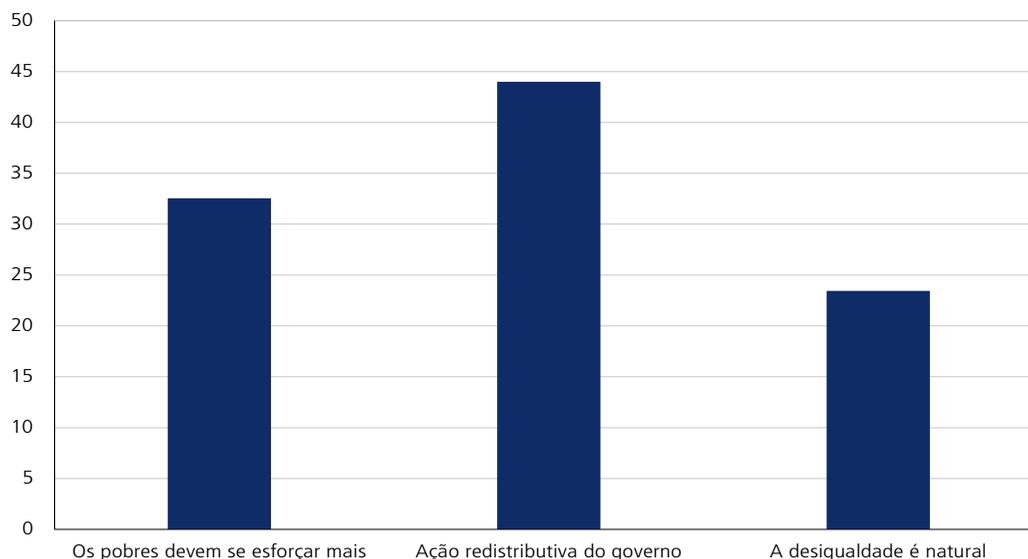
ao Estado na manutenção ou na transformação deste cenário. A pergunta feita aos entrevistados, a qual norteará a análise, foi a seguinte: “Apesar de algumas melhorias recentes, o Brasil ainda é um país com muita desigualdade social. Para você, o que seria mais importante para modificar essa situação?” As opções eram: “1. Os mais pobres devem se esforçar mais ou aproveitarem melhor as oportunidades que têm”; “2. O governo deve aumentar os impostos para os mais ricos e ajudar mais os mais pobres”; e “3. A desigualdade é natural, pois algumas pessoas têm mais capacidade que as outras. Por isso, não há muito a ser modificado”.

A distribuição percentual é apresentada no gráfico 36. As três alternativas de resposta somam adesão substancial na população: aqueles que indicaram ser o pró-ativismo dos mais pobres a melhor alternativa para reduzir desigualdades somam 33%; aqueles que atribuem ao Estado o dever de mudar o *status quo* somam 44%; e aqueles para os quais as desigualdades se fundam na natureza dos indivíduos somam 23%.

GRÁFICO 36

Opinião dos entrevistados sobre as razões das desigualdades entre pobres e ricos

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

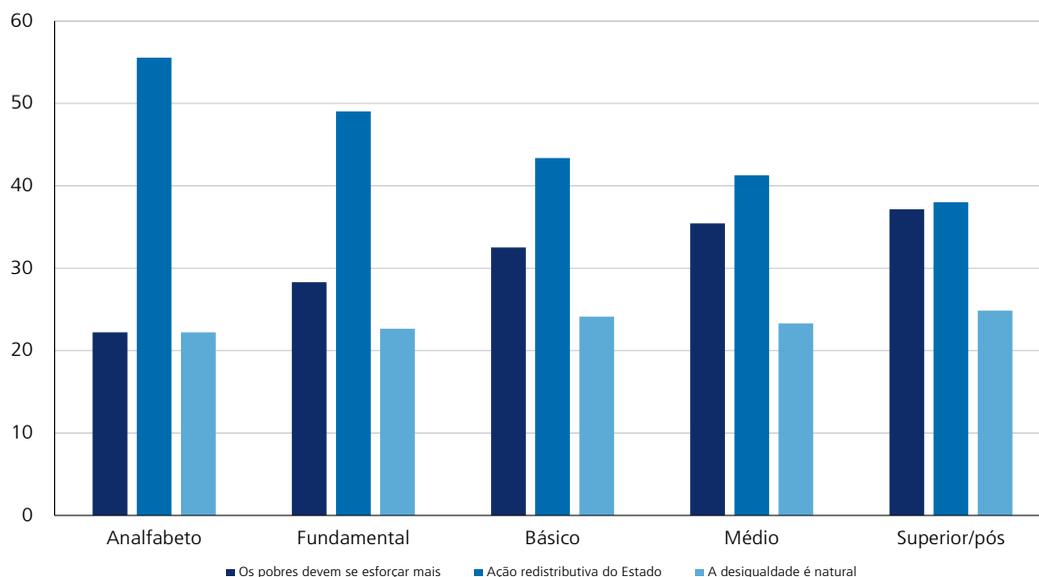
Os próximos gráficos exploram a associação dessas escolhas com variáveis sociodemográficas. O gráfico 37 indica a forte associação por *escolaridade*. Os mais

escolarizados atribuem ao esforço dos próprios pobres a via mais importante para modificar a desigualdade. Nos extremos, esta variação vai de 22% entre analfabetos a 37% entre aqueles que têm nível superior. Da mesma forma, os mais escolarizados tendem a considerar a desigualdade mais natural que os demais, ainda que a variação, estatisticamente significativa, seja pequena ao longo das faixas nesta categoria. Em suma, os mais escolarizados têm uma visão mais liberal e, pode-se dizer, atribuem menor responsabilidade ao Estado para operar mudanças redistributivas.²⁰

GRÁFICO 37

Opinião dos entrevistados sobre as razões das desigualdades entre pobres e ricos, por faixas de escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

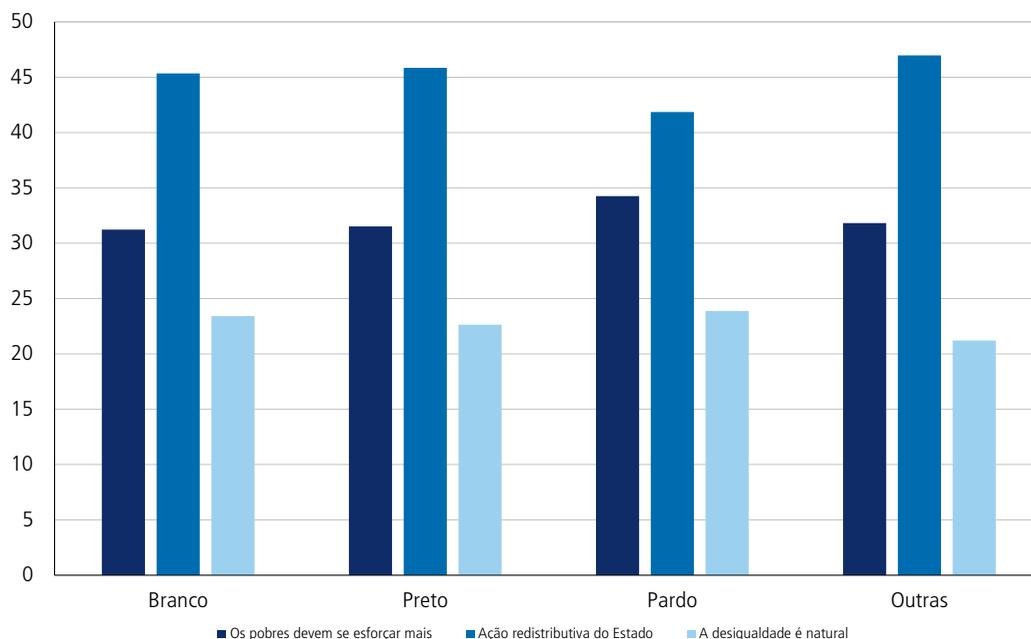
Raça também tem associação com a variação na porcentagem de respostas, mas, nos níveis convencionais de significância estatística, apenas nas probabilidades de escolha entre as alternativas 2 e 3. Os testes mostram probabilidade menor de os negros se situarem na terceira categoria, qual seja, a que afirma que a desigualdade é natural, ainda que isso não gere preferência discernível, neste grupo, sobre como esta pode ser superada – se pelo esforço próprio ou pela ação do Estado. Os resultados estão no gráfico 38.

20. As únicas variáveis que não se mostraram significativas nesta análise foram renda e sexo.

GRÁFICO 38

Opinião dos entrevistados sobre as razões das desigualdades entre pobres e ricos, por raça

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

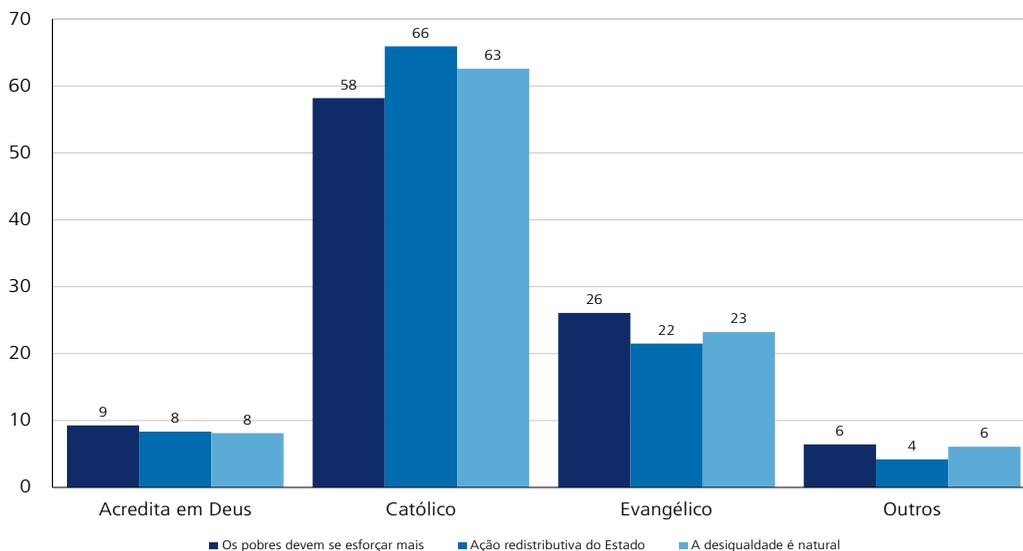
A associação da religião com as proporções de respostas é interessante. Conforme expresso no gráfico 39, aqueles que creem em Deus, e especialmente os evangélicos *vis-à-vis* os católicos, localizam inequivocamente no esforço individual dos mais pobres o caminho para a redução das desigualdades, em comparação à alternativa da ação redistributiva do Estado.

Por fim, como se pode ver no gráfico 40, a variável *região* se mostra, novamente, relevante. Moradores do Norte e do Centro-Oeste têm maior probabilidade de escolher a opção que afirma ser a desigualdade natural, em contraposição aos entrevistados da região Sul, que são assertivos quer na rejeição da naturalidade das desigualdades quer na rejeição de que esta deveria ser superada pelo esforço pessoal, localizando claramente na ação do Estado o meio para reduzir desigualdades.

GRÁFICO 39

Opinião dos entrevistados sobre as razões das desigualdades entre pobres e ricos, por filiação religiosa

(Em %)



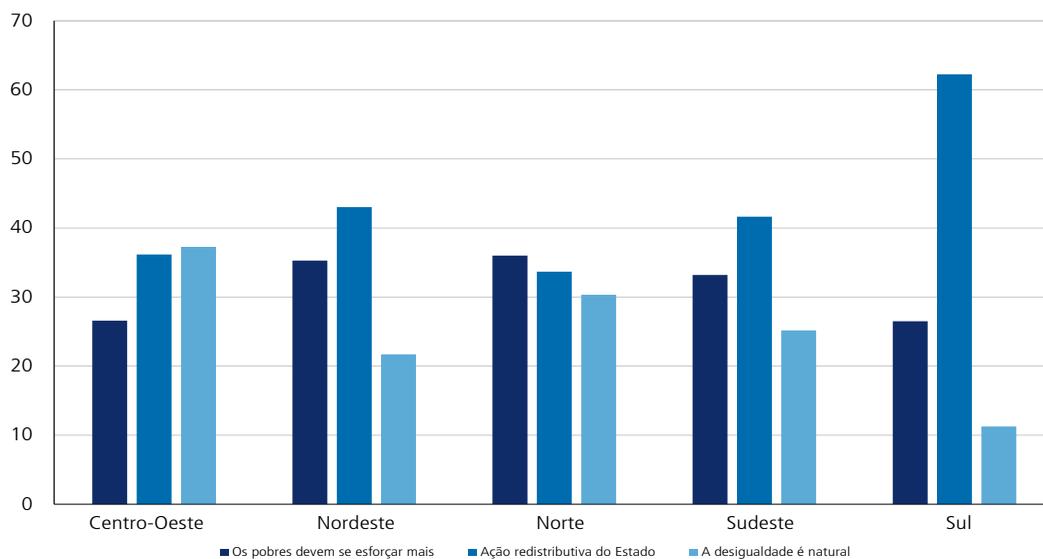
Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 40

Opinião dos entrevistados sobre as razões das desigualdades entre pobres e ricos, por região

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

5 IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA

Esta seção analisa as questões concernentes às relações de gênero e às percepções sobre desigualdade de raça, com base em análise de dois blocos de questões que se referem a estes temas. Para cada um destes blocos está reservada uma subseção.

5.1 Gênero

A fim de avaliar como a população percebe algumas questões-chave concernentes às relações de gênero, tais como os respectivos papéis sociais de homens e mulheres e graus de desigualdade de poder, foram elencadas cinco questões. As respostas foram coletadas com base em uma escala de concordância ou discordância de cinco pontos. As questões estão expostas no quadro 1, para facilitar a consulta do leitor ao longo da análise.

QUADRO 1

Questões relativas às opiniões sobre gênero

Vou ler algumas frases e gostaria que o(a) senhor(a) nos indicasse seu grau de concordância ou discordância em relação a elas, com base na seguinte escala:

1. Concorda bastante
 2. Concorda
 3. Não concorda nem discorda
 4. Discorda
 5. Discorda bastante
 6. Não sabe (não ler esta opção)
 7. Não respondeu (não ler esta opção)
31. Nas decisões importantes de um casal, o homem deve ter a última palavra.
 32. Ainda que as mulheres sejam competentes no trabalho, não são tão boas quanto os homens para mandar.
 33. Em algumas situações, a mulher deve tolerar a violência de seu companheiro, em nome da união da família.
 34. A mulher deve ter o direito de decidir se interrompe ou não uma gravidez.
 35. Em alguns casos de estupro, a mulher também tem culpa porque veste roupa provocante.

Fonte: SIPS/lpea.

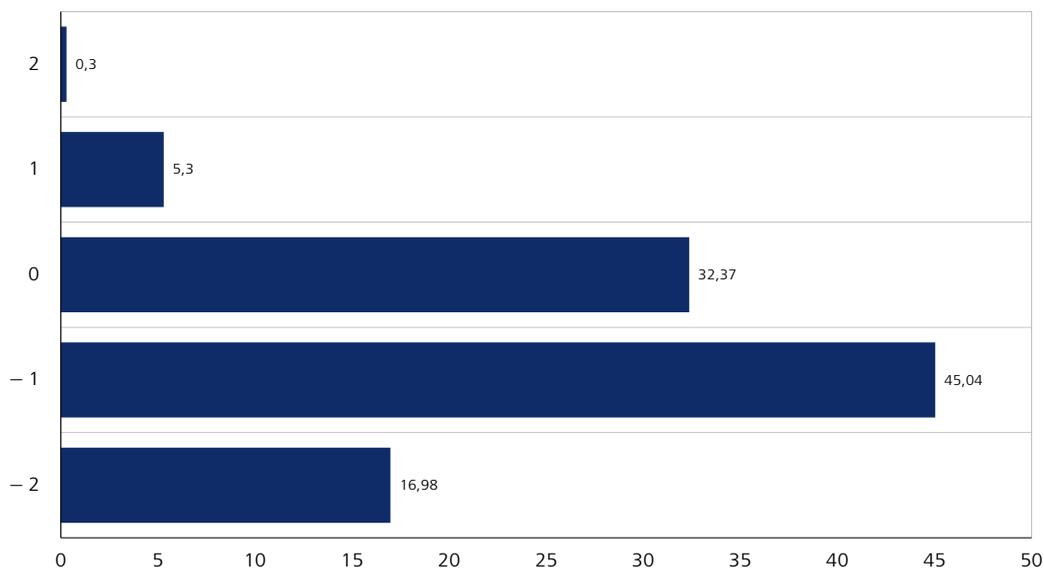
Para facilitar a análise e a apresentação dos resultados, a escala foi reduzida de cinco para três pontos (-1, 0 e 1), com inversão do sinal da pontuação quando isso foi necessário (questão 34). Na sequência, os escores atribuídos a cada entrevistado foram somados. Com isso, foi possível chegar a uma escala de percepção quanto aos papéis de gênero que pode ir de -5 a +5. A pontuação +5 (a soma dos escores dos entrevistados que, para todas as questões, deram a resposta que pontuava +1) indica maior adesão a posições representativas da desigualdade nos papéis e nas relações de poder. Por sua

vez, a pontuação -5 (a soma dos escores dos entrevistados que, para todas as questões, deram a resposta que pontuava -1) representa maior adesão a posições representativas de igualdade entre homens e mulheres. Apesar de a análise estatística se basear na escala mais ampla, para melhor apresentação foi operada nova redução, de dez para cinco pontos (-2 a $+2$). O gráfico 41 apresenta a distribuição geral das frequências.

GRÁFICO 41

Opinião dos entrevistados sobre a igualdade de gênero

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

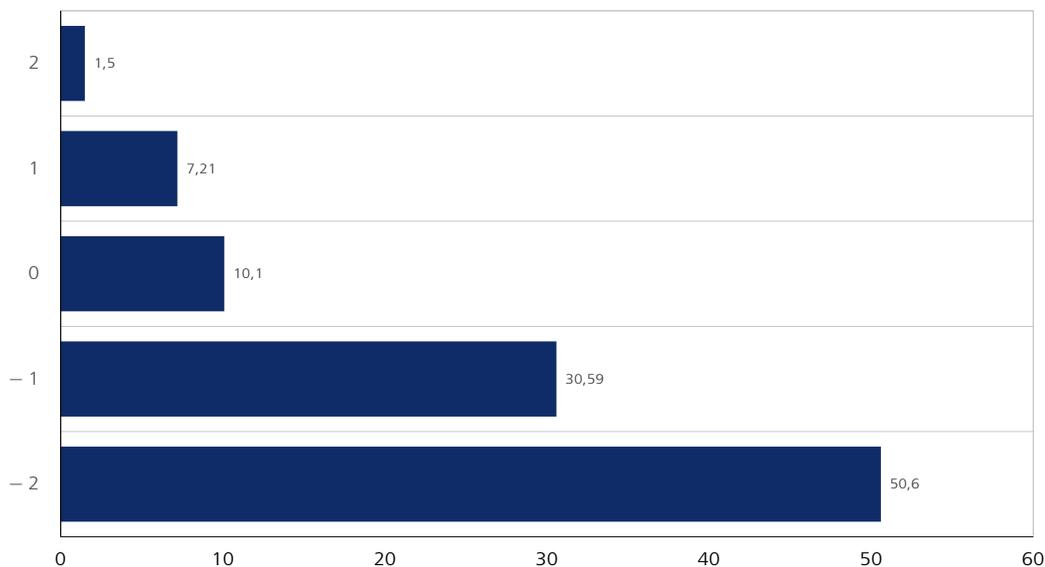
Elaboração dos autores.

Vê-se que a parcela da população cuja visão espelha maior igualdade nos papéis de gênero é majoritária (62%, isto é, soma de -1 e -2). Entretanto, persiste fração intermédia ainda expressiva de aproximadamente um terço da população que se revela adepta de posições menos igualitárias, indicando haver grande espaço para progresso. Parte deste resultado decorre das respostas oferecidas à questão sobre o direito ao aborto, que tradicionalmente encontra muitos opositores. Basta ver que 60% dos entrevistados dizem discordar do direito de as mulheres interromperem a gravidez. O gráfico 42 indica que, se os escores relativos à questão do aborto fossem excluídos do índice, o valor da adesão máxima à igualdade de gênero saltaria de 17% para 50% e a fatia progressista iria a 80%.

GRÁFICO 42

Proporção da opinião dos entrevistados sobre igualdade de gênero, excluindo questão sobre aborto

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

A seguir são feitas considerações sobre as distribuições de frequências pelas variáveis de controle utilizadas para a análise multivariada do índice.

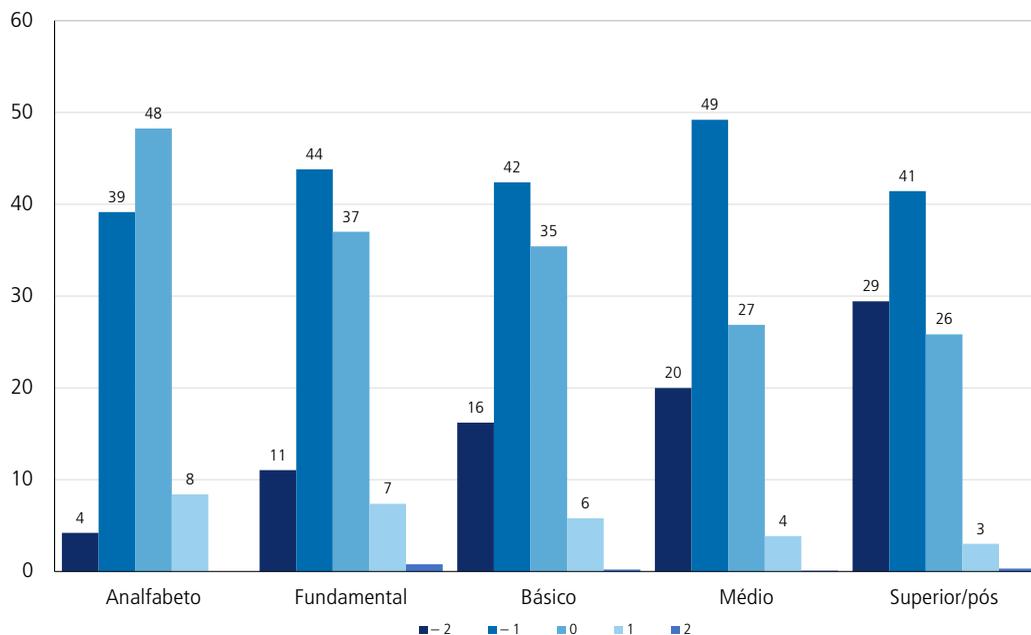
As opiniões concernentes a este tema são bastante influenciadas pela *escolaridade*.²¹ O gráfico 43 indica a forte variação no nível -2 (mais igualitário), se comparados entrevistados analfabetos (4%) ou com ensino fundamental (11%) aos que têm ensino superior (29%). Como em muitas outras questões analisadas ao longo deste texto, a escolaridade emerge como variável explicativa fundamental das diferenças de percepção e valores dos brasileiros. Vale notar as baixas proporções encontradas nos níveis 1 e 2 do índice, o que parece retratar progressos nas políticas de igualdade de gênero.

21. Os testes multivariados não indicaram efeitos estatisticamente significativos para renda.

GRÁFICO 43

Proporção da opinião dos entrevistados sobre igualdade de gênero, segundo faixas de escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

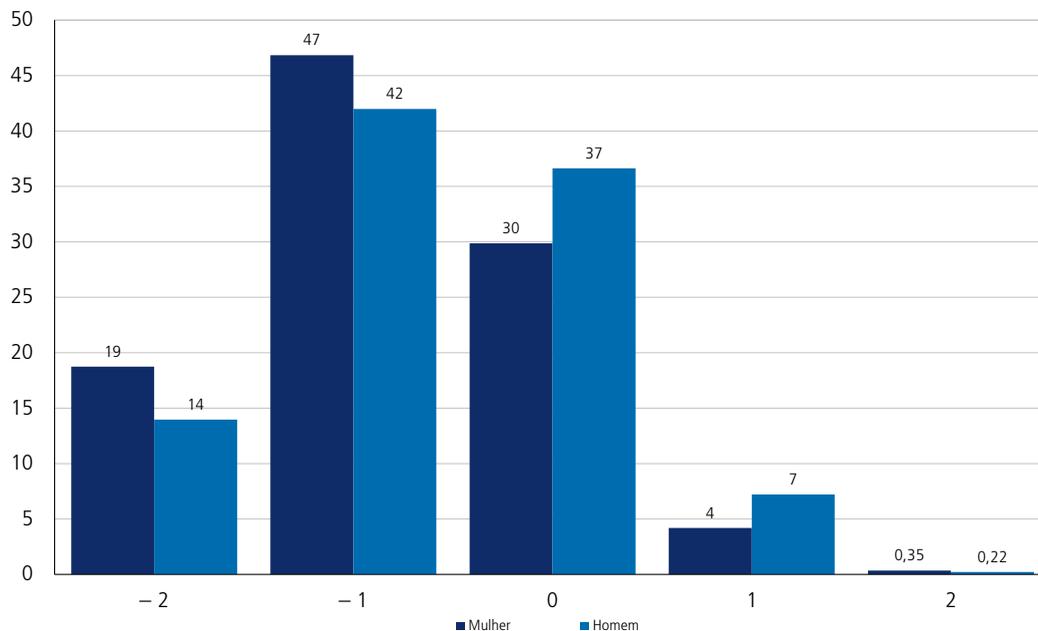
Elaboração dos autores.

No que toca às diferenças de opinião entre sexos, observa-se que as mulheres apoiam mais a igualdade de gênero, como esperado. Parece, contudo, que as diferenças não são substantivamente relevantes, ainda que estatisticamente significativas. O gráfico 44 mostra uma diferença máxima de 7%, no ponto médio da escala.

GRÁFICO 44

Proporção da opinião dos entrevistados sobre igualdade de gênero, segundo sexo

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

O gráfico 45 apresenta nova distribuição por sexo, excluindo do cálculo, contudo, a questão sobre o aborto.

Nesse novo recorte analítico, o ponto que retrata opiniões mais favoráveis à igualdade (-2) tem prevalência das mulheres em relação aos homens de 9 p.p.

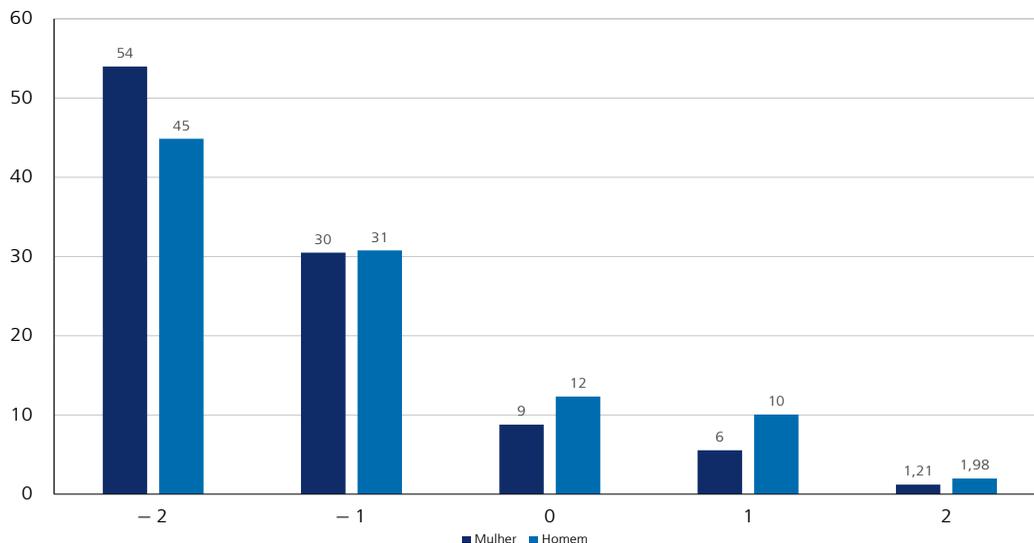
No gráfico 46, analisou-se a distribuição por *filiação religiosa*. Em comparação com os católicos, os evangélicos formam a única denominação que apresentou variação significativa. Neste caso, são menos propensos que os católicos a se situarem do lado esquerdo da escala. As diferenças, no entanto, não são substantivas.²²

22. A frequência de ateus na amostra é pequena ($N = 21$, 0,56%), razão pela qual se preferiu não discuti-la. Indique-se apenas que a frequência de 71% ($N = 15$) no grau -1 cai para 36% e sobe para 76% em -2 quando a questão sobre aborto é excluída.

GRÁFICO 45

Opinião dos entrevistados sobre igualdade de gênero, segundo sexo e excluindo do índice a questão 34 (direito ao aborto)

(Em %)



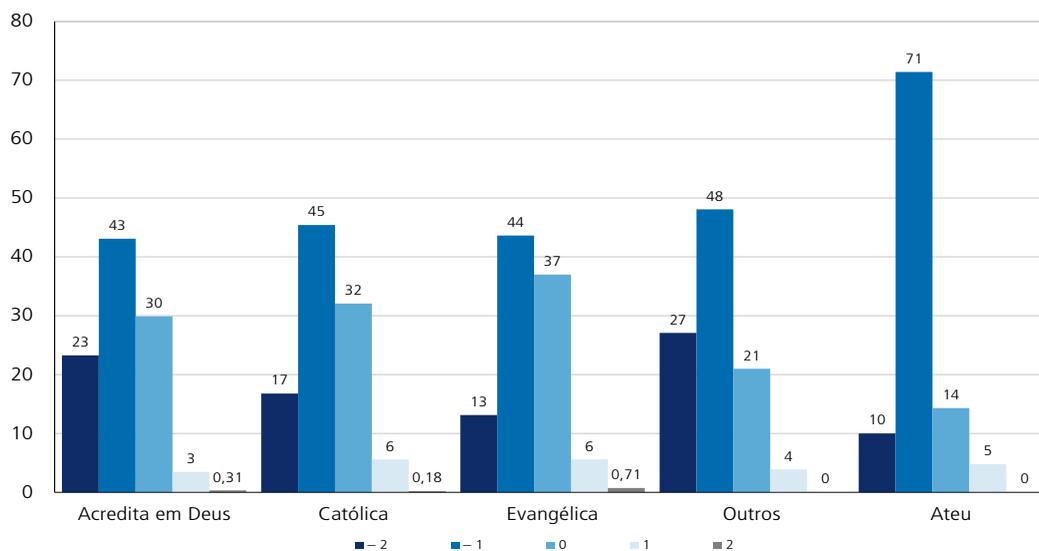
Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 46

Opinião dos entrevistados sobre igualdade de gênero, segundo filiação religiosa

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

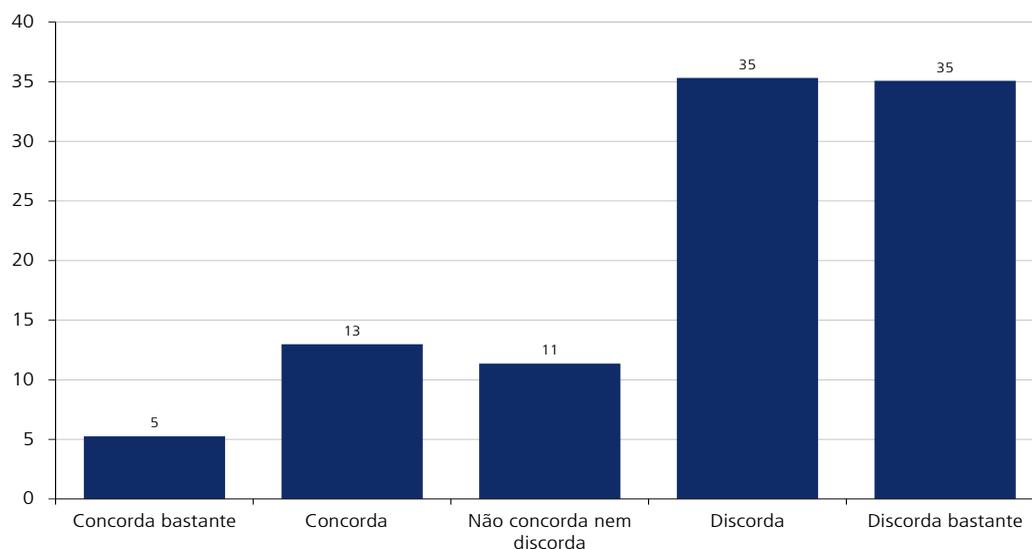
A fim de apresentar uma compreensão mais refinada das respostas, reportam-se a seguir as distribuições específicas para cada uma das cinco questões que compõem o bloco sobre gênero à luz das variáveis sociodemográficas levadas em conta na pesquisa. Sempre que for verificada significância estatística, os gráficos da distribuição das respectivas proporções serão expostos na seguinte ordem: *i*) distribuição geral; *ii*) distribuição segundo renda; *iii*) distribuição segundo escolaridade, *iv*) distribuição segundo idade; *v*) distribuição segundo região; *vi*) distribuição segundo sexo; e *vii*) distribuição segundo religião. Entre estas variáveis, escolaridade, sexo, região e religião sempre apresentaram efeitos estatisticamente significativos, o que não ocorreu em renda e idade.

A questão 31 submetia ao juízo de concordância do entrevistado a seguinte afirmação: “Nas decisões importantes de um casal, o homem deve ter a última palavra”. O gráfico 47 indica que mais de 70% da população discordam ou discordam muito desta afirmação, sendo que 11,36% disseram não concordar nem discordar e cerca de 18,5% afirmaram concordar ou concordar muito. A maioria da população entende, pois, que as relações conjugais devem contemplar uma perspectiva igualitária entre o homem e a mulher.

GRÁFICO 47

Opinião dos entrevistados quanto à afirmação de que homens devem ter a última palavra em decisões importantes (questão 31)

(Em %)



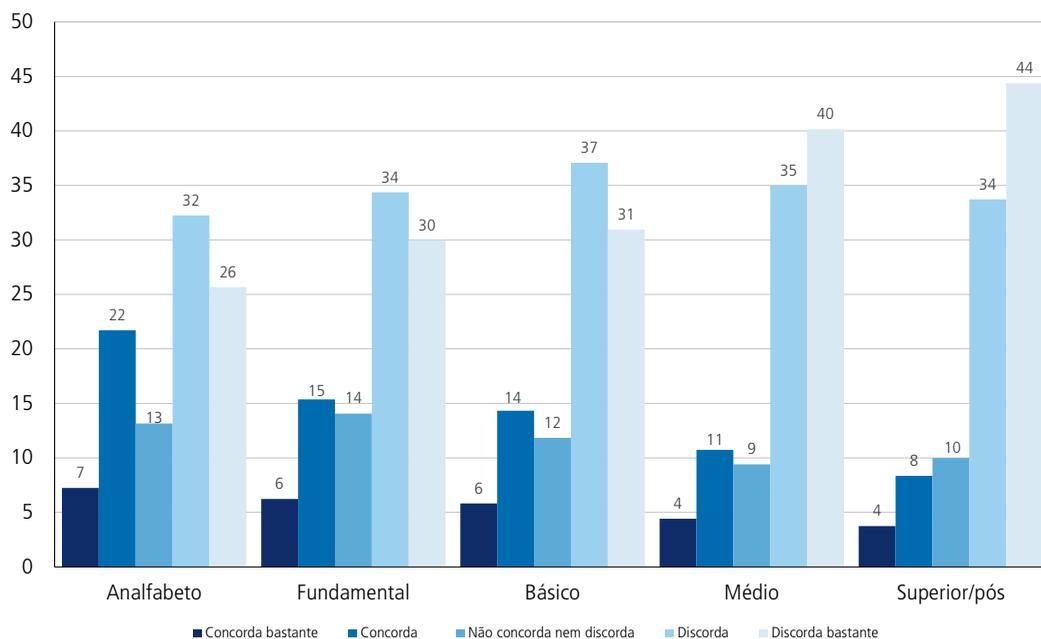
Fonte: SIPS/lpea.
Elaboração dos autores.

O gráfico 48 indica que a escolaridade, uma vez mais, explica parte da variação nas respostas: quanto mais anos de estudo, maior a propensão a discordar da afirmação e, por conseguinte, maior a adesão a uma perspectiva igualitária entre o homem e a mulher na relação a dois.²³

GRÁFICO 48

Opinião dos entrevistados quanto à afirmação de que homens devem ter a última palavra em decisões importantes, por escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

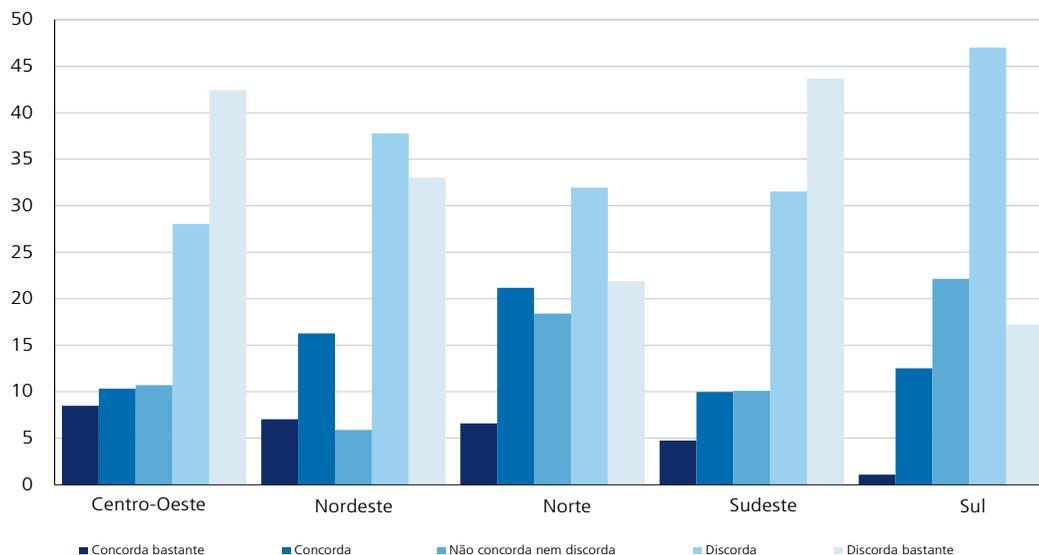
Também significativo e expressivo foi o efeito das regiões (gráfico 49). Nordeste, Norte e Sul concordam mais que o Sudeste e o Centro-Oeste.

23. Os testes multivariados não indicaram efeitos significativos para renda e raça.

GRÁFICO 49

Opinião dos entrevistados quanto à afirmação de que homens devem ter a última palavra em decisões importantes, segundo regiões

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

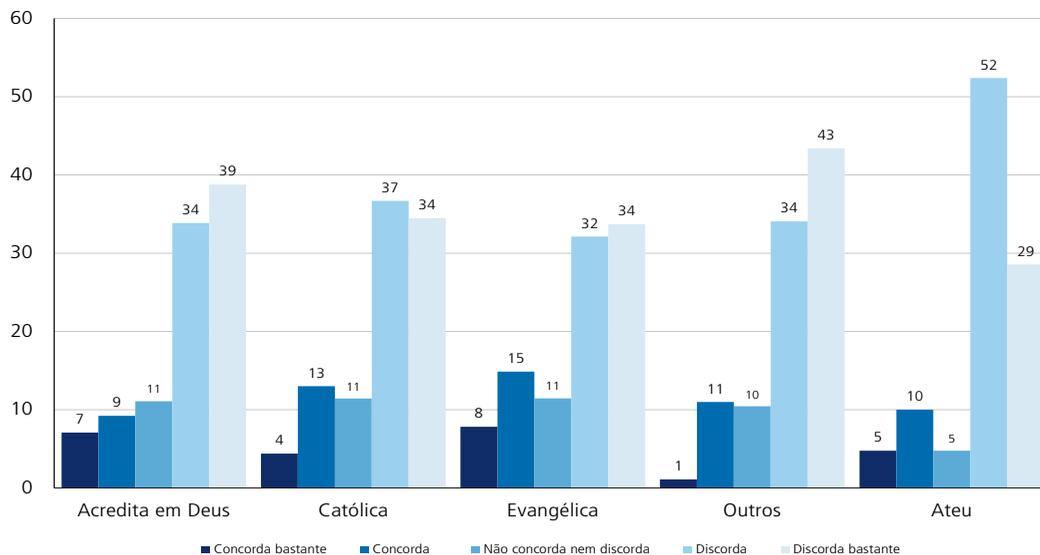
A distribuição por religião, no gráfico 50, indica que os evangélicos são a denominação mais propensa a concordar com a assertiva e, em sentido inverso, com menor taxa de adesão aos níveis de discordância em relação à questão formulada.

O gráfico 51 retrata forte divergência na intensidade das discordâncias entre homens e mulheres. As mulheres são mais veementes em aderir à igualdade desejável de papéis sociais entre os sexos. A discordância máxima sobre a questão sobe de 26% entre homens para 41% entre as mulheres.

GRÁFICO 50

Opinião dos entrevistados quanto à afirmação de que homens devem ter a última palavra em decisões importantes, segundo filiação religiosa

(Em %)



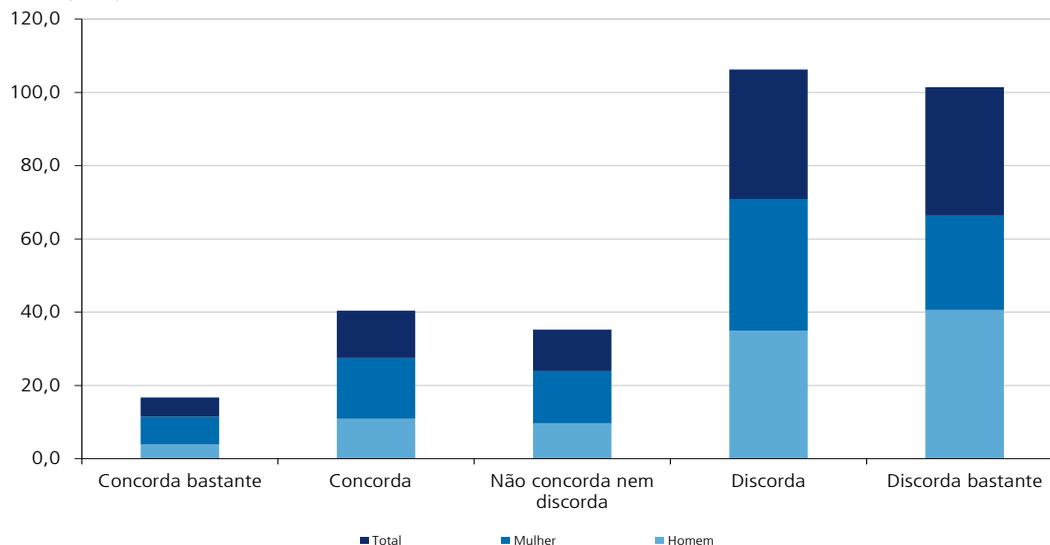
Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 51

Opinião dos entrevistados quanto à afirmação de que homens devem ter a última palavra em decisões importantes, por sexo

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

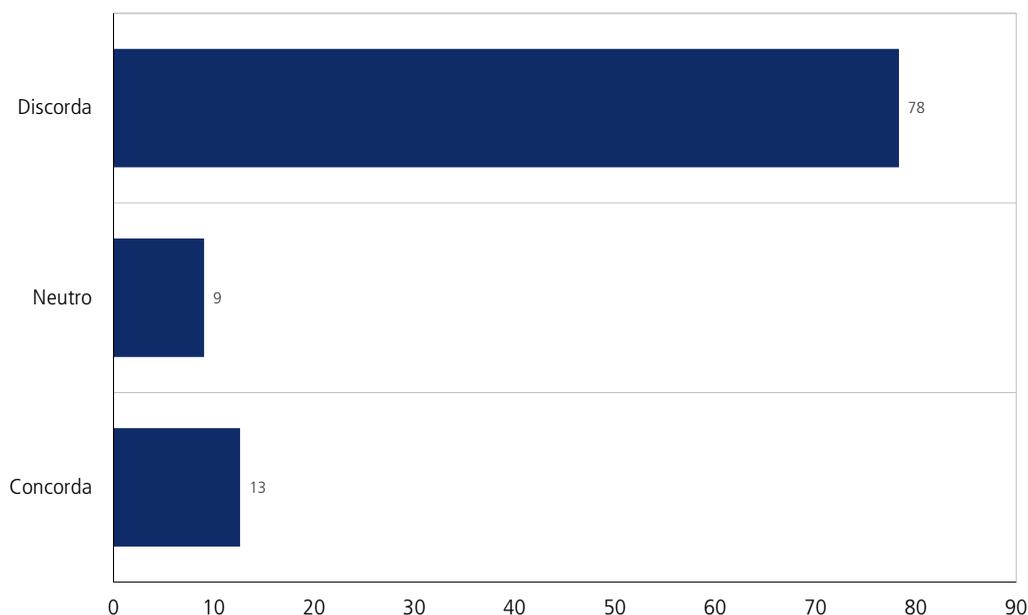
A questão 32 contemplava outra relevante manifestação da desigualdade de gênero no mundo contemporâneo: o papel da mulher em comparação ao do homem nas relações de trabalho. Indagou-se sobre o juízo de concordância do entrevistado em relação à assertiva de que as mulheres, ainda que no trabalho sejam tão competentes quanto os homens, não são tão boas quanto estes para mandar. A seguir são apresentadas as proporções das opiniões dos entrevistados em relação a esta questão, com redução das alternativas de resposta de cinco para três pontos na escala, para facilitar a exposição.

A distribuição das frequências apresentada no gráfico 52 indica, em geral, forte discordância da população em relação a mais capacidade de liderança nos homens no contexto das relações de trabalho.

GRÁFICO 52

Opinião dos entrevistados quanto à capacidade relativa de homens e mulheres para exercer o mando no ambiente de trabalho (questão 32)¹

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

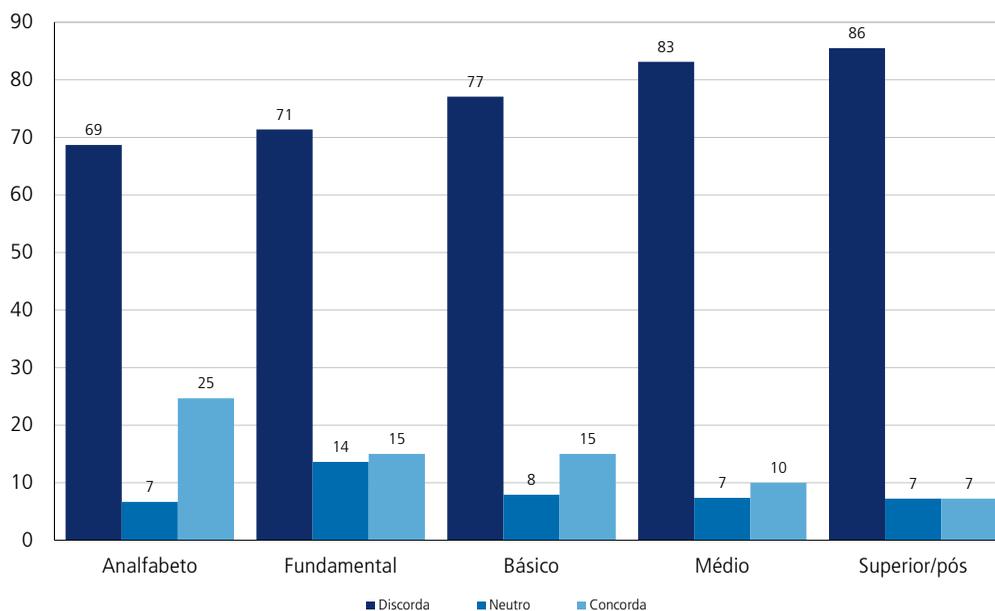
Nota: ¹A questão proposta consistia em manifestar sua concordância ou discordância quanto à seguinte afirmativa: "Ainda que as mulheres sejam competentes no trabalho, não são tão boas quanto os homens para mandar".

Escolaridade, como retrata o gráfico 53, produz variação relevante sobre a proporção das respostas. A discordância em relação à assertiva cresce de forma linear, de 69% a 86%, com a ampliação da escolaridade.²⁴

GRÁFICO 53

Opinião dos entrevistados quanto à capacidade relativa de homens e mulheres para exercer o mando no ambiente de trabalho (questão 32),¹ por escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ A questão proposta consistia em manifestar sua concordância ou discordância quanto à seguinte afirmativa: "Ainda que as mulheres sejam competentes no trabalho, não são tão boas quanto os homens para mandar".

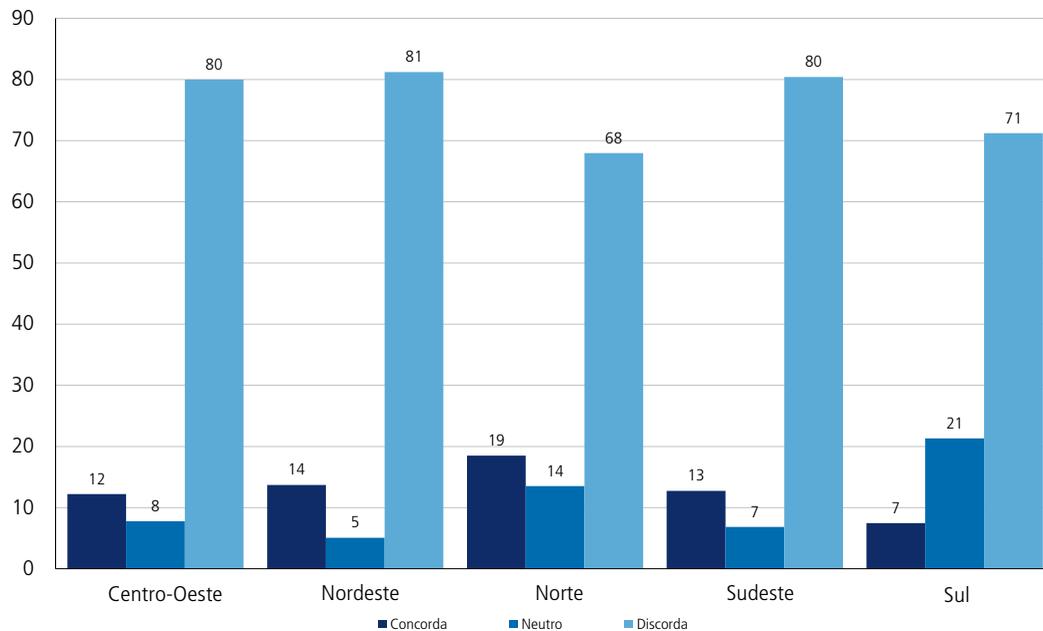
Em termos *regionais*, Norte e Sul se mostram mais conservadores que as demais regiões, conforme o gráfico 54. Deve-se observar, contudo, que a variação no Sul é entre discordância e neutralidade, não entre discordância e concordância.

24. Os testes multivariados não indicaram efeitos significativos para renda, religião, raça e idade.

GRÁFICO 54

Opinião dos entrevistados quanto à capacidade relativa de homens e mulheres para exercer o mando no ambiente de trabalho (questão 32),¹ por regiões

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

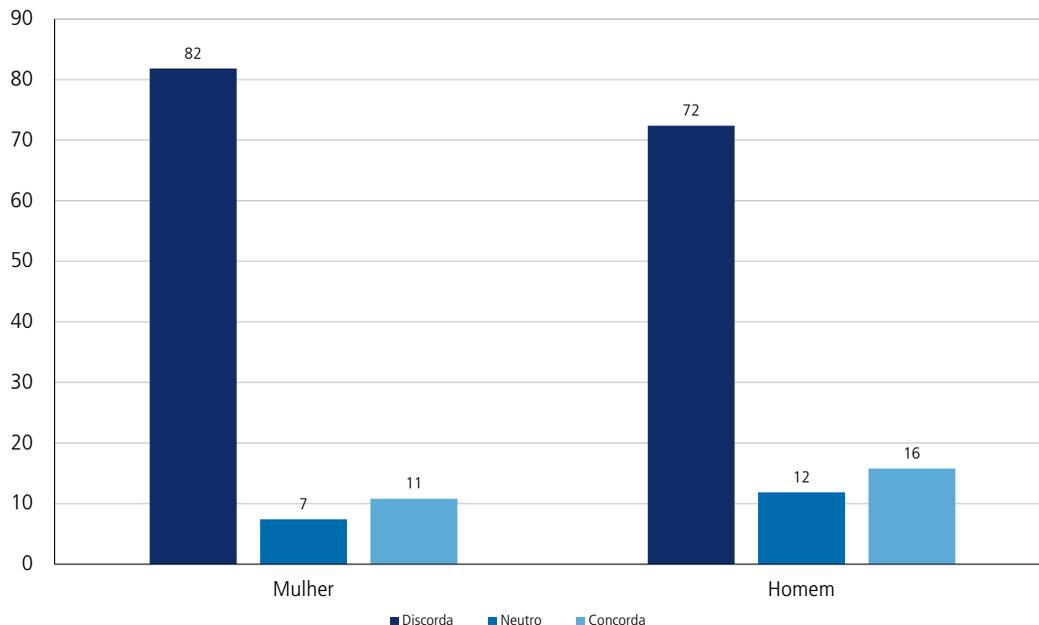
Nota: ¹ A questão proposta consistia em manifestar sua concordância ou discordância quanto à seguinte afirmativa: "Ainda que as mulheres sejam competentes no trabalho, não são tão boas quanto os homens para mandar".

Em relação ao sexo, repete-se o padrão anterior, havendo variação de quase 10 p.p. nas frequências de homens e mulheres, com a proporção de respostas discordantes sendo maior no sexo feminino (gráfico 55).

GRÁFICO 55

Opinião dos entrevistados quanto à capacidade relativa de homens e mulheres para exercer o mando no ambiente de trabalho (questão 32),¹ segundo sexo

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ A questão proposta consistia em manifestar sua concordância ou discordância quanto à seguinte afirmativa: “Ainda que as mulheres sejam competentes no trabalho, não são tão boas quanto os homens para mandar”.

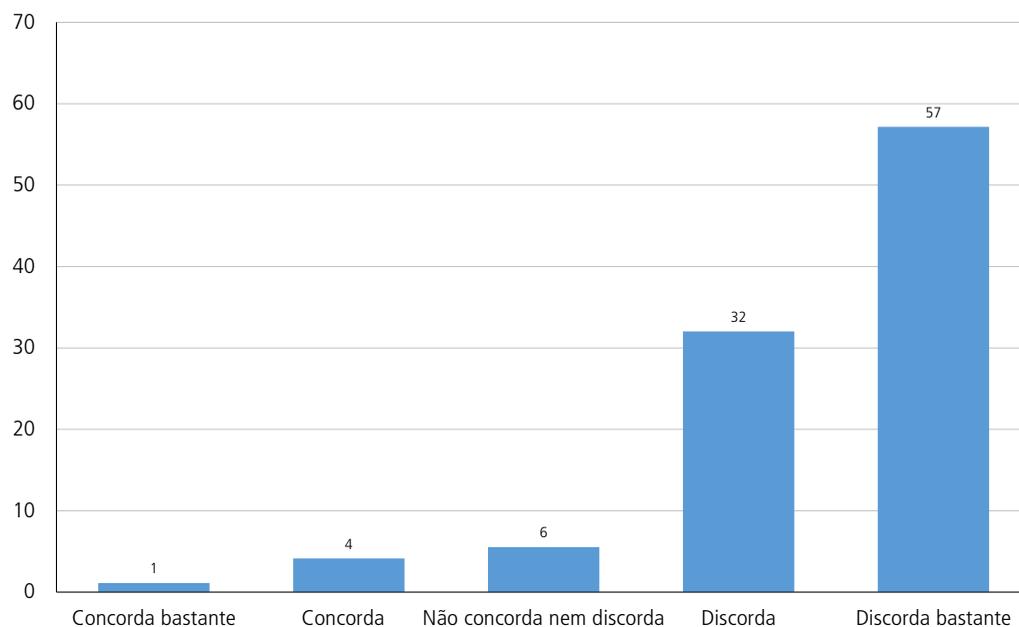
A questão 33 solicitou o juízo dos entrevistados em relação a um dos problemas mais centrais, atualmente, na agenda de políticas públicas para a igualdade de gênero: a violência contra a mulher no ambiente doméstico. A assertiva submetida aos entrevistados foi a seguinte: “Em algumas situações a mulher deve tolerar a violência de seu companheiro, em nome da união da família”.

O gráfico 56 ilustra que, a despeito de sua persistência, a violência contra as mulheres em ambiente doméstico encontra forte reprovação na opinião pública. Os níveis de discordância chegam a 90%.

GRÁFICO 56

Opinião dos entrevistados quanto à mulher tolerar violência em nome da união familiar (questão 33)

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

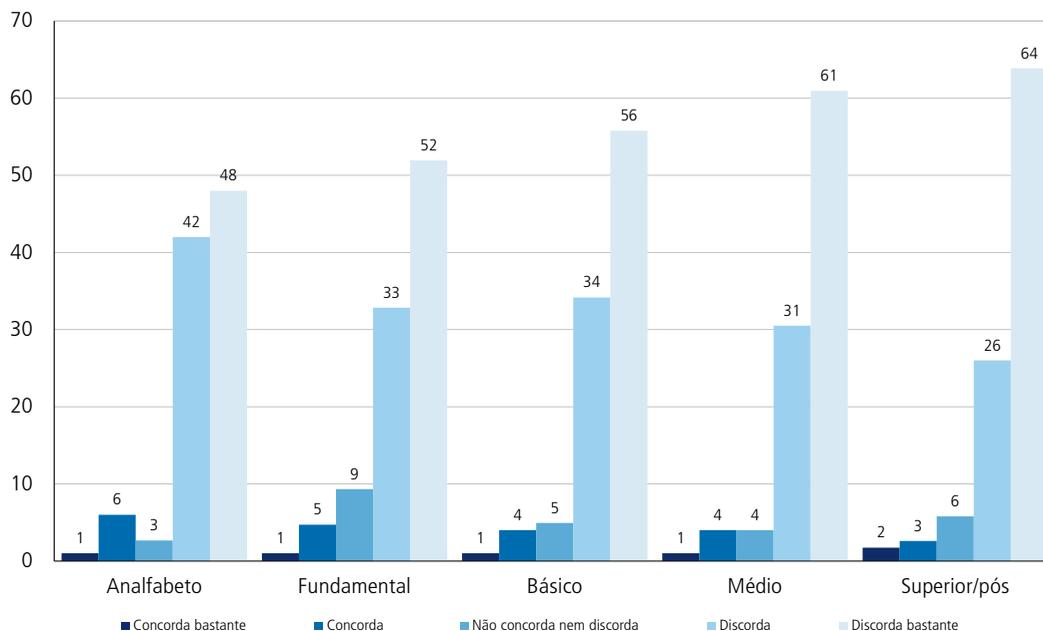
Há um claro efeito da *escolaridade* sobre a variação das respostas.²⁵ Vê-se que, em que pese estarem quase todos os respondentes associados às alternativas de discordância, esta é mais intensa (discorda bastante) entre os mais escolarizados (gráfico 57).

25. Os testes multivariados não indicaram efeitos significativos para renda e raça.

GRÁFICO 57

Opinião dos entrevistados quanto à mulher tolerar violência em nome da união familiar (questão 33), por escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

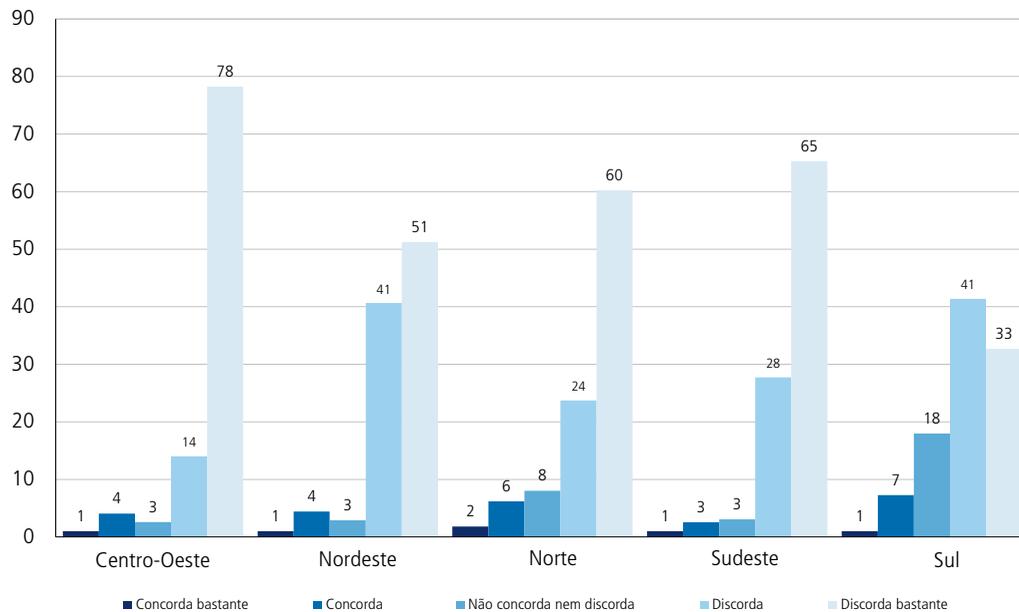
Elaboração dos autores.

O gráfico 58 ilustra a variação de respostas por região. A região Centro-Oeste se mostrou mais progressista que a Sudeste; as demais, menos progressistas. Vale notar, em particular, que a região Sul, apresenta níveis de discordância máxima (“discordo muito”) bem inferiores, comparativamente. É difícil interpretar o sentido destes resultados, mas eles parecem indicar, como nos resultados de outras questões retratadas nesta seção, que a região Sul não é a expressão do moderno entre as diferentes regiões do país, como costuma constar nos argumentos da literatura especializada.

GRÁFICO 58

Opinião dos entrevistados quanto à mulher tolerar violência em nome da união familiar (questão 33), por regiões

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

Quanto à distribuição por sexo, não obstante a proximidade na distribuição das respostas, a discordância máxima é sempre maior entre mulheres: 60%, comparados a 51% entre homens (gráfico 59).²⁶

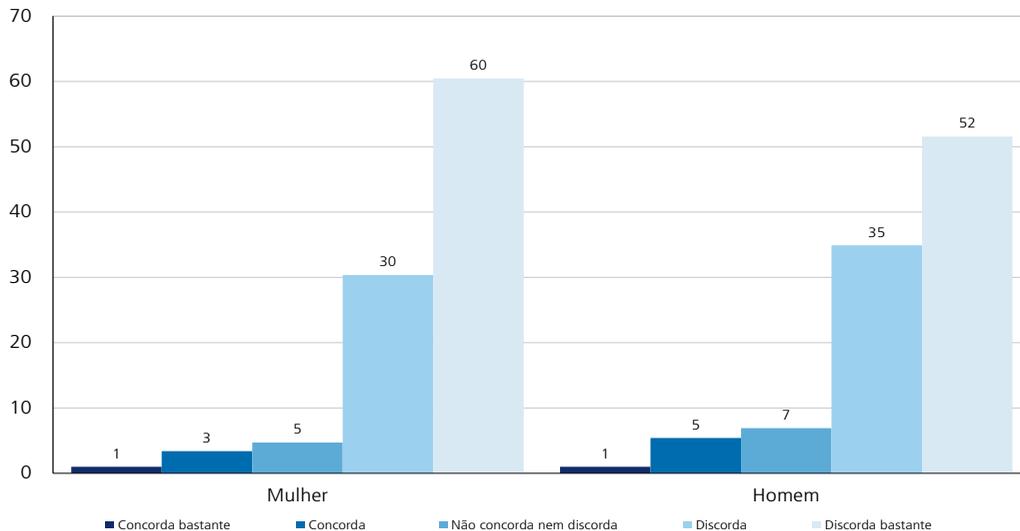
As distribuições expostas no gráfico 60 referem-se à questão 34, que lida com a aceitação do direito de as mulheres interromperem a gravidez. Observe-se que a distribuição é bastante diferente das demais questões, com 59% discordando, 13% em posição neutra e 27% concordando.

26. Os testes multivariados não indicaram efeitos significativos para renda e raça ou religião.

GRÁFICO 59

Opinião dos entrevistados quanto à mulher tolerar violência em nome da união familiar (questão 33), por sexo

(Em %)



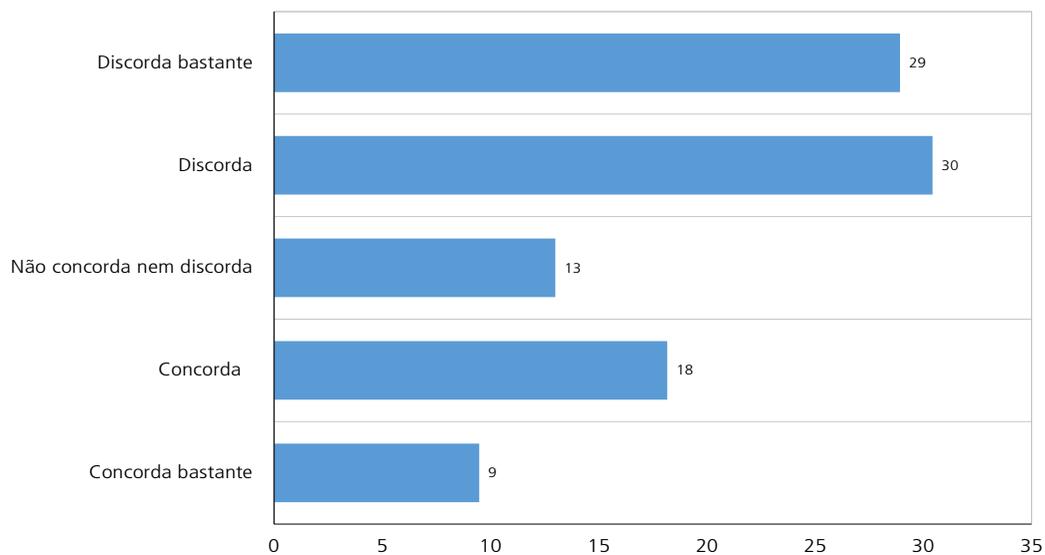
Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 60

Opinião dos entrevistados sobre o direito ao aborto (questão 34)

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

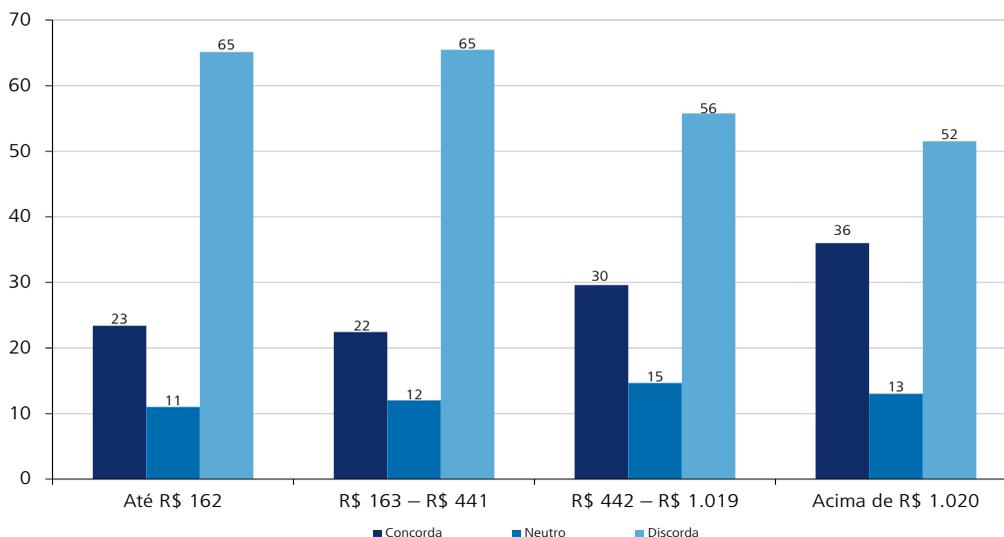
Elaboração dos autores.

As variações segundo a renda são, pela primeira vez, expressivas: a adesão ao aborto como direito cresce de forma quase linear com o crescimento da renda (gráfico 61).²⁷

GRÁFICO 61

Opinião dos entrevistados sobre o direito ao aborto (questão 34), por faixas de renda

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

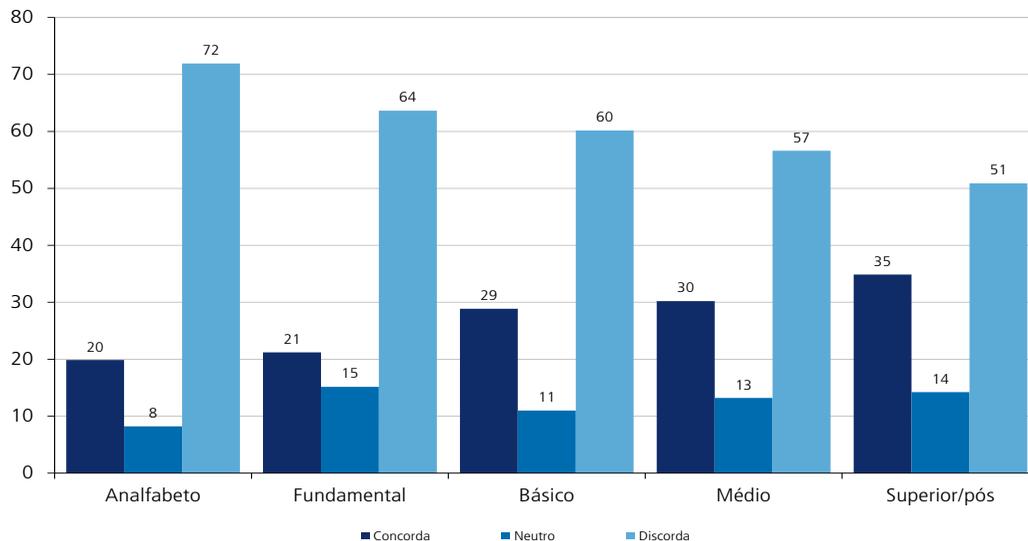
Há também forte variação segundo as faixas de escolaridade. Entre aqueles que discordam do direito ao aborto, a proporção cai continuamente, e vai de 72% entre analfabetos a 51% entre os mais escolarizados, conforme o gráfico 62.

Regionalmente, as diferenças são substantivas. Varia bastante a proporção dos discordantes, de 67% (Nordeste) a 46% (Sul). Estatisticamente, as variações foram significativas nas regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste, se comparadas à região Sudeste. Ainda adotando o Sudeste como parâmetro comparativo, os habitantes do Nordeste e Centro-Oeste são mais refratários a considerar o aborto como direito e os do Sul têm maior probabilidade de aceitá-lo como tal, como mostra o gráfico 63.

27. Nos próximos gráficos, referentes à questão 34, optou-se por reduzir a escala para três pontos, no intuito de facilitar a visualização. A única exceção é a distribuição por sexo, constante do gráfico 64.

GRÁFICO 62
Opinião dos entrevistados sobre o direito ao aborto (questão 34), por faixas de escolaridade

(Em %)

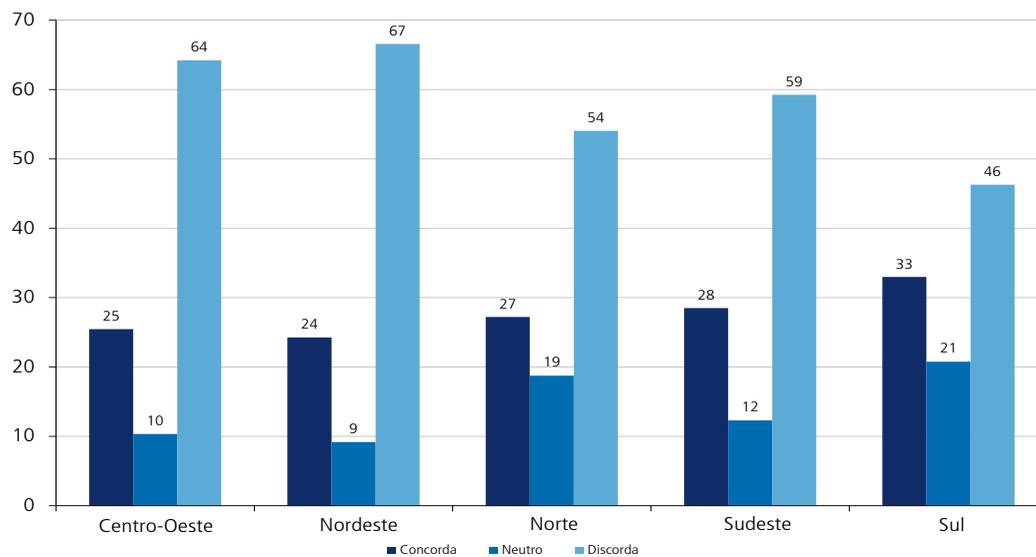


Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 63
Opinião dos entrevistados sobre o direito ao aborto (questão 34), por regiões

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

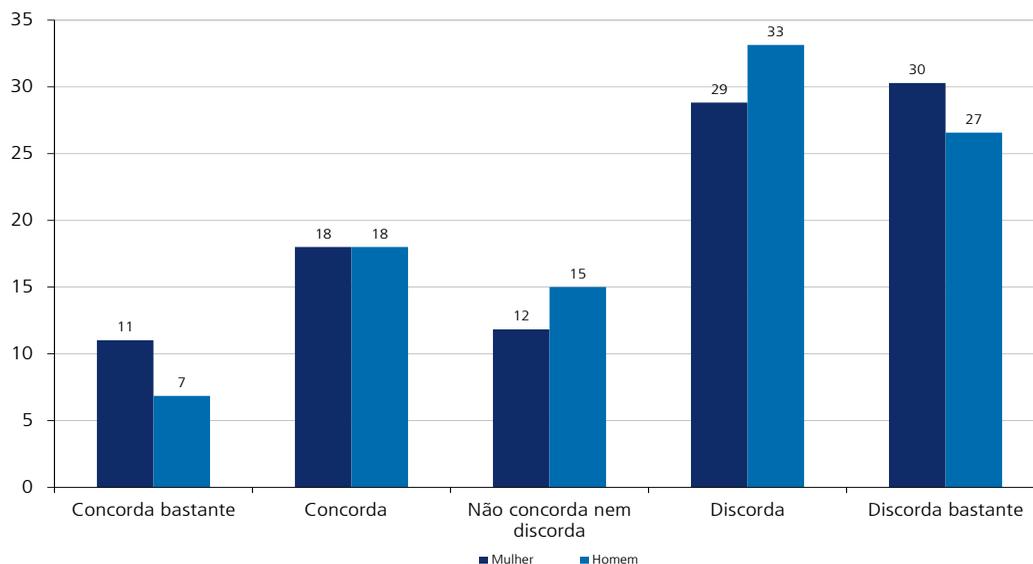
Elaboração dos autores.

Em relação ao sexo, o gráfico 64 ilustra que as mulheres são as que mais discordam em relação ao aborto como direito (30% das mulheres, 27% dos homens). Mas, em linhas gerais, a distribuição das respostas a esta questão guarda bastante semelhança entre os sexos.

GRÁFICO 64

Opinião dos entrevistados sobre o direito ao aborto (questão 34), por sexo

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

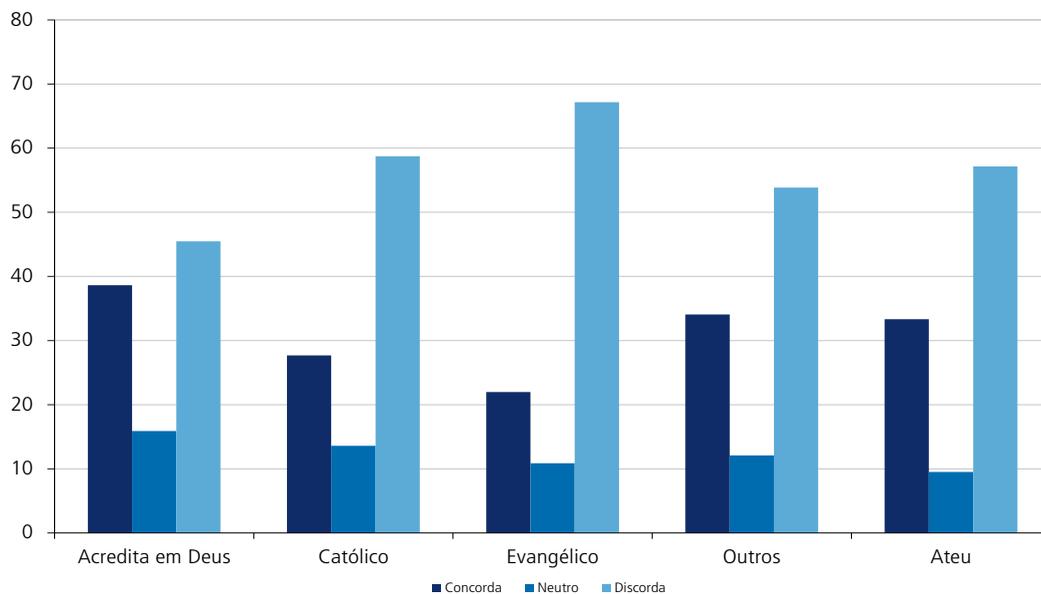
A variável religião indicou forte diferença na opinião dos entrevistados com filiação evangélica, os quais registram a maior porcentagem de discordância e a menor porcentagem de concordância da assertiva, conforme o gráfico 65.

A próxima questão analisada também expressa uma situação da violência contra a mulher que tem estado bastante em voga nas discussões públicas recentes, a propósito da multiplicação das notificações de estupro nas cidades brasileiras e das mobilizações em reação a este fato, como é o caso da Marcha das Vadias. A questão 35 solicitava o juízo dos entrevistados quanto à afirmação de que, “em alguns casos de estupro, a mulher também tem culpa porque se veste de maneira provocante”.

GRÁFICO 65

Opinião dos entrevistados sobre a questão 34 (interrupção da gravidez), segundo filiação religiosa

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

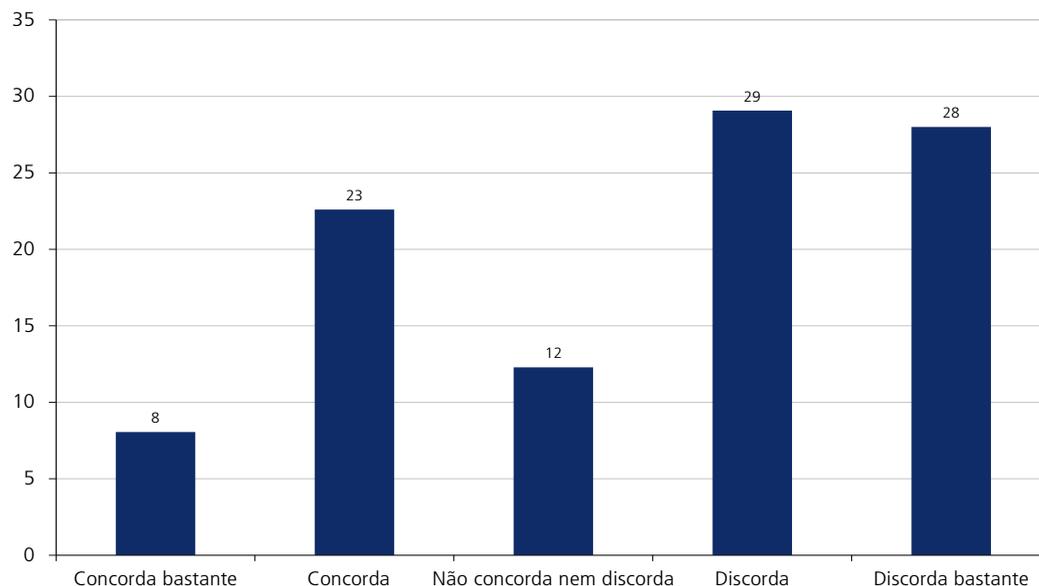
Elaboração dos autores.

O gráfico 66 mostra a distribuição geral das frequências das respostas. Nota-se que apenas 57% dos entrevistados discordam ou discordam muito dessa assertiva, enquanto 31% concordam ou concordam muito e 12% disseram nem concordar nem discordar. Este resultado, somado ao da questão do aborto, indica que, se há uma dimensão da igualdade de gênero na qual a sociedade brasileira é claramente dividida é a dos direitos sexuais e reprodutivos.

GRÁFICO 66

Opinião dos entrevistados sobre a culpa da mulher em casos de estupro

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

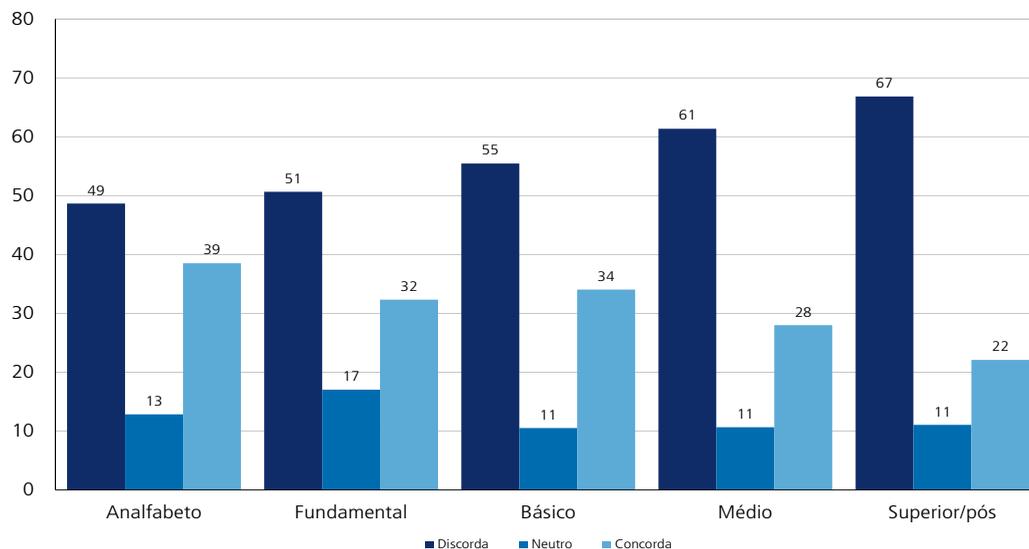
A escolaridade novamente desponta como um fator explicativo das diferenças na distribuição das respostas (gráfico 67).²⁸ De maneira linear e bastante marcada, a discordância à assertiva cresce – ao passo que a concordância reduz – à medida que aumenta a escolaridade.

O gráfico 68 mostra que a dimensão regional também exibe efeitos significativos: Norte e Sul têm menores propensões a discordar da afirmação – ainda que apenas no caso do Norte isso se traduza em larga concordância (47% dos entrevistados): no Sul, a carga se desloca para os indecisos.

28. Os testes multivariados não indicaram efeitos significativos para renda, religião e raça.

GRÁFICO 67
Opinião dos entrevistados sobre a culpa da mulher em casos de estupro, por escolaridade

(Em %)

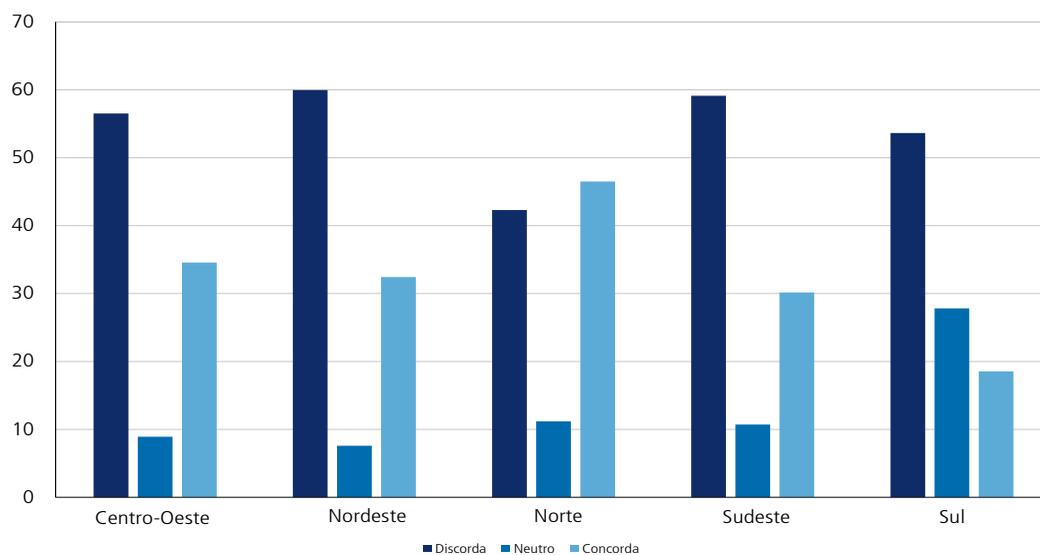


Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 68
Opinião dos entrevistados sobre a culpa da mulher em casos de estupro, segundo regiões

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

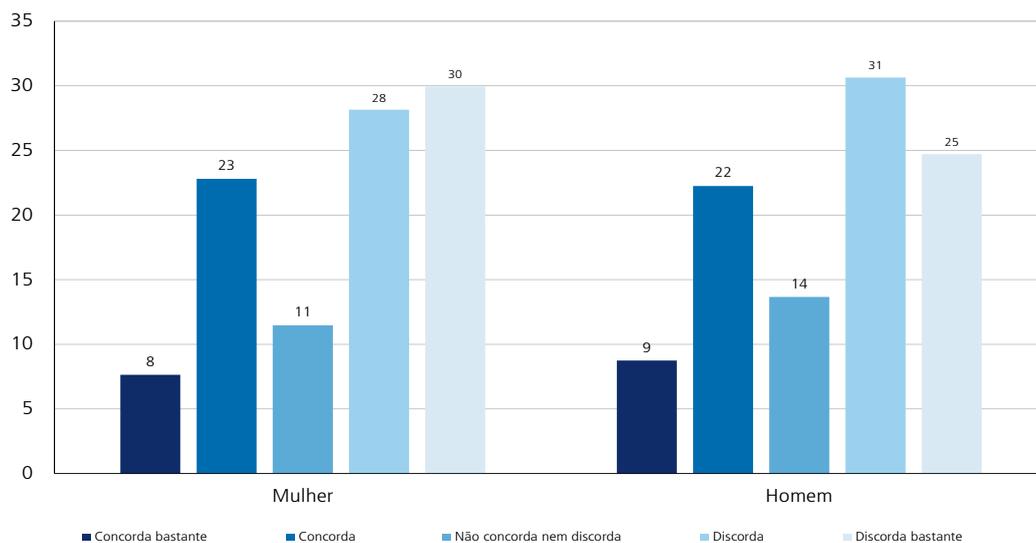
Elaboração dos autores.

Quanto à variável sexo, ainda que haja discordância maior entre as mulheres – conforme padrão observado nas questões deste bloco –, a diferença é muito pequena, o que indica, neste aspecto, que a relativa concordância com a assertiva é generalizada na população, conforme indicado no gráfico 69.

GRÁFICO 69

Opinião dos entrevistados sobre a culpa da mulher em casos de estupro, por sexo

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

5.2 Proximidade social, diversidade e igualdade racial

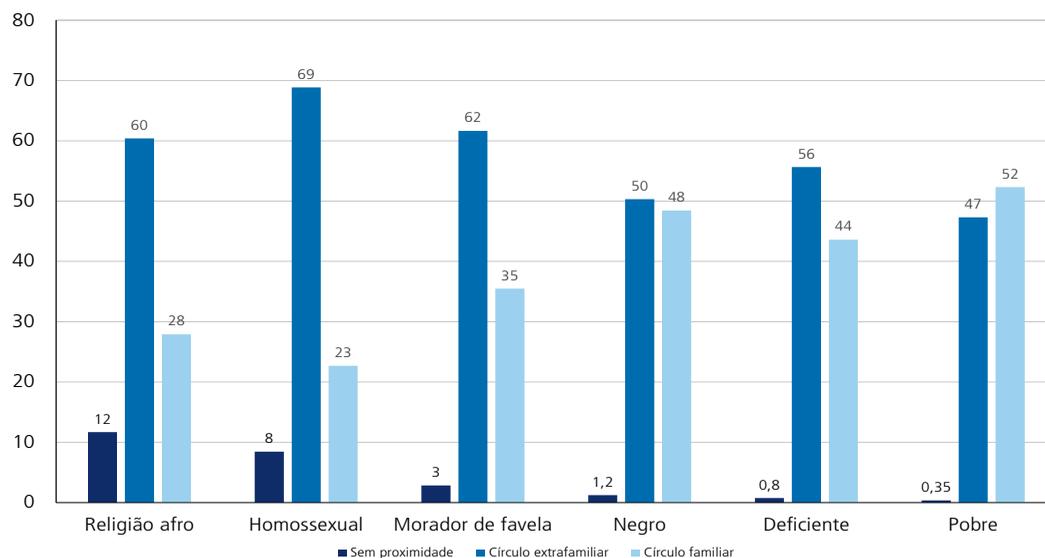
Em um dos blocos de questões buscou-se abordar os temas da igualdade racial, partindo de uma avaliação do preconceito. A formulação das questões buscou verificar se há, e em que grau, diferenças nos níveis de proximidade social aceitáveis entre diferentes segmentos da população. Para tanto, os entrevistados foram submetidos a uma série de questões nas quais deveriam indicar o grau de relação que aceitariam manter com integrantes de grupos específicos, dentro de uma escala de proximidade já utilizada em outras pesquisas. As questões foram formuladas da seguinte maneira: “Em relação a uma pessoa [remissão às categorias de: negro, pobre, deficiente, praticante de religião de matriz africana e morador de favela], assinale a frase com que mais concorda (apenas uma)”.

As alternativas foram agrupadas segundo permitiam expressar proximidade do círculo familiar, proximidade do círculo social (extrafamiliar) e nenhuma proximidade.

O gráfico 70 retrata a opinião dos entrevistados sobre a proximidade social que aceitam manter com os grupos mencionados.

GRÁFICO 70
Opinião dos entrevistados sobre a proximidade social com diferentes grupos

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

As distribuições revelam que a proporção daqueles que aceitariam quaisquer dos grupos mencionados como membro – ou membro em potencial – do círculo extrafamiliar (pelo menos) é relativamente alto, mas que há forte variação na aceitação de diferentes grupos.

A proporção de respostas sobre proximidade social dentro do círculo familiar²⁹ varia do mínimo de 23% em relação aos homossexuais a um máximo de 52% quanto a pessoas pobres. Nota-se que há variação entre aceitação dos pobres e dos moradores de

29. Apesar de os namoros não indicarem ingresso automático no círculo familiar, considerou-se que sua inclusão entre as formas de proximidade ao âmbito familiar seria a melhor forma de ordenar as respostas agregadas, para facilitar a compreensão do leitor.

favela: sem pretender que moradores de favela sejam equalizados a pobres, a comparação revela o estigma ainda assim associado aos habitantes daqueles espaços.

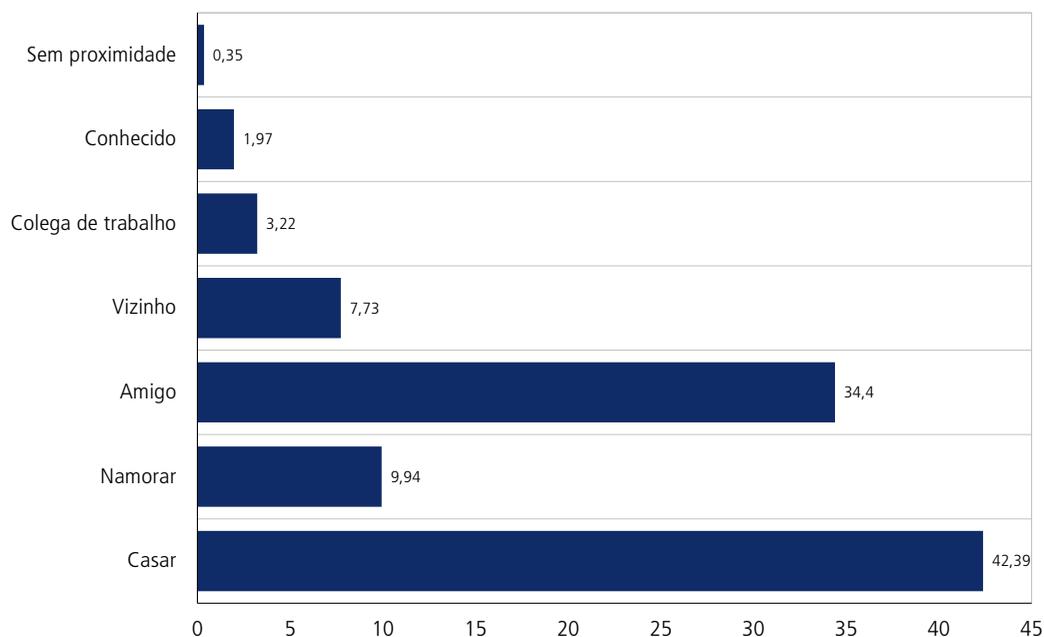
Quanto à diferença entre círculos de aceitação, vê-se que, exceto pela categoria social pobres, todos os grupos mencionados encontram no círculo extrafamiliar o limite da proximidade social, na opinião dos respondentes.

Os gráficos 71 a 76, apresentados em sequência, mostram a proporção das respostas desagregadas para cada uma das categorias sociais consideradas na pesquisa.

GRÁFICO 71

Opinião dos entrevistados sobre a proximidade social com pessoas pobres

(Em %)



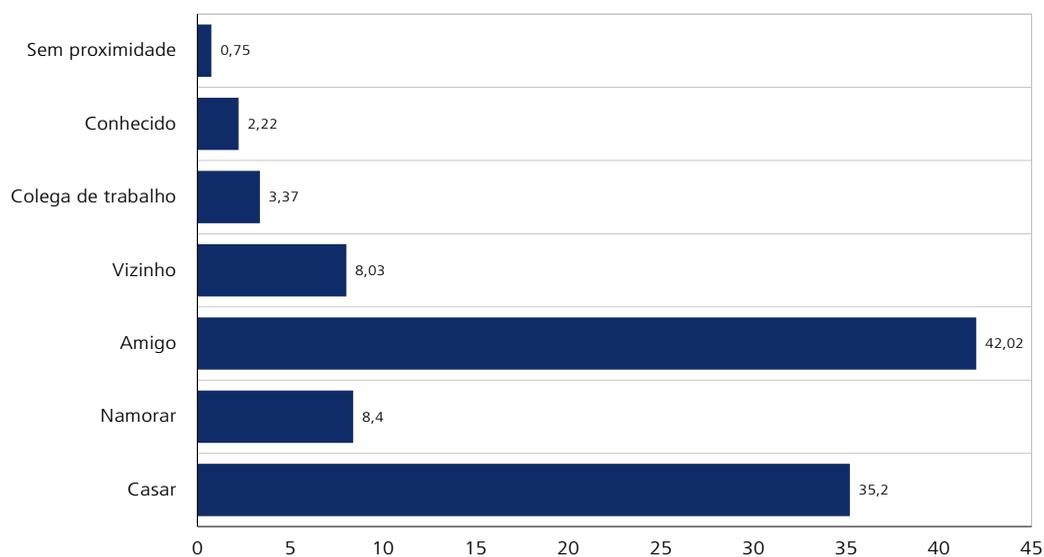
Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 72

Opinião dos entrevistados sobre a proximidade social com pessoas deficientes

(Em %)



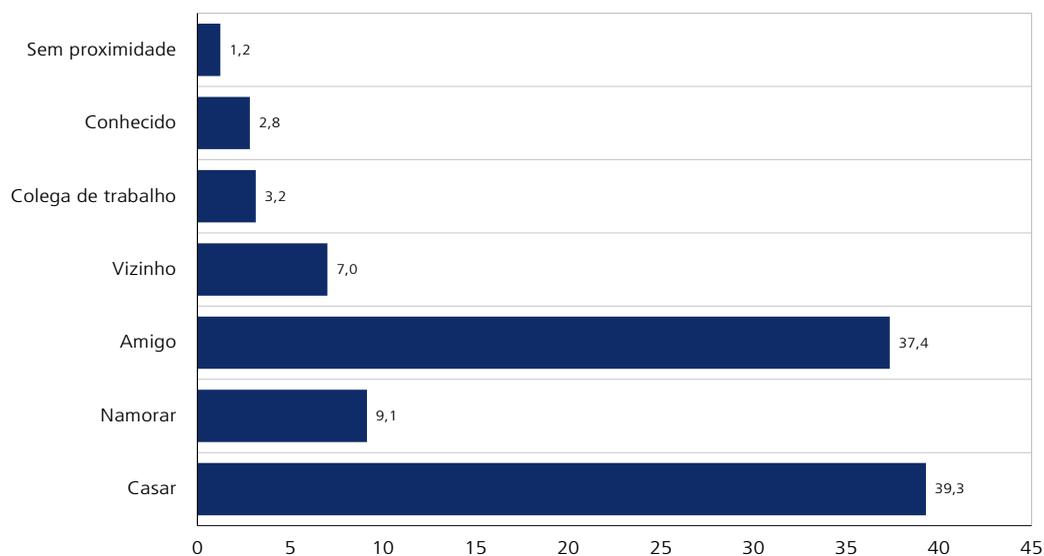
Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 73

Opinião dos entrevistados sobre a proximidade social com pessoas negras

(Em %)



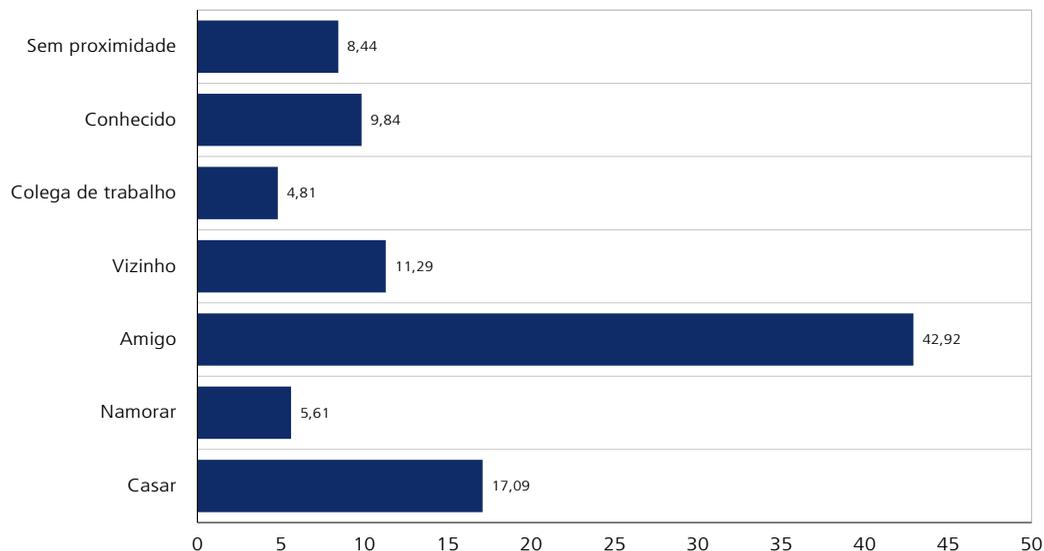
Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 74

Opinião dos entrevistados sobre a proximidade social com pessoas homossexuais

(Em %)



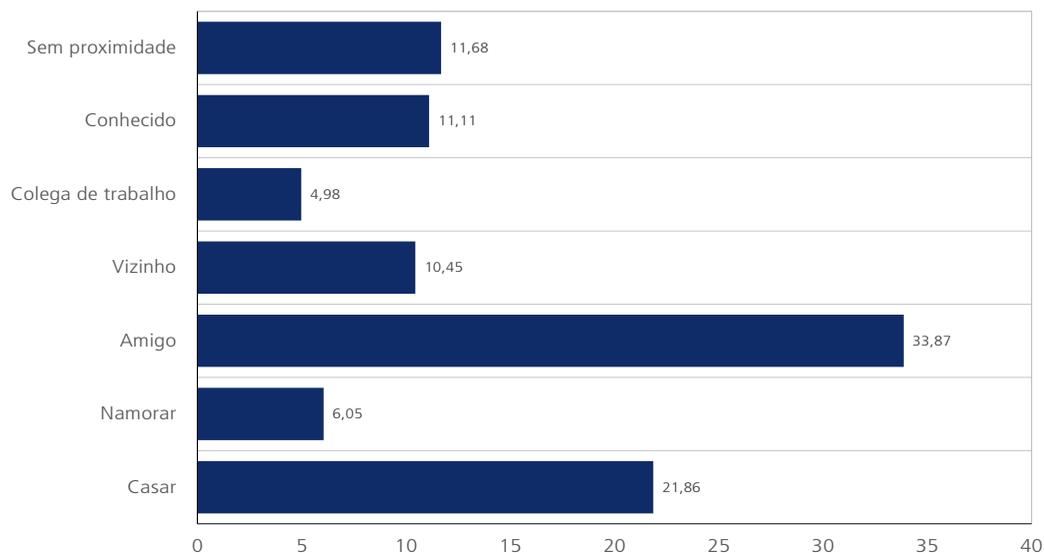
Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 75

Opinião dos entrevistados sobre a proximidade social com adeptos de religiões de matriz africana

(Em %)



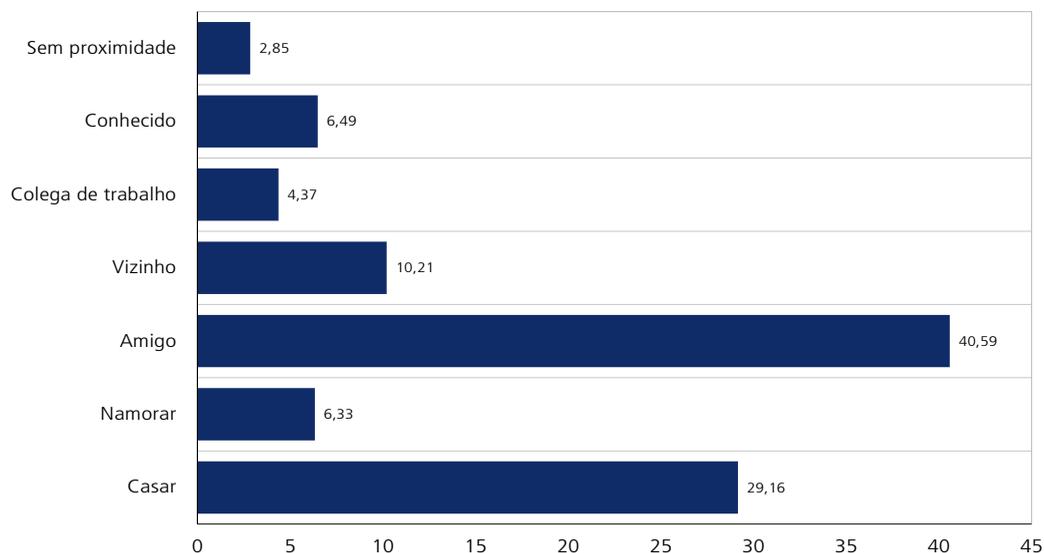
Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 76

Opinião dos entrevistados sobre a proximidade social com morador de favela

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

Observando-se as distribuições em sequência, mas desagregadas, vê-se que as categorias amizade e casamento definem os principais cortes das preferências dos entrevistados. Isto indica que, entre as alternativas do círculo social (extrafamiliar), é no nível mais denso de sociabilidade (amizade) que a maior parte dos respondentes inscreve suas relações com integrantes dos grupos sociais mencionados. No entanto, também denota que é na amizade que se encontram os limites à aproximação com os diferentes segmentos sociais. Dentro do círculo familiar, a alternativa “permitir que o filho se case com...” é sempre majoritária em relação à alternativa “permitir ao filho namorar” com o segmento social mencionado na questão.

Para se verificarem as associações entre variáveis sociodemográficas e as diferentes proporções de respostas, foi necessário agrupar a frequência das categorias sem aceitação de proximidade (codificada como -1) e aceitável no círculo extrafamiliar (codificada como 0) para aqueles grupos nos quais a frequência de respostas para a primeira categoria foi muito baixa: pobres, deficientes, negros e moradores de favelas. Nesses casos, os testes buscam contrastar apenas as alternativas círculo familiar e círculo extrafamiliar. Para as demais, foram mantidas as três categorias na análise.

O quadro 2 reporta os resultados, indicando, pelo sinal positivo (+), o efeito no mesmo sentido entre a variável de controle (eixo horizontal) e os grupos sociais (eixo vertical), ou seja, maior aceitação de proximidade. Em sentido inverso, o sinal negativo (–) indica menor aceitação de proximidade. A sigla *NS* indica que não houve associação estatisticamente significativa entre a variável considerada e as proporções de resposta em relação ao grupo social em questão, na presença dos controles.

QUADRO 2

Efeitos das variáveis de controle sobre as preferências quanto à distância ou à proximidade social em relação a diferentes grupos sociais

	Renda	Escolaridade	Gênero	Região	Religião	Raça
Pobre	–	NS	H = –	NO = –; NE = –	NS	NS
Deficiente	NS	NS	H = –	NO = –; NE = –	NS	NS
Negro	–	+	NS	NO = –; NE = –	E = –	NS
Morador de favela	–	NS	NS	NO = –; NE = –; S = +	NS	NS
Homossexual	NS	NS	H = –	NO = –; NE = –	E = –	NS
Praticante de religião de matriz africana	NS	+	0	NO = –; NE = –	Acr = –; E = –; A = –	P = –

Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

Obs.: A sigla *NS* indica não significância; *H* significa homem; *NO*, Norte; *NE*, Nordeste; *S*, Sul; *E*, evangélico; *Acr*, acredita em Deus, sem filiação religiosa específica; *A*, ateu; e *P*, pardo.

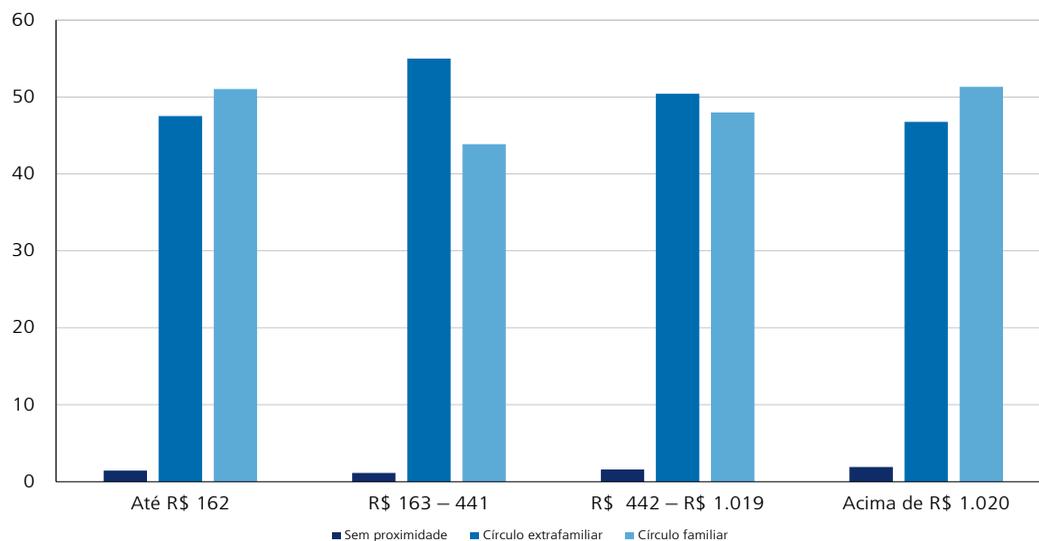
Os próximos gráficos exploram melhor as variáveis que produzem efeito na proporção das respostas sobre proximidade em relação aos negros.³⁰ O gráfico 77 contrasta as categorias –1 (sem aceitação de proximidade) e 0 (aceitação de proximidade no círculo social) com a categoria 1 (aceitação de proximidade no círculo familiar). Ele indica que, embora a variação não seja exatamente linear, há associação negativa entre renda e aceitação de proximidade com os negros – relação esta que fica mais clara quando as variáveis de controle são inseridas. A comparação entre a faixa 2 de renda (R\$ 163 a R\$ 441) e a maior faixa (acima de R\$ 1.020) aponta variação de 7 p.p. na aceitação no círculo familiar.

30. Esta escolha decorre, sobretudo, dos interesses substantivos dos integrantes do extinto Fórum de Direitos e Cidadania, instância de articulação governamental que vigorou no início do governo Dilma Rousseff, e que era baseado na SG/PR.

GRÁFICO 77

Opinião dos entrevistados sobre proximidade social em relação aos negros, segundo faixas de renda

(Em %)



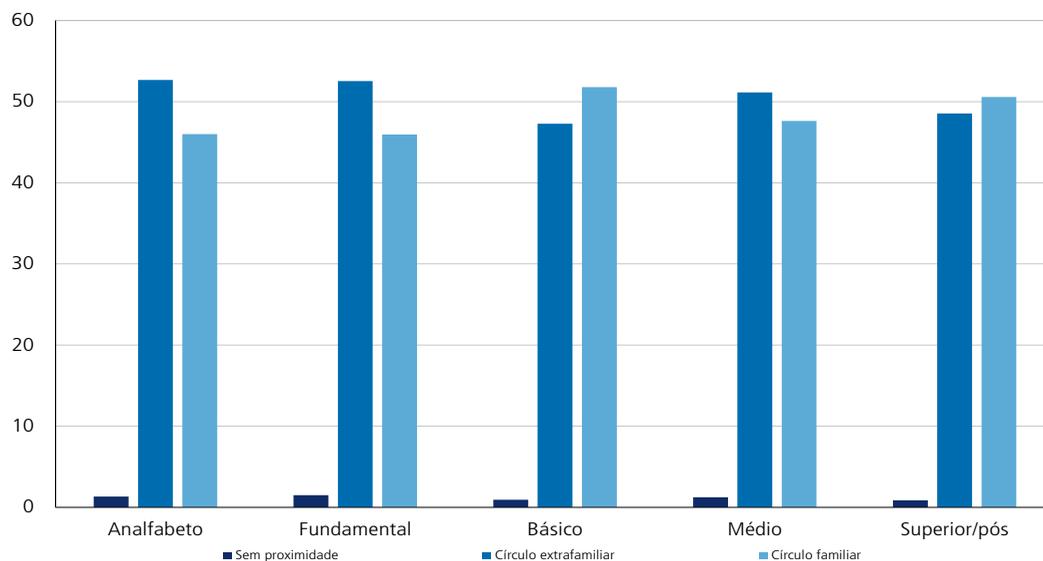
Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

O gráfico 78 ilustra, mesmo com pequena variação, que maior grau de *escolaridade* tende a produzir maior aproximação declarada em relação a negros, novamente utilizando-se a agregação das categorias -1 (sem aceitação de proximidade) e 0 (aceitação de proximidade no círculo social) em oposição à categoria 1 (aceitação de proximidade no círculo familiar).

GRÁFICO 78
Opinião dos entrevistados sobre proximidade social em relação aos negros, segundo faixas de escolaridade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

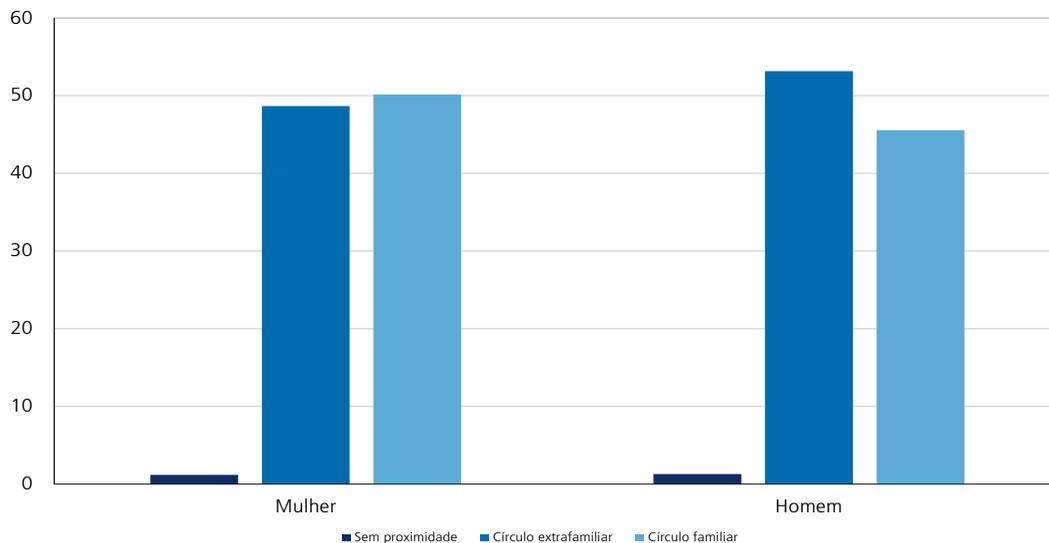
O gráfico 79 indica diferenças consideráveis nas proporções de respostas de *homens e mulheres*, mas elas não são estatisticamente significativas quando os demais controles são inseridos.

Quanto à região, Centro-Oeste e Sul são aquelas em que há maior aceitação de proximidade dos entrevistados em relação aos negros. Norte e Nordeste têm forte associação com menor probabilidade de aceitação de proximidade, especialmente a região Norte: 85% da população desta região deseja erigir o limite da interação com negros nas relações de amizade (gráfico 80).

GRÁFICO 79

Opinião dos entrevistados sobre proximidade social em relação aos negros, segundo sexo

(Em %)



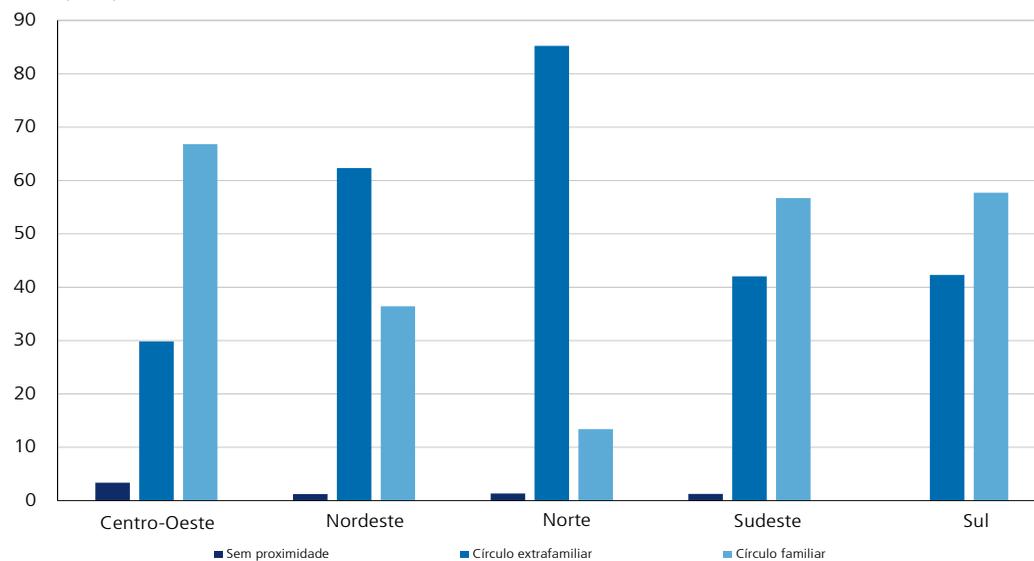
Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 80

Opinião dos entrevistados sobre proximidade social em relação aos negros, segundo região

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

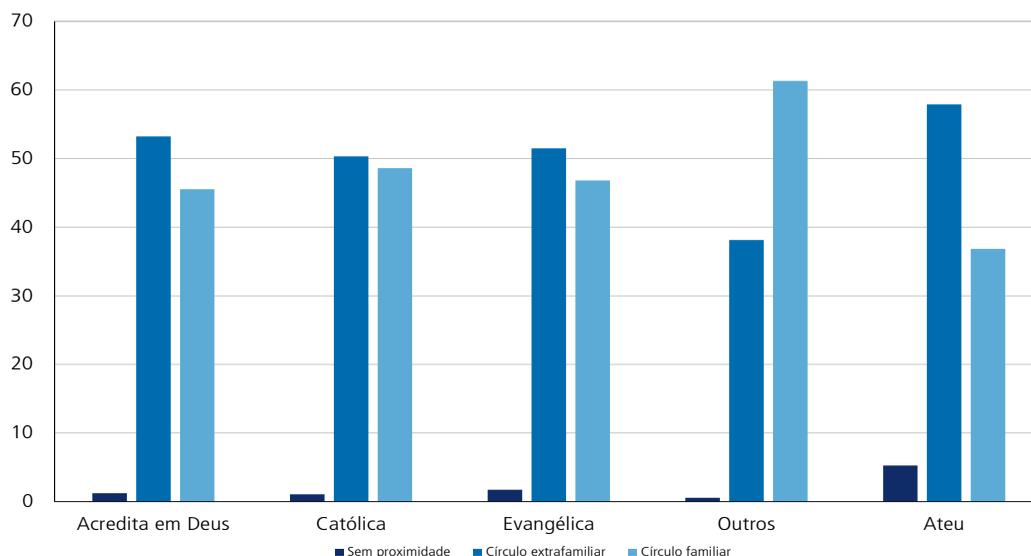
Elaboração dos autores.

Quanto à religião, o gráfico 80 ilustra que os evangélicos têm maior resistência à aproximação com os negros, comparados aos católicos. A associação é pequena, contudo.

GRÁFICO 81

Opinião dos entrevistados sobre proximidade social em relação aos negros, segundo a filiação religiosa

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

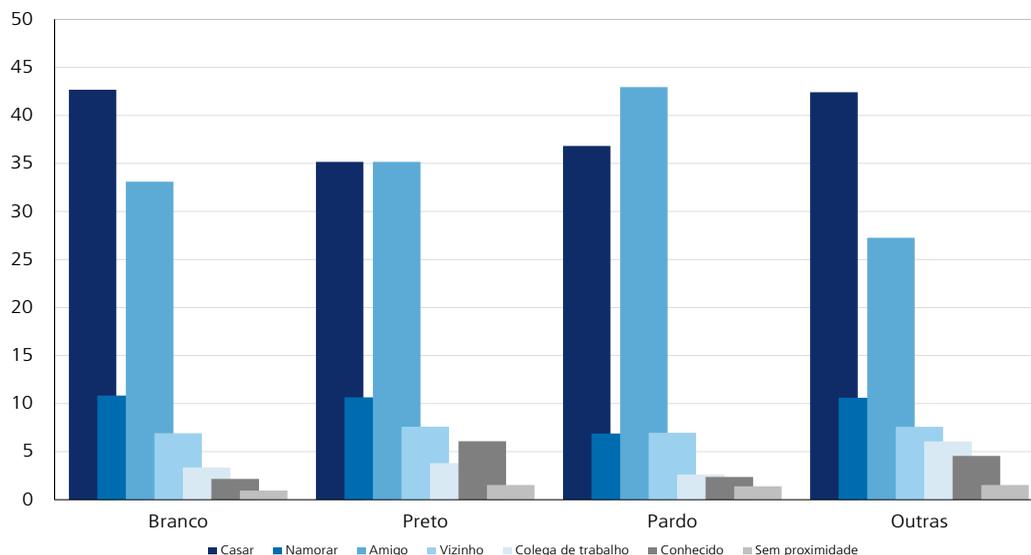
Elaboração dos autores.

O resultado mais intrigante é não haver mudanças relevantes na proporção de respostas segundo raça. Se há diferença, é a menor aceitação de proximidade social de negros em relação a negros. A proporção de respostas “aceitaria que minha filha se casasse com um negro” cai de 43% entre brancos para 35% entre negros (gráfico 82). Por óbvio, ainda mais quando aberta e reconhecidamente a população aponta o racismo e o preconceito racial como uma das razões para a desigualdade entre brancos e negros – como será apresentado a seguir –, seria compreensível identificar entre não negros barreiras mais altas à proximidade entre estes segmentos sociais. Ressalte-se, contudo, que as diferenças não foram estatisticamente significativas quando as variáveis de controle são inseridas.

GRÁFICO 82

Opinião dos entrevistados sobre proximidade social em relação aos negros, segundo raça

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

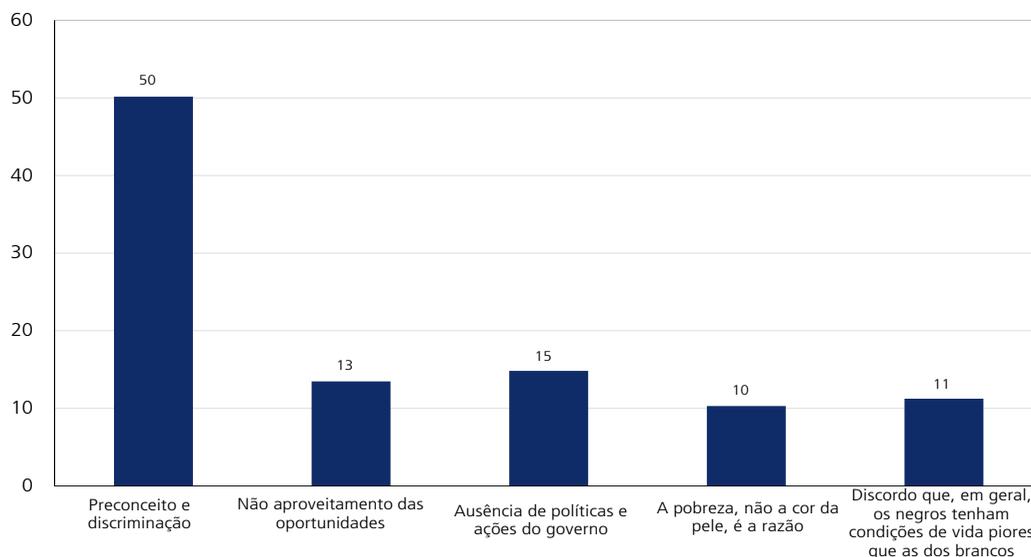
A este conjunto de resultados – e ainda como estratégia para examinar valores associados à igualdade racial –, pode-se agregar análise de questão que perguntava ao entrevistado por que a população negra vive em piores condições que a população branca, cuja elaboração completa se encontra no questionário em anexo. A proporção das respostas está no gráfico 83.

As proporções revelam esperada associação entre a condição de desigualdade racial e o preconceito (metade dos respondentes). Revelam também que as alternativas que indicam serem os negros os responsáveis por sua situação – por supostamente não aproveitarem as oportunidades que têm – ou que negam a desigualdade entre raças representam 25% das respostas. O outro quarto da amostra se distribui entre aqueles que associam as desigualdades à falta de políticas estatais e aqueles que justificam ser este um problema de classe, não racial.

GRÁFICO 83

Opinião dos entrevistados sobre razões para a desigualdade econômica entre brancos e negros

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

A regressão que compara as probabilidades de resposta para cada uma das variáveis de controle indica, de forma geral, que não há diferenças substantivas por renda, escolaridade, idade, raça e sexo, quando são comparadas as probabilidades de escolha da alternativa 1 com as demais alternativas. As exceções são os resultados descritos a seguir.

- 1) *Pardos* têm menor probabilidade de escolha da alternativa 1 (preconceito) se comparada à alternativa 2 (não aproveitamento das oportunidades pelo indivíduo).
- 2) Aqueles com *escolaridade* maior têm maior propensão a escolher a alternativa 4 *vis-à-vis* a alternativa 1 (problema social e não racial *vis-à-vis* preconceito).
- 3) As variações são significativas em pelo menos uma *região* do país nas probabilidades de escolha das demais alternativas em relação à primeira (preconceito).
- 4) *Negros* têm menor probabilidade de escolha da alternativa 4 (problema social e não racial), se comparado aos brancos.

6 JUVENTUDE

O questionário não dedicou nenhuma questão em particular sobre o tema juventude. Entretanto, vistas em seu conjunto, as respostas apresentadas em cada bloco analisado neste texto permitem algumas considerações iniciais sobre como este segmento da população se inscreve na estrutura de preferências da população.

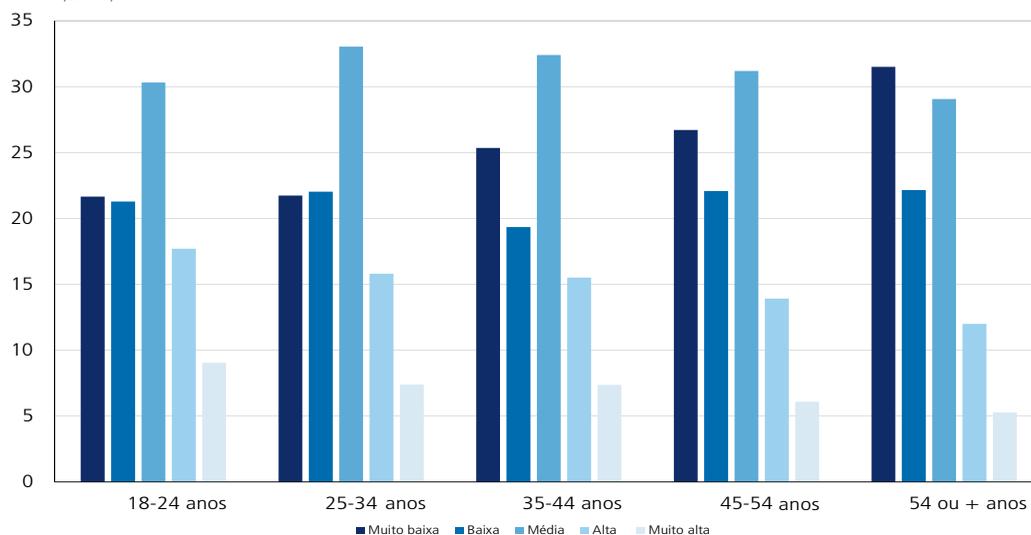
No bloco sobre participação política e democracia, uma primeira constatação é o fato de *idade* ser atributo decisivo para explicar variações nas respostas a diferentes questões. O mais importante, contudo, foi perceber que os mais jovens – respondentes de 18 a 24 anos – apresentam opiniões e percepções mais democráticas que as demais faixas de idade.

Conforme os dados apresentados no gráfico 84, os jovens se percebem como mais capazes de influenciar, individualmente, as decisões governamentais. Entre a primeira faixa etária (18 a 24 anos) e a última (54 anos ou mais), a alternativa “muito baixa” aumenta de 22% para 31%. De forma inversa, 9% dos jovens consideram “muito alta” sua capacidade de influir no governo, porcentagem que cai a 5% entre os mais velhos.

GRÁFICO 84

Opinião dos entrevistados sobre grau percebido de influência sobre o governo, segundo faixas de idade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

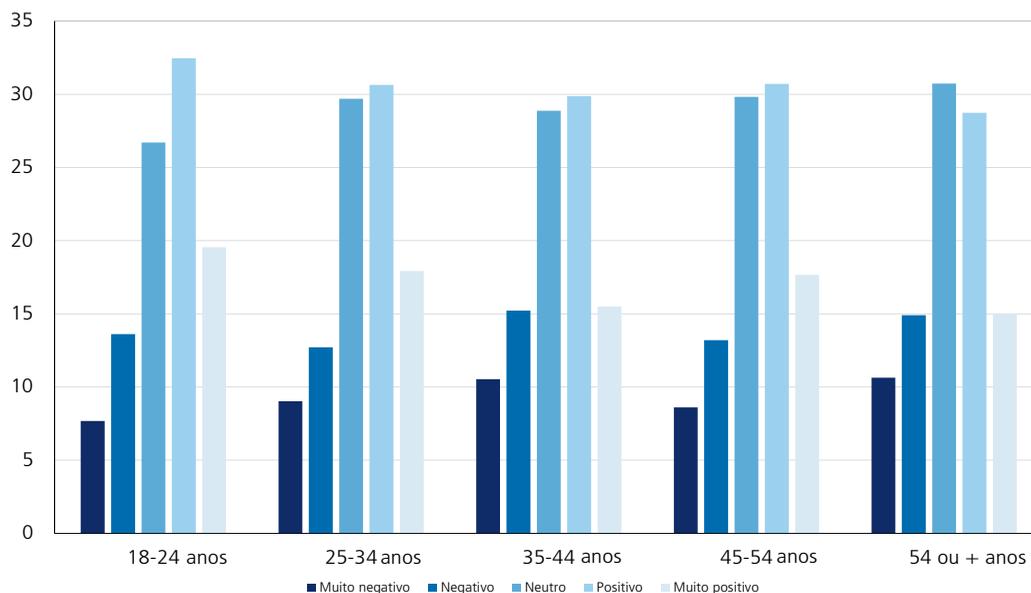
Obs.: A redução da escala original de onze pontos para cinco pontos é a seguinte: muito baixa (0 e 1), baixa (2 e 3), média (4, 5 e 6), alta (7 e 8) e muito alta (9 e 10).

Da mesma forma, os mais jovens têm maior probabilidade de perceber positivamente a luta por direitos para minorias – 52% a 43%, nos extremos –, se bem que as diferenças não seguem padrão linear (gráfico 85).

GRÁFICO 85

Opinião dos entrevistados sobre diversidade e luta por direitos, por faixas de idade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

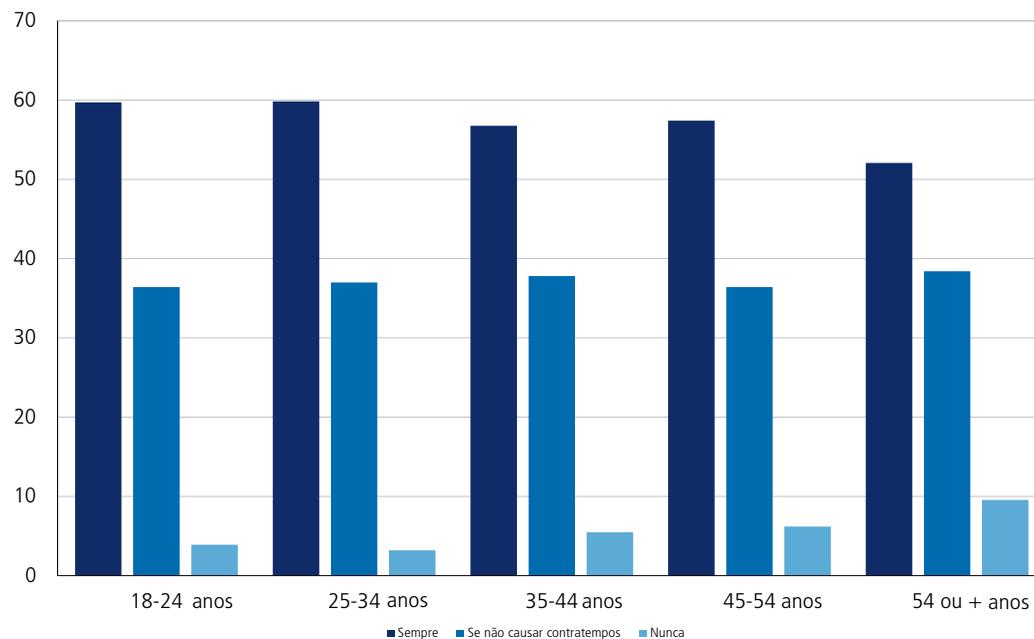
Elaboração dos autores.

Ao explorar o tema da democracia como um regime de luta por direitos, a pesquisa indagou aos entrevistados se “os cidadãos têm direito de protestar contra os governos” – “sempre”, “apenas se isso não gerar contratempos para os demais” ou “nunca”. Novamente, os jovens se mostraram a fração etária de posição mais democrática, com maior proporção na resposta “sempre” (gráfico 86). Seria possível considerar que a diferença se deve a um espírito mais combativo dos mais jovens, cuja tradução pode ser a maior vocação ao protesto. Entretanto, a presença repetida das diferenças geracionais, na qual os mais jovens aderem mais a valores democráticos, permite considerar a possibilidade de esta adesão espelhar a socialização primária deste segmento em uma ordem política democrática.

GRÁFICO 86

Opinião dos entrevistados sobre o direito ao protesto contra o governo, segundo faixas de idade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

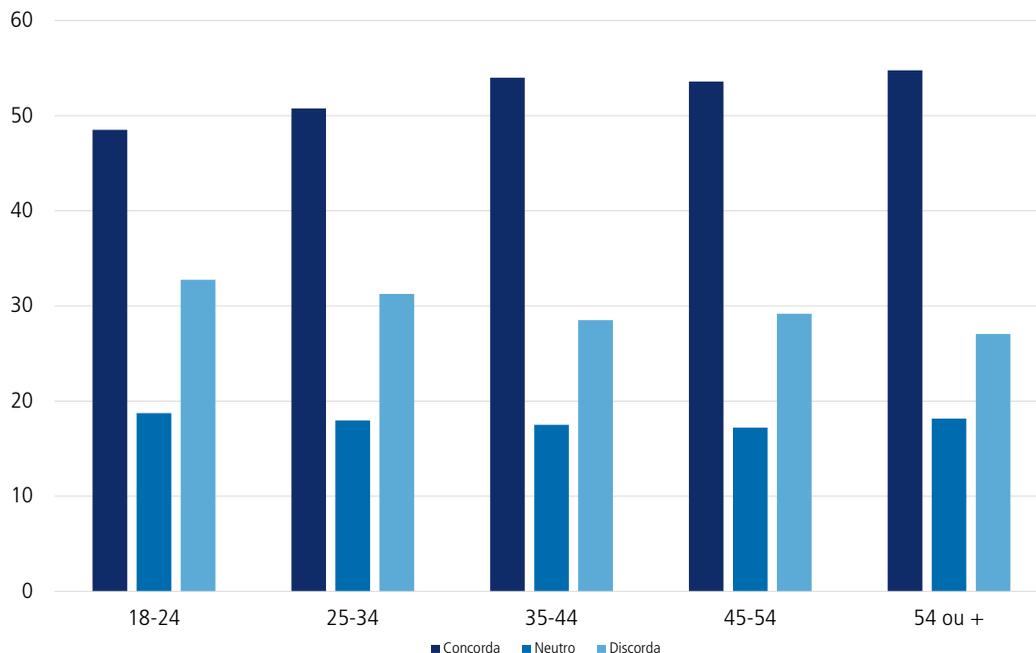
Elaboração dos autores.

Também são os jovens os mais discordantes em relação à afirmação segundo a qual os pobres escolhem piores candidatos que os mais ricos. Conforme o gráfico 87, os jovens concordam em 48% com a afirmação; a porcentagem sobe para 55% entre aqueles com mais de 54 anos.

GRÁFICO 87

Proporção da opinião dos entrevistados quanto à escolha de piores candidatos por eleitores pobres em relação a ricos, por faixas de idade

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

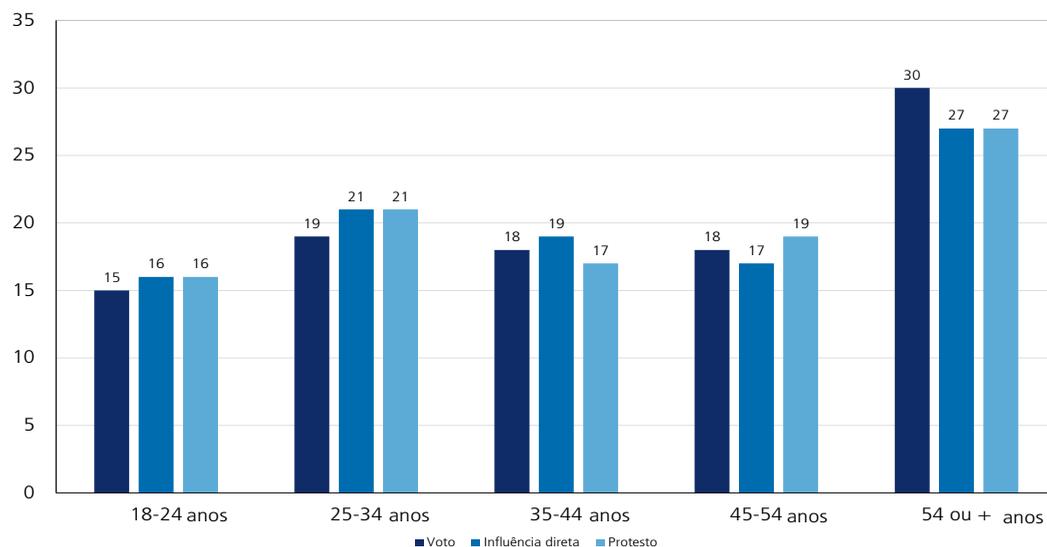
Na questão sobre formas de influenciar o governo, diferenças de idade se mostram significativas apenas quando comparadas às probabilidades de escolha entre voto e protesto, mas não entre voto e canais e mecanismos oficiais. O gráfico 88 reporta os resultados.

À luz das distinções geracionais observadas nas questões referidas, surpreende não haver associação significativa entre as faixas etárias e a proporção de respostas na questão sobre “como modificar a desigualdade no país”, ilustrada no gráfico 89. Vale observar que, para todas as variáveis sociodemográficas, o impacto nas preferências recai sobre as alternativas 1 e 2, pouco atingindo a parcela da população que naturaliza a desigualdade social, a qual gravita sempre em torno de um quarto ou um quinto dos respondentes.

GRÁFICO 88

Opinião dos entrevistados sobre a forma mais importante de influenciar o governo, segundo faixas de idade

(Em %)



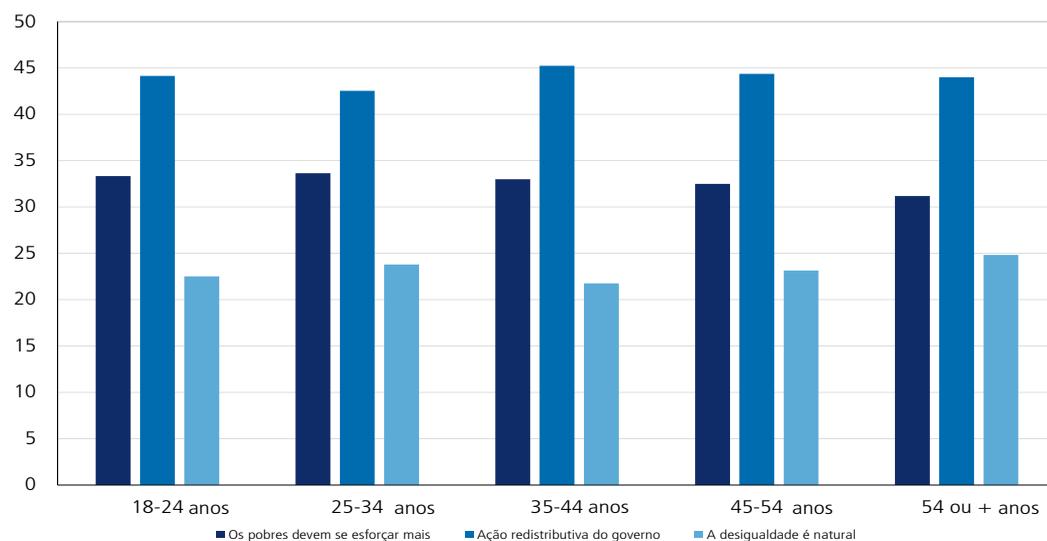
Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 89

Opinião dos entrevistados sobre como modificar a situação de desigualdade do país, segundo faixas de idade

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

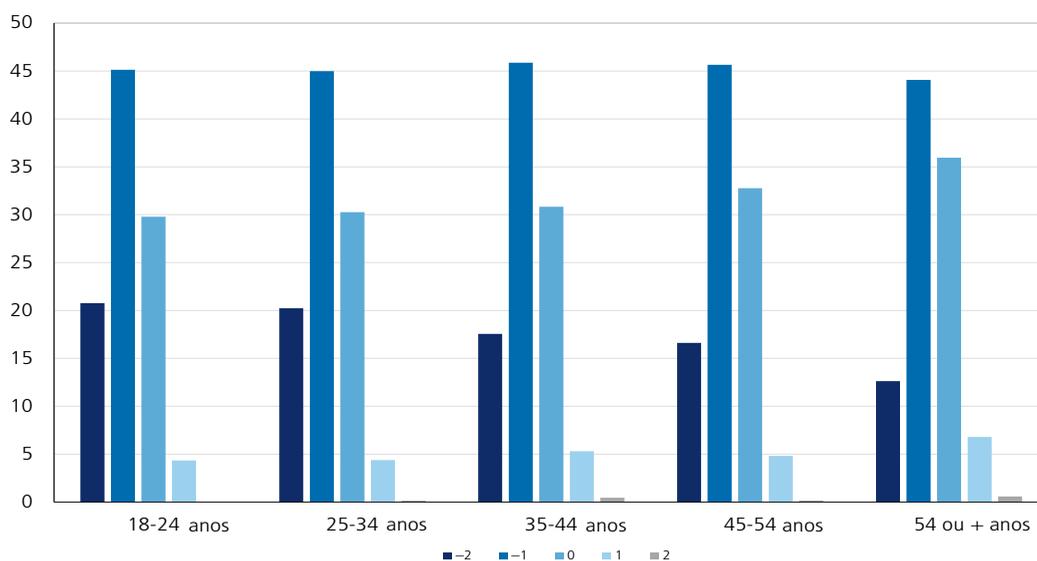
Elaboração dos autores.

Notam-se também associações em termos geracionais em temas de igualdade de gênero e raça. Por exemplo, no nível -2 do mencionado índice de igualdade de gênero, ela se mostra visível. A distância entre os mais jovens e mais velhos nessa opção é de 8 p.p., no âmbito de relação linear entre as faixas de idade. A mesma relação, em sentido inverso, se observa entre os menos progressistas, retratados pelos rótulos 1 ou 2, no gráfico 90.

GRÁFICO 90

Opinião dos entrevistados sobre igualdade de gênero, segundo faixas de idade

(Em %)



Fonte: SIPS/lpea.

Elaboração dos autores.

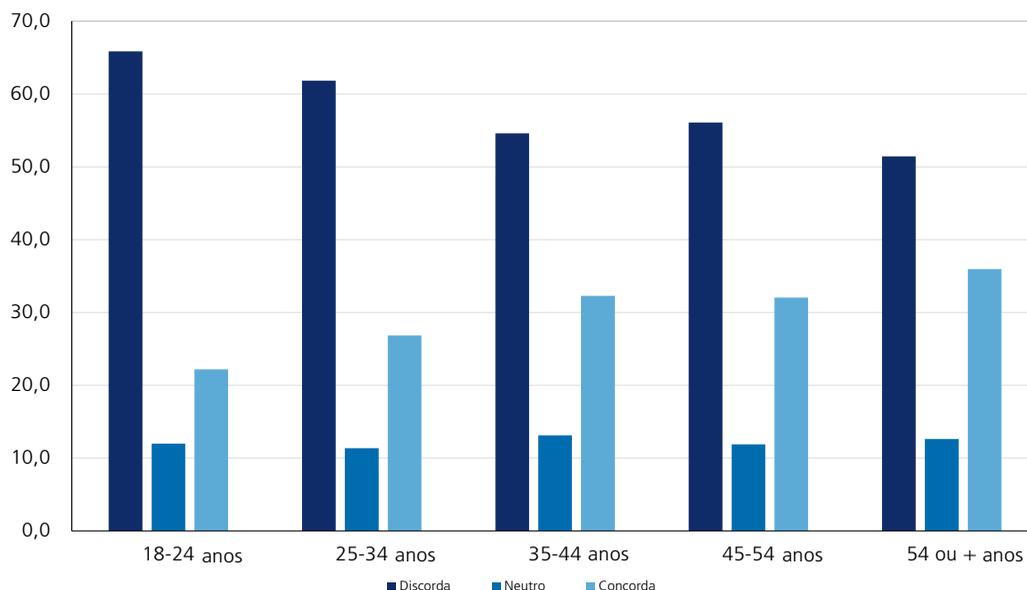
Decompondo-se o índice e analisando-se uma a uma as questões relativas à igualdade de gênero, a variável idade não implicou diferenças estatisticamente significativas, nem substantivas, quando os controles são inseridos. Este foi o caso para as questões 31, 32, 33 e 34. Na questão 34, a qual diz respeito ao direito ao aborto, a relação verificada com a idade é na forma de *U*: mais jovens e mais velhos discordam mais, enquanto as faixas intermediárias concordam mais – embora a variação seja muito pequena. Ou seja: de maneira geral, a idade afeta pouco a distribuição das respostas nesta que é uma questão crítica no bloco sobre igualdade de gênero.

A associação se mostra relevante apenas na questão 35, que avalia a percepção sobre a “culpa concorrente” das mulheres que usam “roupa provocante” em casos de estupro. Os jovens são a fração que discorda em maior proporção desta avaliação. A variação da discordância em relação a esta afirmação vai de 66% entre estes a 51% entre os mais velhos, com mais de 54 anos (gráfico 91).

GRÁFICO 91

Opinião dos entrevistados sobre a culpa da mulher em casos de estupro, por faixas de idade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

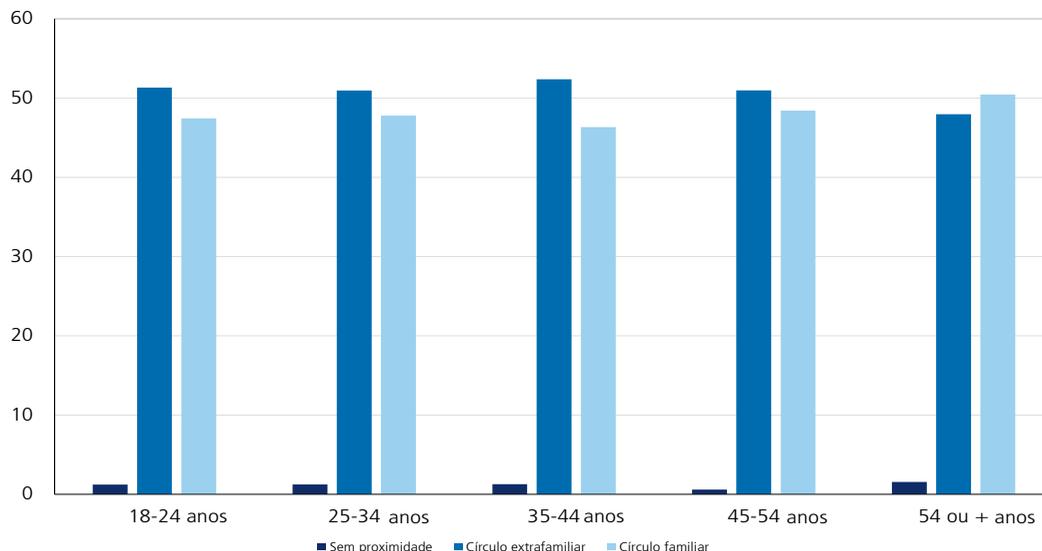
Quanto à igualdade racial, tem-se que as variações de idade não produzem efeito sobre a variação na proximidade social em relação aos negros, como ilustra o gráfico 92.

Ao mesmo tempo, verificou-se associação linear entre idade e proximidade a homossexuais e praticantes de religiões de matriz africana. Pessoas mais velhas tendem a querer ter menos proximidade destas categorias.

GRÁFICO 92

Opinião dos entrevistados sobre proximidade social em relação aos negros, segundo faixas de idade

(Em %)



Fonte: SIPS/Ipea.

Elaboração dos autores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro de forte mudança na estrutura socioeconômica do país delineado na última década trouxe novos elementos para o debate sobre a relação entre transformações na estrutura social e na estrutura de valores da sociedade brasileira. Teria este quadro modificado padrões de entendimento sobre temas caros na ordem social e política das sociedades contemporâneas, tais como democracia, diversidade e igualdade? Teria, ademais, engendrado novos padrões de conflito e consenso sobre os processos de ampliação de direitos e de conquista de cidadania para homossexuais ou negros? Enquadradas em perspectiva de longo prazo, tais mudanças devem, ainda, ser consideradas tendo por fundo a lembrança de ser a experiência histórica brasileira marcada por uma democracia intermitente.

Os dados examinados ao longo deste texto revelam que, se por um lado, o país pode celebrar uma década inclusiva, sob o ponto de vista da redução da desigualdade de renda (Ipea, 2012b), por outro, o quadro de preferências dominantes em relação

àqueles temas no país é repleto de ambivalências. No que tange à democracia, verifica-se que a maioria dos cidadãos percebe ter capacidade mediana de influenciar o governo e considera o voto a principal arma de que dispõem para tanto; mas outros entendem ter mais alta capacidade de influência e reconhecem em instâncias de influência direta ou participativas um bom canal para exercê-la. Em questões relacionadas a aspectos mais substantivos da ordem democrática – tais como se pobres votam pior que ricos; se a luta de grupos minoritários por direitos é positiva ou negativa para o país; ou se os cidadãos devem dispor de direito incondicional ao protesto –, as posições se dividem. A divisão indica que não se está diante de uma democracia sem democratas, pois parcela significativa adere de forma clara a princípios fundamentais da democracia, mas há uma fração igualmente expressiva que não compartilha destes princípios.

Cenário semelhante se repete no que concerne à igualdade de gênero. Embora em alguns aspectos, como violência doméstica ou relações de trabalho, haja confluência razoável em torno da igualdade de gênero, em temas caros ao movimento feminista como o aborto ou a “culpa concorrente” da mulher pelo estupro, há grande divisão na sociedade. As opiniões quanto às formas de se combaterem as desigualdades econômicas também se dividem: fração expressiva dos cidadãos valoriza a ação do Estado para reduzir desigualdades econômicas, mas parcelas razoáveis entendem que ela se relaciona mais ao esforço individual ou à desigualdade intrínseca entre as capacidades individuais.

Curiosamente, quase nenhuma dessas clivagens é explicada pela renda. Isto sugere a inexistência de uma “*nova classe média*” com valores diferenciados – se tomadas como parâmetro de definição as “classes de renda” a que se referem os economistas e a discussão sobre mudanças na estrutura socioeconômica no Brasil e na América Latina. Portanto, o resultado mais geral que se pretende destacar é que, do ponto de vista dos valores, há pouco sentido em identificar novas formações identitárias ou modos particulares de interpretar o mundo dando proeminência à recente modificação na estrutura de renda dos brasileiros. Em outros termos, mudanças na estrutura valorativa não parecem derivar diretamente, sem mediações, das variações na renda dos indivíduos.³¹ Isto não significa somente que a renda não é causa de valores, na maioria das vezes; afinal, afirmações deste tipo requerem toda uma teoria sociológica e econômica para explicar estas conexões,

31. Tais resultados encontram amparo em pesquisas realizadas também em outros países da América Latina. Lopez-Calva, Rigolini e Torche (2012) demonstraram que há particularismo de valores entre classes – se definidas por critérios de renda –, o que inclui as classes médias de renda, que também cresceram nos demais contextos estudados por esses autores.

da qual não se dispõe aqui. Significa que não há associação entre renda e valores, para a maioria das questões com as quais este texto lidou.³²

O que, então, está associado à diversidade de posições mantidas pelos cidadãos em relação a esses blocos temáticos? Como explicita o quadro 3, além das *regiões geográficas* – que sempre geram efeito, o que demanda grande reflexão –, *escolaridade*, *religião* (em especial para evangélicos) e, em alguns poucos casos, *raça* são as variáveis que mais apresentam relação com as diferenças de posição entre os entrevistados.³³ Mesmo a escolaridade tem comportamento pouco preciso. A maior escolaridade está associada a posições mais voltadas ao interesse social, em questões sobre a apropriação do regime democrático e de seus instrumentos, a qualidade do voto dos mais pobres ou a incondicionalidade do direito ao protesto. Mas ela também está associada a uma posição mais liberal em questões sobre o papel do Estado e do indivíduo no combate às desigualdades – ou, em outro plano, à posição de que as desigualdades raciais são, na verdade, desigualdades de renda.³⁴

32. Deve-se lembrar que, ao contrário de estudos como os conduzidos pelo Pew Research Center (2009), aqui se fizeram sempre análises estatísticas para verificar se as diferenças entre os estratos sociais inferiores, médios e superiores eram estatisticamente significativas.

33. A pesquisa comparada indica, além do papel menor da renda nas variações de resposta, que as mudanças decorrem muito mais dos diferentes contextos nacionais, o que sugere o papel que o contexto societário exerce sobre orientações valorativas dos indivíduos.

34. Mesmo quando a escolaridade produz efeitos “positivos”, é necessário entender por quais mecanismos isto ocorre. Parte da teoria sugere, por exemplo, a importância da escola na exposição dos indivíduos ao convívio com os diferentes, o que poderia explicar alguns dos resultados encontrados nesta e em outras pesquisas. Outros, mais céticos, sugerem que a escola ajuda a incrustar no indivíduo a noção do politicamente correto, de modo que a maior escolarização poderia implicar o mascaramento das reais posições em questões relacionadas a valores. Em um caso ou no outro, ficam evidentes os limites das pesquisas de opinião para gerar uma narrativa plenamente consistente sobre a relação entre *valores* e *estrutura social*.

QUADRO 3

Questões selecionadas, suas estatísticas descritivas e direção das associações com variáveis sociodemográficas

Questão	Variáveis sociodemográficas							
	Situação geral	Renda	Escolaridade	Idade	Sexo ³	Região ⁴	Religião ⁵	Raça ⁶
Uso de cargo público para enriquecer	94% = errado; 3% = depende; 3% = certo.	NS	NS	+	NS	S = -	E = +; A = -	NS
Estacionar o carro em vagas reservadas a deficientes por alguns minutos	92% = errado; 6% = depende; 2% = certo.	NS	NS	+	M = -	NO = +; NE = +	A = -	Pr = -
A polícia bater nos suspeitos para extrair a confissão de crimes	86% = errado; 8% = depende; 6% = certo.	NS	NS	NS	NS	NO = +; CO = -	O = +; A = -	NS
Confiança interpessoal	82% = concorda; 7% = neutro; 11% = discorda.	NS	-	NS	NS	CO = +; NE = +; S = +	Acr = -	P = -
Capacidade de influência no governo	Média de 4,42 (escala de 0 a 10); desvio-padrão de 2,65.	+	+	-	NS	NO = -; CO = -	A = -	N = +; I, A = +
Forma de influência: voto	55,6% (principal meio de influência).	NS	NS	NS	NS	NO = -	NS	NS
Forma de influência: incidência por meios oficiais e direitos ¹	38,7% (principal meio de influência).	NS	+	NS	NS	NO = +; NE = +; S = +	NS	NS
Forma de influência: protesto direto ¹	5,67% (principal meio de influência).	NS	NS	-	NS	NS	-	NS
Pobres votam pior	53% = concordam; 18% = neutro; 29% = discordam.	NS	-	-	NS	NO = +; NE = +; S = -	NS	NS
Luta de minorias é positiva	47% = positiva; 29% = neutro; 24% = negativa.	NS	+	-	M = +	SE = +	E = -	NS
Protesto contra o governo: sempre	57% = sempre; 37% = depende; 6% = nunca.	+	-	-	NS	S = -; NE = -; CO = -	C = +	NS
Desigualdades: indivíduo	33%	NS	+	NS	NS	S = -	C = +; E = +; O = +	NS
Desigualdades: natureza	44%	NS	+	NS	NS	NO = +; S = -	NS	N = -
Igualdade de gênero: igualdade no casal	70% = discorda; 11,36% = neutro; 18,5 = concorda.	NS	+	NS	M = +	NE = -; NO = -; S = -	E = -	NS

(Continua)

(Continuação)

Questão	Estatística descritiva		Variáveis sociodemográficas					
	Situação geral	Renda	Escolaridade	Idade	Sexo ³	Região ⁴	Religião ⁵	Raça ⁶
Igualdade de gênero: igualdade nas relações de trabalho	78% = discorda; 9% = neutro; 13 = concorda.	NS	+	NS	M = +	NE = -; NO = -; S = -	NS	NS
Igualdade de gênero: violência em ambiente doméstico tolerada "para preservar a união da família"	89% = discorda; 6% = neutro; 5 = concorda.	NS	+	NS	M = +	CO = +; NE = -;	Acr = +; A = -	P = -
Igualdade de gênero: aborto	59% = discorda; 13% = neutro; 27 = concorda.	+	NS	NS	M = +	NO = -; S = -	E = -; Acr = +	Pr = +
Igualdade de gênero: "culpa concorrente" em caso de estupro por usar "roupa provocante"	57% = discorda; 12% = neutro; 31% = concorda.	NS	+	+	NS	NO = -; S = -	NS	Pr = -
Diversidade: proximidade de negros	48,4% = família; 50,4% = social; 1,2% = nenhuma.	-	+	NS	NS	NO = -;	E = -	NS
Igualdade racial: combate às desigualdades ²	50% = preconceito; 13% = indivíduo; 15% = políticas públicas; 10% = problema social; 11% = negação.	NS	NS	NS	NS	NE = -; CO = +; S (1 = -; 4 = +; 5 = -) NE (2 = +; 4 = +) NO (4 = +; 5 = -); CO (4 = +)	E (1 = -; 5 = -);	NS

Elaboração dos autores.

Notas: ¹A categoria de base para a comparação das associações é a categoria 1 (voto).²A alternativa 3 é a categoria de base.³M significa mulher.⁴NO significa Norte; NE, Nordeste; CO, Centro-Oeste; S, Sul; e SE, Sudeste.⁵E significa evangélico; A, ateu; O, outras religiões; Acr, acredita em Deus, sem filiação religiosa específica; e C, católico.⁶Pr significa preto; P, pardo, N, negro; I, indígena; e A, amarelo.

Obs.: 1. As análises bivariadas reportadas com os sinais positivo (+) e negativo (-) são aquelas para as quais foi observada significância estatística, pelo menos no nível de 10%, em teste bicaudal.

2. A sigla NS indica não significância.

Efeitos especialmente interessantes emergiram com relação à variável idade. A variável geracional emerge como independente, que tem efeito próprio e positivo para a democracia, quando se fala da faixa mais jovem da população. De forma geral, estes resultados parecem dar apoio aos argumentos que, há uma década, Krishke (2005) apontou: a juventude não sofre de apatia política, mas apresenta níveis de adesão a princípios e valores democráticos tão ou mais vigorosos que as demais faixas etárias.

Considerar os jovens como um grupamento independente – isto é, tomar a idade e o fator geracional como variável que, em si, tem efeitos singulares – implica trazer para o plano analítico outros fatores para além de renda, escolaridade e ocupação, que, para Moisés (2010), são os tradicionais indicadores de “sofisticação política” a explicar a preferência por atitudes democráticas. Mas também permite suplantar o imaginário sobre a apatia dos mais jovens, o qual, ademais, parece inadequado para dar conta de formas não convencionais de participação (Norris, 2004), eventualmente mais disseminadas entre os mais jovens.³⁵ Mesmo assim, as respostas dos jovens a esta pesquisa estão longe de gerar um padrão claramente progressista: se tal padrão ocorre inegavelmente em relação a temas políticos, em outros temas, como o aborto, os jovens exibem posições mais atreladas às do *status quo*.

Tudo isso reforça a necessidade de se buscar uma leitura que relacione valores políticos e estrutura social em atendimento a requisitos de sistematicidade, validade e complexidade. Muitas iniciativas de coleta de dados sobre valores têm ocorrido, mas sem obedecerem a regularidades determinadas (sistematicidade) e sem utilizarem perguntas comparáveis e consensuais para a apreciação por cientistas e atores sociais (validade). Quanto às análises, ainda prevalecem as técnicas bivariadas e certo fetiche por variáveis explicativas clássicas, como a renda que, como se viu, joga poucas luzes sobre o debate (baixa complexidade).

Entre as alternativas a serem exploradas, pode-se incluir a utilização de variáveis sócio-ocupacionais e de preferências socioculturais que, em última análise, permitam captar estilos de vida e compreender a formação de novas clivagens para além dos critérios econômicos. Este texto não chegou a exercitar tais abordagens. Contudo, os autores esperam ao menos ter aberto o caminho para que estas aproximações sejam buscadas.

35. Os imprevistos movimentos de protesto ocorridos em todo o país no mês de junho de 2013, incitados por essas formas não convencionais de articulação, que congregaram de forma massiva frações jovens demandando mais qualidade nos serviços públicos e maior moralidade na gestão pública, evidenciam que apatia talvez não seja um termo adequado para qualificar a juventude brasileira contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- AVRITZER, L. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.
- BARTELT, D. **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. São Paulo: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2013.
- BENNETT, T. *et al.* **Culture, class, distinction**. Londres: Routledge, 2009.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Zouk; EDUSP, 2006.
- _____. Espaço social e espaço simbólico. *In: Razões práticas*. Campinas: Papirus, 2011.
- BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Vozes da classe média: é ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas**. Brasília: Marco Zero, 2012a. Disponível em: <<http://issuu.com/sae.pt/docs/vcm/1>>. Acesso em: 21 nov. 2012.
- _____. **Comissão para definição da classe média no Brasil**. Brasília, 2012b. Disponível em: <<http://tinyurl.com/k5pyhfy>>. Acesso em: 22 nov. 2012.
- BRUNO, C. Derrota nas urnas põe fim à dinastia de figurões da Baixada. **O globo**, 13 out. 2012. Disponível em: <<http://tinyurl.com/derrota-baixada>>.
- IPC-IG – INTERNATIONAL POLICY CENTRE FOR INCLUSIVE GROWTH. On the middle class. **Poverty in focus**, Brasília, n. 26, 2013. (Special issue). Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCPovertyInFocus26.pdf>>.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de Indicadores e Percepção Social (SIPS) – metodologia**. Brasília: Ipea, 2012a. Disponível em: <<http://tinyurl.com/sipsmetodologia>>. Acesso em: 21 nov. 2012.
- _____. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. Brasília, 25 set. 2012b. (Comunicado Ipea, n. 155). Disponível em: <<http://tinyurl.com/comunicadodoipea155>>.
- JACOB, C. *et al.* **Geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Petrópolis: Vozes, 2010.
- KRISHKE, P. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. *In: ABRAMO, H. et al. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.
- LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.

LOPEZ-CALVA, L. F.; RIGOLINI, J.; TORCHE, F. **Is there such a thing as middle class values?** Class differences, values and political orientations in Latin America. Washington: Center for Global Development, 2012. (CGD Working Paper, n. 286).

MENEGUELLO, R. Tendencias electorales tras 12 años de democracia. *In*: SÁEZ, A. M.; MELO, C. R. (Ed.). **La democracia brasileña: balance y perspectivas para el siglo XXI**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2008.

MOISÉS, J. A. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião pública**, Campinas, v. 16, n. 2, nov. 2010.

NATALINO, M. Valores sociais e democracia: desafios à construção de uma cultura sensível aos direitos humanos. *In*: SILVA, F. S.; LOPEZ, F. G.; PIRES, R. R. C. (Org.). **Estado, instituições e democracia**. Brasília: Ipea, 2010. p. 445-485. (Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, v. 2, livro 9). Disponível em: <<http://tinyurl.com/ndwcnb2>>.

NERI, M. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

NORRIS, P. **Young people and political activism: from the politics of loyalties to the politics of choice?** Cambridge, United States: Harvard University, 16 Feb. 2004 <<http://tinyurl.com/lnylzgg>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

PALERMO, V. Como se governa o Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, 2000.

PEW RESEARCH CENTER. **The global middle class views on democracy, religion, values, and life satisfaction in emerging nations**. Washington: Pew Research Center, 2009.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POWER, T. Optimism, pessimism, and coalition presidentialism: debating the institutional design of Brazilian democracy. **Bulletin of Latin American research**, v. 29, n. 1, p. 18-33, 2010.

SÁ E SILVA, F.; LOPEZ, F.; PIRES, R. A democracia no desenvolvimento e o desenvolvimento da democracia. *In*: CARDOSO JÚNIOR, J. **Para a reconstrução do desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2011.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANEXO

ANEXO A

QUESTIONÁRIO DO SIPS: VALORES E ESTRUTURA SOCIAL

Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) – valores e estrutura social

Bom dia/boa tarde/boa noite. Meu nome é _____, eu sou da Mark Sistemas de Pesquisa e estamos trabalhando para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), uma fundação do governo federal, em uma pesquisa que serve para aprimorar as políticas públicas no país. No momento, estamos realizando um trabalho com o objetivo de conhecer a opinião da população sobre *valores e estrutura social*. Posso contar com a opinião do(a) senhor(a)?

Caracterização do entrevistado

1. Idade: qual a sua idade (em anos completos)? (Somente maior de 18 anos). [____]
2. Etnia: qual a sua cor ou raça? (Se o entrevistado indicar alguma fora das alternativas, mostrar cartão para ele escolher).
 - 1 Branca
 2. Preta
 3. Parda
 4. Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana etc.)
 5. Indígena
 6. Não sabe (NS)
 7. Não respondeu (NR)
3. Situação conjugal: qual é o seu estado civil?
 1. Casado(a)
 2. Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
 3. Divorciado(a)
 4. Viúvo(a)
 5. Solteiro(a)
 6. Amigado(a) (casado na prática mas não no papel)
 7. União estável
 8. NS
 9. NR

Caracterização socioeconômica

Escolaridade

Até que série...	4. O(a) sr(a) estudou?	5. O seu pai estudou?	6. E a sua mãe?
1. Analfabeto ou sem instrução	1.()	1.()	1.()
2. Primeiro ano do primário	2.()	2.()	2.()
3. Segundo ano do primário	3.()	3.()	3.()
4. Terceiro ano do primário	4.()	4.()	4.()
5. Quarto ano do primário incompleto	5.()	5.()	5.()
6. Quarto ano do primário (primário completo)	6.()	6.()	6.()
7. Quinta série (primeiro ano do ginásio)	7.()	7.()	7.()
8. Sexta série (segundo ano do ginásio)	8.()	8.()	8.()
9. Sétima série (terceiro ano do ginásio)	9.()	9.()	9.()
10. Oitava série incompleta	10.()	10.()	10.()
11. Oitava série (quarto ano do ginásio – primeiro grau completo)	11.()	11.()	11.()
12. Primeiro ano do segundo grau	12.()	12.()	12.()
13. Segundo ano do segundo grau	13.()	13.()	13.()
14. Terceiro ano do segundo grau incompleto	14.()	14.()	14.()
15. Terceiro ano do segundo grau (segundo grau completo)	15.()	15.()	15.()
16. Iniciou a faculdade ou universidade, mas não se formou	16.()	16.()	16.()
17. Graduação (faculdade)	17.()	17.()	17.()
18. Especialização (pós-graduação <i>lato sensu</i>)	18.()	18.()	18.()
19. Mestrado	19.()	19.()	19.()
20. Doutorado	20.()	20.()	20.()
21. Não conheceu		21.()	21.()
22. NS	22.()	22.()	22.()
23. NR	23.()	23.()	23.()

7. Qual é (ou era) a ocupação ou profissão de seu pai? (Em que consiste seu trabalho). (Não leia as alternativas). (Marcar a profissão que o pai exerceu por mais tempo).

8. Qual é (ou era) a ocupação ou a profissão da sua mãe? (Em que consiste seu trabalho). (Não leia as alternativas). (Marcar a profissão que a mãe exerceu por mais tempo).

9. Qual é (ou era) a sua ocupação ou profissão atual? (Em que consiste seu trabalho). (Não leia as alternativas). (Se a resposta for entre 19 e 23, pular para questão 11).

		Q. 7	Q. 8	Q. 9
1	Profissional de nível superior (advogados, médicos, dentistas, contadores, arquitetos, engenheiros, analistas de informática etc.) atuando no setor privado (liberal ou empregado) ou público	1.()	1.()	1.()
2	Diretor ou ocupante de cargos de chefia no setor privado (gerentes em geral, diretor, chefe de departamento, supervisor, chefe de seção) ou público (membros do governo, diretores, vereadores, gerentes em geral, chefe de seção, coordenador, supervisor)			
3	Professor do ensino primário e secundário			
4	Professores universitários e pesquisadores, cientistas e intelectuais			
5	Empresários ou grandes comerciantes (proprietários de estabelecimentos comerciais que exercem a atividade por conta própria e têm mais de cinco empregados em seu serviço)			
6	Pequenos comerciantes e empresários (proprietário de qualquer estabelecimento que tem menos de cinco empregados ou trabalham por conta própria)			
7	Técnico ou profissional de nível médio do setor de serviços (bancário, cabeleireiro, barbeiro, cozinheiro, manicure, costureiro, mecânico de autos, desportistas, técnico de informática, despachante, prostituta, taxista, chaveiro, corretor, técnicos de enfermagem, massagista, artesãos etc.)			
8	Técnico ou profissional de nível médio da indústria ou construção civil (operadores de máquinas, mecânico, carpinteiros, eletricitas, serralheiro, marceneiro, moleiro, alfaiate, ourives, encanador, agente operador de máquinas, pintores, sapateiro, costureira, esmerilador, carpinteiro, soldador, técnico em eletrônica, eletricista, mestre de obras, operários em geral etc.)			
9	Pessoal de apoio, auxiliares ou assistentes de outros profissionais (auxiliar de cabeleireiro, entregador, porteiro, contínuo, guarda de edifício, motorista, secretária de escritório, servente, frentista, descarregador, <i>office boy</i> , auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais, gari, motoboy, babá, caixa, recepcionista, pedreiro, balconista, caseiro, churrasqueiro, cobrador de ônibus ou afins, auxiliares de forma geral, pedreiro, motorista de caminhão etc.)			
10	Pessoal auxiliar de serviços de limpeza e catadores (empregadas domésticas, diaristas, garis, pessoal dos serviços de limpeza em geral, jardineiros, catadores ou recicladores de papel, latinhas, papelão e outros materiais)			
11	Operador de telemarketing (inclui telefonista)			
12	Vendedores em geral (vendedor de autos, representantes de produtos de empresas, vendedores em residências, vendedores em lojas)			
13	Camelô e feirante			
14	Profissões literárias ou artísticas superiores (escritor, jornalista, crítico, pintor, músico, ator, revisor, editor, artistas em geral, diagramador etc.)			

(Continua)

(Continuação)

		Q. 7	Q. 8	Q. 9
15	Agricultor ou produtor rural (proprietário de terra)			
16	Empregado ou assalariado agrícola (trabalha na terra dos outros, lavrador, vaqueiro, pequeno agricultor), pescadores, mineiros, garimpeiros			
17	Membro das Forças Armadas ou pessoa de serviço de proteção e segurança (polícia, bombeiros, guardas municipais ou de trânsito, seguranças, marinheiros, tenente, cabo, soldados etc.)			
18	Dona de casa – não trabalha, mas não é desempregada	16.()	16.()	16.() Pule para a Q. 11
19	Aposentado	17.()	17.()	17.() Pule para a Q. 11
20	Desempregado	18.()	18.()	18.() Pule para a Q. 11
21	NS	19.()	19.()	19.() Pule para a Q. 11
22	NR	20.()	20.()	20.() Pule para a Q. 11

Obs.: 1. A alternativa 1 não inclui professores universitários, que têm uma entrada própria. Se o entrevistado tem uma formação superior, exerce a profissão e também é professor universitário, marcar a opção professor.

2. Nas alternativas 6 e 7, empresários e comerciantes, o fundamental é saber se são patrões, ou seja, se possuem algum estabelecimento (empresa, comércio ou firma) e têm funcionários assalariados que trabalham para ele.

3. A categoria artesão foi incorporada ao tipo 8 (técnico ou profissional de nível médio do setor de serviços).

4. Operador de telemarketing, camelô e feirante foram incluídos como tipos próprios por questões teóricas relevantes para esta pesquisa.

10. Trabalho: esse trabalho é? (Marcar apenas uma opção):

1. Com carteira assinada
2. Sem carteira assinada
3. No serviço público civil ou militar
4. Por conta própria ou autônomo
5. Como empregador
6. Não se aplica (NSA)
7. NS
8. NR

11. Gostaria de saber se o senhor(a) tem religião e qual é ela? (Estimulada e única). (Mostrar cartão).

1. Não tem religião, mas acredita em Deus
2. Católica
3. Protestante (luterana, presbiteriana, batista, metodista, episcopal)
4. Evangélica (todas as correntes protestantes pentecostais e neopentecostais, tais como Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, Igreja do Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, O Brasil para Cristo, Universal do Reino de Deus, Igreja da Graça de Deus, Evangelho Quadrangular, Sara Nossa Terra, Renascer em Cristo etc.)

5. Candomblé
6. Umbanda
7. Quimbanda
8. Espírita kardecista, espiritualista
9. Islâmica
10. Judaica
11. Budista
12. Adventista do Sétimo Dia
13. Testemunha de Jeová
14. Seisho-No-Iê, Messiânica, Perfeita Liberdade (Perfect Liberty)
15. Santo Daime, União do Vegetal
16. Mórmon
17. É ateu, não acredita em Deus
18. NS
19. NR

12. Em uma escala que vai de 1 a 5, em que 1 significa nada religioso e 5 significa muito religioso, gostaria que me dissesse em que número da escala o(a) senhor(a) se posiciona. (Mostrar ao entrevistado um cartão com a escala abaixo).

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

13. Nos últimos anos, o(a) senhor(a) percebe que a renda da sua família: (Considerar todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as fontes de rendimento).

1. Melhorou muito
2. Melhorou um pouco
3. Permaneceu igual
4. Piorou um pouco
5. Piorou muito

14. No Brasil, a população se divide em diferentes classes sociais. Abaixo há uma escala que vai de 1 a 10, em que 1 corresponde à classe mais baixa e 10 corresponde à classe mais alta. Onde o senhor acha que está? (Mostrar ao entrevistado um cartão com a escala em formato de escada, onde 1 = base, 10 = topo)[_____]

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

15. Vamos falar de lazer, agora. Na lista a seguir, diga quais as duas (em ordem de preferência) atividades tem ou teria maior prazer em fazer durante o final de semana. (Mostrar cartão). 1ª [_____] e 2ª [_____]

1. Ir ao cinema
2. Assistir a filmes em casa
3. Assistir à televisão
4. Ir a um show musical

5. Ir a um concerto
 6. Ir ao teatro
 7. Ir ao museu
 8. Ir à galeria de arte
 9. Ir a um jogo de futebol ou outros espetáculos esportivos
 10. Ler livros
 11. Ir ao *shopping*
 12. Ficar em casa
 13. Ir à igreja ou à missa
 14. Ir à praia
 15. Viajar
 16. Pescar
 17. Dormir
 18. Fazer ginástica ou caminhada
 19. Ir ao bar
 20. Ir ao parque ou à praça
 21. Outros
 - 22.NS
 - 23.NR
16. Entre os estilos de música listados abaixo, diga qual o seu preferido e o segundo preferido. (Mostrar cartão). 1º [_____] e 2º [_____]
1. Sertanejo
 2. Forró
 3. *Reggae*
 4. *Funk*
 5. Música clássica
 6. *Dance music*
 7. Pagode
 8. Rap
 9. *Jazz*
 10. MPB
 11. *Rock*
 12. Gospel
 13. Axé
 14. *Country*
 15. Bossa nova
 16. *New age*
 17. Brega

18. Samba
19. Hinos evangélicos
20. Blues
21. *Hip hop*
22. Moda de viola
23. Outras
24. NS
25. NR

Valores

Objetivo: identificar a estrutura de valores da sociedade brasileira em sentido amplo, a partir de questões orientadas para diferentes esferas de ação dos indivíduos.

Ética, em geral: eu vou falar várias coisas e gostaria que o(a) senhor(a) dissesse para cada uma delas se acha que é "certo", "errado", ou "depende da situação". (Estimulada e única).

17. Pegar comida escondido em um supermercado para matar a fome. [_____]
19. Usar um cargo no governo para enriquecer. [_____]
19. A polícia bater nos suspeitos de um crime para forçá-los a confessar. [_____]
20. Andar armado. [_____]
21. Estacionar o carro por alguns minutos em vagas reservadas para idosos e deficientes. [_____]
22. Mobilidade social: vou falar algumas coisas que ajudam as pessoas a melhorar de vida. Gostaria que o senhor(a) dissesse, na sua opinião, quais as duas mais importantes. (Estimulada. Apresentar cartão com as alternativas de resposta). 1º [_____] e 2º [_____]
 1. Pertencer a uma família rica
 2. Ter pais que estudaram
 3. Ter estudado
 4. Ter perseverança, não desistir nunca
 5. Trabalhar duro
 6. Conhecer pessoas influentes na vida
 7. Ter contatos com políticos
 8. Outros (somente para o pré-teste)
23. Raça: os dados mostram que, no Brasil, a população negra vive em condições (sociais, econômicas, educacionais) piores que a população branca. Em sua opinião, qual das alternativas abaixo é a mais importante para explicar por que isso acontece?
 1. Há muito preconceito e discriminação contra os negros
 2. Os negros não aproveitam as oportunidades que têm para melhorar de vida
 3. Faltam políticas e ações do governo para ajudar os negros a melhorarem de vida
 4. O problema é que a maioria dos negros é pobre, a cor da pele não tem tanta importância

5. Discordo que, em geral, os negros tenham piores condições de vida que os brancos
6. NS
7. NR

Democracia, igualdade e ativismo cívico

24. Os cidadãos têm o direito de protestar contra o governo?
1. Sempre
 2. Apenas se isso não causar contratemplos para os demais, como no caso de greves, bloqueio de estradas e ocupações de prédios públicos
 3. Nunca
 4. NS
 5. NR
25. Vou mencionar algumas formas pelas quais os cidadãos podem influenciar o governo. Gostaria que o(a) senhor(a) dissesse, na sua opinião, quais as duas mais importantes. (Aceitar duas respostas espontâneas em ordem de importância. Apresentar cartão com as alternativas de resposta).
1º [_____] e 2º [_____]
1. Votando
 2. Apresentando pessoalmente propostas a políticos e funcionários que dirigem ou trabalham em órgãos do governo
 3. Indo pessoalmente à reunião de fóruns participativos (orçamento participativos, conselhos, audiências públicas) ou procurando pessoas que participam deles
 4. Participando de associações ou sindicatos para que eles apresentem as demandas ou propostas ao governo
 5. Fazendo reclamações ou denúncias em setores e órgãos específicos (como ouvidorias, corregedorias etc.)
 6. Participando de protestos, abaixo-assinados, manifestações relacionadas a uma causa
 7. Pessoas como eu não conseguem influenciar o governo
26. Numa escala de 0 a 10, onde 0 significa “nada” e 10 significa “muito”, quanto o(a) senhor(a) acha que um cidadão como o(a) senhor(a) pode influenciar as decisões do governo? (Mostrar ao entrevistado um cartão com a escala de 0 = nada a 10 = muito). [_____]

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

Quanto o senhor concorda ou discorda das seguintes frases? (Mostrar cartão com a escala abaixo).

1. Concorda bastante
2. Concorda
3. Não concorda nem discorda
4. Discorda
5. Discorda bastante
6. NS (Não ler esta opção)
7. NR (Não ler esta opção)

Confiança interpessoal

27. Se você não tomar cuidado, outras pessoas tirarão vantagem de você.

Voto e classe

28. Nas eleições, as pessoas mais pobres escolhem candidatos piores que as pessoas mais ricas.

Desigualdade

29. Apesar de algumas melhorias recentes, o Brasil ainda é um país com muita desigualdade social. Para você, o que seria mais importante para modificar essa situação? (Apresentar cartão com as alternativas de resposta).

1. Os mais pobres devem se esforçar mais ou aproveitarem melhor as oportunidades que têm
2. O governo deve aumentar os impostos para os mais ricos e ajudar mais os mais pobres
3. A desigualdade é natural, pois algumas pessoas têm mais capacidade que as outras. Por isso, não há muito a ser modificado

Diversidade

30. Gostaria de saber se o(a) senhor(a) acha que grupos como homossexuais, índios, negros e membros de religiões como candomblé e umbanda exigindo mais direitos é algo negativo ou positivo para a sociedade, numa escala de 1 a 5, onde 1 significa “muito negativo” e 5 significa “muito positivo” (Mostrar ao entrevistado um cartão com a escala de 1 = muito negativo a 5 = muito positivo).

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Gênero

Vou ler algumas frases e gostaria que o(a) senhor(a) nos indicasse seu grau de concordância ou discordância em relação a elas, com base na seguinte escala. (Mostrar cartão).

1. Concorda bastante
2. Concorda
3. Não concorda nem discorda
4. Discorda
5. Discorda bastante
6. NS (Não ler esta opção)
7. NR (Não ler esta opção)

31. Nas decisões importantes de um casal, o homem deve ter a última palavra.

32. Ainda que as mulheres sejam competentes no trabalho, não são tão boas quanto os homens para mandar.

33. Em algumas situações a mulher deve tolerar a violência de seu companheiro, em nome da união da família.

34. A mulher deve ter o direito de decidir se interrompe ou não uma gravidez. [____]
35. Em alguns casos de estupro a mulher também tem culpa porque veste roupa provocante. [____]

Meio ambiente

Gostaria que o(a) senhor(a) indicasse, para cada uma das frases abaixo, qual o seu nível de concordância ou discordância. (Mostrar cartão com a escala abaixo).

1. Concorda bastante
 2. Concorda
 3. Não concorda nem discorda
 4. Discorda
 5. Discorda bastante
 6. NS (Não ler esta opção)
 7. NR (Não ler esta opção)
36. A mídia dá importância demais ao tema do meio ambiente. [____]
37. Não é importante separar o lixo que pode do que não pode ser reciclado porque, muitas vezes, os dois vão para o mesmo destino. [____]
38. Se custa a mesma coisa ir para o trabalho de carro ou de transporte público (ônibus, metrô etc.), então é melhor ir de carro. [____]

Diversidade

39. Em relação a uma pessoa pobre, assinalar a frase com a qual mais concorda (apenas uma).

Aceitaria que meu(minha) filho(a) se casasse com ele(a)	(1)
Aceitaria que meu(minha) filho(a) namorasse com ele(a)	(2)
Aceitaria como amigo	(3)
Aceitaria como vizinho	(4)
Aceitaria como colega de trabalho	(5)
Aceitaria como conhecido	(6)
Não gostaria de ter nenhuma proximidade	(7)
NS	77
NR	88

40. E em relação a um deficiente físico?
41. E em relação a uma pessoa negra?
42. E em relação a uma pessoa homossexual (*gay*, *lésbica*, *travesti*, *transexual*, etc.)?
43. E em relação a um adepto de umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras?
44. E em relação a um morador de favela?

Renda

45. Considerando-se todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês? (Considerar o rendimento líquido total da família e indicar o número de integrantes – rendimento familiar *per capita*). (Devem ser somadas todas as fontes de renda: salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira etc.).

Valor (R\$):[_____]

Qual é o número de integrantes da família que moram na mesma casa?[_____]

Estamos encerrando a pesquisa. Eu gostaria de informar que as suas respostas não serão utilizadas individualmente, mas sim no conjunto dos resultados. Muito obrigado(a) pela sua colaboração.

Data	Nome do entrevistado		
Rua	Número		
Bairro			CEP
Cidade			UF
Telefone	Latitude	Longitude	

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Cristina Celia Alcantara Possidente
Edylene Daniel Severiano (estagiária)
Elaine Oliveira Couto
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luciana Bastos Dias
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração eletrônica

Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than
Portuguese published herein have not been proofread.*

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond Pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 Bold Condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

